

ESTER WILLIAM FERREIRA

MON

314.72(815.1)

F383t

TESIMEM

**TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA:  
CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS IMIGRATÓRIOS  
(1980-1991)**

ORIENTADOR:  
PROF. DR. CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO

UBERLÂNDIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
1998

ESTER WILLIAM FERREIRA

**TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA:  
CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS IMIGRATÓRIOS  
(1980-1991)**

Dissertação submetida como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Econômico à comissão julgadora da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão.

**DIRBI/UFU**



1000187173

Uberlândia  
1998

ESTER WILLIAM FERREIRA

**TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA:  
CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS IMIGRATÓRIOS  
(1980- 1991)**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão  
Prof. Dr. Fausto Brito  
Prof. Dr. Henrique Dantas Neder

Uberlândia, novembro de 1998

*Aos meus pais, que, um dia migrantes, enfrentaram os desafios e conseguiram vencer em terra estranha.*

*Ao meu marido, William, cujo amor, compreensão e companheirismo a mim dedicados, foram fundamentais no processo de realização deste trabalho.*

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Uberlândia, que, através de seu Plano Integrado de Capacitação de Servidores Técnico-administrativos (PICS), permitiu-me o afastamento temporário das funções que desempenho nesta instituição para a realização deste trabalho. A visão progressista e de reconhecimento da importância da capacitação dos servidores, fazem deste plano um objetivo a ser preservado e pelo qual se deve lutar.

Ao Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES), órgão onde trabalho, pelo apoio profissional, técnico e humano a mim oferecidos.

À Universidade Federal de Minas Gerais e, em especial, ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), que, na pessoa de seu diretor, Prof. Dr. José Alberto Magno de Carvalho, possibilitou-me o acesso aos dados que fundamentam este trabalho.

Ao Prof. Dr. José Teixeira Lopes Ribeiro, demógrafo pesquisador do CEDEPLAR/UFMG, pela sua participação fundamental na elaboração do programa para a tabulação dos dados, por suas críticas e correções na redação, e pela amizade e apoio constantes ao longo desta pesquisa.

Ao orientador, Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão, por seu interesse e incentivo mesmo em momentos difíceis, por suas críticas e, até mesmo, por suas exigências, que me fizeram superar algumas das minhas limitações.

À Prof. Neida Junqueira Matos, pela correção ortográfica do texto final, embora, deva-se ressaltar, não seja a responsável pelos possíveis erros que ainda permaneçam.

A José Wagner Vieira, pelo trabalho de correção técnica (gráficos, tabelas etc.).

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Por fim, mas o mais importante, a Deus, cuja presença e amor me renovaram o ânimo quando imaginava não mais possuí-lo, e me fizeram sentir o Pai amoroso que Ele é.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	i
SUMÁRIO.....	ii
LISTA DE TABELAS.....	iv
LISTA DE GRÁFICOS.....	vii
LISTA DE TABELAS EM ANEXO.....	ix
RESUMO .....	x
APRESENTAÇÃO.....	1
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>2</b>
1. OBJETIVO E ESTRUTURA DO TRABALHO.....	3
2. METODOLOGIA.....	4
2.1. Alguns Conceitos Importantes.....	4
2.2. Procedimentos Gerais de Pesquisa e Análise.....	6
2.3. Procedimentos Metodológicos que Fundamentam os Capítulos 2 e 3.....	7
<b>CAPÍTULO 1 MIGRAÇÕES INTERNAS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E BREVE ANÁLISE DAS MUDANÇAS RECENTES NA DINÂMICA DEMOGRÁFICA BRASILEIRA</b>	<b>11</b>
1. INTRODUÇÃO.....	11
2. PRINCIPAIS ESTUDOS E CORRENTES TEÓRICAS ACERCA DA PROBLEMÁTICA DAS MIGRAÇÕES	11
2.1. Principais Limites e Possibilidades das Correntes Teóricas.....	16
2.2. Breve Reflexão sobre o Quadro Teórico.....	18
3. MUDANÇAS NA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NOS ANOS 80	20
3.1. Mobilidade Populacional no Espaço Geográfico Brasileiro no Período Recente...	21
3.2. Um Novo Padrão Demográfico Brasileiro? .....	25
3.2.1. A Desconcentração Produtiva e a Emergência de Novas Áreas de Crescimento.	25
3.2.2 . A Crise Econômica.....	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
<b>CAPÍTULO 2. CARACTERÍSTICAS DA IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL PARA O TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA</b>	<b>32</b>
1. INTRODUÇÃO.....	32
2. MINAS GERAIS: MUDANÇAS NA DINÂMICA DEMOGRÁFICA .....	33
3. TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA E A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO	37
4. A IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL PARA O TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA	41
4.1. Procedência.....	41
4.2. Destino.....	44

4.3. Características Gerais dos Imigrantes Interestaduais.....	48
4.3.1. Distribuição por Sexo e por Idade.....	48
4.3.2. Grau de Instrução.....	50
4.3.3. Tempo de Residência no Município Atual.....	52
<b>CAPÍTULO 3. CARACTERÍSTICAS DA IMIGRAÇÃO “INTRA-ESTADUAL” NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA</b>	<b>55</b>
1. INTRODUÇÃO.....	55
2. PROCEDÊNCIA.....	56
3. DESTINO.....	62
4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS IMIGRANTES INTRA-ESTADUAIS.....	70
4.1. Distribuição por Sexo e por Idade.....	70
4.2. Grau de Instrução.....	72
4.3. Tempo de Residência no Município Atual.....	74
<b>CAPÍTULO 4. DINÂMICA MIGRATÓRIA RECENTE NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA: ALGUNS FATORES RELEVANTES NO DESAFIO DA COMPREENSÃO</b>	<b>76</b>
1. INTRODUÇÃO.....	76
2. DINÂMICA MIGRATÓRIA NA REGIÃO: UMA SÍNTESE.....	76
3. ELEMENTOS IMPORTANTES NO CAMINHO DA COMPREENSÃO.....	81
3.1. Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Breve Retrospectiva Histórica.....	82
3.2. O Quadro Recent: Transformações Econômicas e a Dinâmica migratória.....	85
3.2.1. Mudanças na Economia Rural.....	85
3.2.2. A Economia Urbana.....	95
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO A .....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>120</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.....	33
Taxas Geométricas de Crescimento por Classes de Tamanho dos Municípios – MG	
Tabela 2.....	38
População Total, Urbana e Rural por Classes de Tamanho dos Municípios e Participação Relativa	
Tabela 3.....	39
Taxas Geométricas de Crescimento por Classes de Tamanho dos Municípios-1980 e 1991	
Tabela 4 .....	43
Imigrantes Interestaduais por Região e Estado de Última Residência e Situação de Domicílio Anterior – 1980	
Tabela 5.....	44
Imigrantes Interestaduais por Região e Estado de Última Residência e Situação de Domicílio Anterior – 1991	
Tabela 6.....	45
Imigrantes Interestaduais e Participação Relativa por Classes de Tamanho dos Municípios de Destino	
Tabela 7.....	45
Imigrantes Interestaduais e Participação Relativa nas Microrregiões de Destino	
Tabela 8.....	46
Imigrantes Interestaduais por Região e Estado de Última Residência e Situação de Domicílio Atual – 1980	
Tabela 9.....	47
Imigrantes Interestaduais por Região e Estado de Última Residência e Situação de Domicílio Atual – 1991	
Tabela 10.....	60
Imigrantes Intra-estaduais Segundo o Local de Última Residência e Situação de Domicílio Anterior –1980	
Tabela 11.....	61
Imigrantes Intra-estaduais Segundo o Local de Última Residência e Situação de Domicílio Anterior –1991	

Tabela 12.....	63
Imigrantes Intra-estaduais Segundo Participação Relativa nas Classes de Tamanho dos Municípios de Destino e Local de Residência Anterior –1980	
Tabela 13.....	64
Imigrantes Intra-estaduais Segundo Participação Relativa nas Classes de Tamanho dos Municípios de Destino e Local de Residência Anterior –1991	
Tabela 14.....	65
Imigrantes Intra-estaduais Segundo Participação Relativa nas Microrregiões de Destino e Local de Residência Anterior –1980	
Tabela 15.....	66
Imigrantes Intra-estaduais Segundo Participação Relativa nas Microrregiões de Destino e Local de Residência Anterior –1991	
Tabela 16.....	67
Imigrantes Intra-estaduais Segundo o Local de Última Residência e Situação de Domicílio Atual –1980	
Tabela 17.....	68
Imigrantes Intra-estaduais Segundo o Local de Última Residência e Situação de Domicílio Atual –1991	
Tabela 18.....	79
Distribuição Relativa dos Imigrantes nas Microrregiões e Cidades-pólo de Destino	
Tabela 19.....	80
Participação Relativa dos Imigrantes Totais na População Residente das Cidades-pólo de Destino	
Tabela 20.....	87
Produção Agrícola do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba para Culturas Selecionadas e Participação Relativa na Produção do Estado(1960-1980)	
Tabela 21.....	89
Produção Agrícola do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba para Culturas Selecionadas e Participação Relativa na Produção do Estado(1980, 85, 86 e 88)	
Tabela 22.....	90
Utilização das Terras com Lavouras no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	
Tabela 23.....	92
Índice de Gini das Microrregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	
Tabela 24.....	94
Taxa de Crescimento Médio Anual das Formas de Ocupação na Agricultura Segundo Microrregiões (1970, 80 e 85)	

Tabela 25.....	100
Indústria de Transformação: Número de Estabelecimentos, Pessoal Ocupado, Valor da Produção e da Transformação Industrial por Cidades-pólo (1980 e 1985)	
Tabela 26.....	102
Participação do Produto Interno Bruto por Setor de Atividade no PIB Total e Taxa de Crescimento Média Anual para as Cidades-pólo (1985 e 1990)	
Tabela 27.....	105
Índice de Desenvolvimento Humano por Municípios (1970, 1980 e 1991)	

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.....	42
Imigrantes Interestaduais Segundo o Local de Residência Anterior (1991)	
Gráfico 2.....	42
Imigrantes Interestaduais Segundo o Local de Residência Anterior (1980)	
Gráfico 3.....	49
Imigrantes Interestaduais Segundo Faixas Etárias (1980)	
Gráfico 4.....	50
Imigrantes Interestaduais Segundo Faixas Etárias (1991)	
Gráfico 5.....	51
Imigrantes Interestaduais Segundo o Grau de Instrução (1991)	
Gráfico 6.....	52
Imigrantes Interestaduais Segundo o Grau de Instrução (1980)	
Gráfico 7.....	53
Imigrantes Interestaduais Segundo o Tempo de Residência no Município Atual (1991)	
Gráfico 8.....	53
Imigrantes Interestaduais Segundo o Tempo de Residência no Município Atual (1980)	
Gráfico 9.....	57
Imigrantes Intra-estaduais Segundo o Local de Residência Anterior (1980)	
Gráfico 10.....	58
Imigrantes Intra-estaduais Segundo o Local de Residência Anterior (1991)	
Gráfico 11.....	71
Imigrantes Intra-estaduais Segundo Faixas Etárias (1980)	
Gráfico 12.....	72
Imigrantes Intra-estaduais Segundo Faixas Etárias (1991)	
Gráfico 13.....	73
Imigrantes Intra-estaduais Segundo o Grau de Instrução (1980)	
Gráfico 14.....	73
Imigrantes Intra-estaduais Segundo o Grau de Instrução (1991)	

Gráfico 15.....	75
Imigrantes Intra-estaduais Segundo o Tempo de Residência no Município Atual (1980)	
Gráfico 16.....	75
Imigrantes Intra-estaduais Segundo o Tempo de Residência no Município Atual (1991)	

## LISTA DE TABELAS EM ANEXO

### **ANEXO A**

Tabela A.1.....	116
Taxas Geométricas de Crescimento Total, Urbana e Rural por Municípios e por Classes de Tamanho dos Municípios - 1980/91	
Tabela A.2.....	117
População Residente Total, Urbana e Rural e Participação Relativa por Municípios e Classes de Tamanho dos Municípios – 1980	
Tabela A.3.....	118
População Residente Total, Urbana e Rural e Participação Relativa por Municípios e Classes de Tamanho dos Municípios – 1991	
Tabela A.4.....	119
Imigrantes Interestaduais por Microrregiões e Municípios de Destino - 1980 e 1991	

### **ANEXO B**

Tabela B.1.....	121
Imigrantes Intra-estaduais por Local de Última Residência e Classes de Tamanho dos Municípios de Destino – 1980	
Tabela B.2.....	123
Imigrantes Intra-estaduais por Local de Última Residência e Classes de Tamanho dos Municípios de Destino – 1991	
Tabela B.3.....	125
Imigrantes Intra-estaduais por Local de Última Residência e Microrregiões/Municípios de Destino – 1980	
Tabela B.4.....	127
Imigrantes Intra-estaduais por Local de Última Residência e Microrregiões/Municípios de Destino – 1991	
Tabela B.5.....	129
Imigrantes Intra-estaduais por Sexo e Municípios de Destino - 1980 e 1991	

## RESUMO

A década de 80 foi marcada por várias mudanças no cenário brasileiro. Além das transformações econômicas e políticas que impactaram o País, verificou-se que a área demográfica também apresentou variações extremamente importantes.

Estudos recentes do Censo Demográfico de 1991 revelam uma sensível redução da taxa de crescimento populacional em todo o território brasileiro, efeito evidenciado a partir de um fator principal: o declínio da fecundidade.

Outro fenômeno igualmente relevante que se percebeu na chamada “década perdida” foram as mudanças nos movimentos migratórios. Anteriormente de longa distância e com preponderância da migração interregional, os deslocamentos de população passaram a se caracterizar por movimentos de curta distância com ênfase na migração intra-regional; de dinâmica rural-urbana, passaram a predominar os deslocamentos entre núcleos urbanos; de movimentos oriundos dos pequenos municípios em direção às grandes cidades, sobressaiu-se a busca por cidades próximas às metrópoles e cidades de porte médio que apresentassem melhores condições de vida em relação às metrópoles, fator que compõe o chamado processo de redistribuição da população com desconcentração populacional dos grandes centros urbanos.

Em maior ou em menor intensidade, essas transformações foram percebidas em algumas áreas do País como no Estado de Minas Gerais, por exemplo. Regiões tradicionalmente receptoras de população manifestaram perda relativa de seu poder de atração populacional se comparadas às regiões historicamente expulsoras. Ademais, continuou, na década de 80, a trajetória de diminuição gradativa da evasão populacional desse estado, ampliada pelo crescimento da imigração, onde vem assumindo peso significativo o retorno dos emigrantes.

A importância da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na dinâmica migratória do estado revela-se crescente. Durante os anos 80, esta região foi a terceira que mais recebeu população migrante de outros estados, tendo sido também intensos os deslocamentos populacionais internos (entre suas microrregiões e municípios). Algumas cidades se destacaram como maiores receptoras de população, enquanto outras, de menor dinamismo econômico, viram expressivo volume de pessoas em direção ao setor urbano dos maiores centros.

O estudo das características dos migrantes revelou que, em termos gerais, a população que se dirige para a região em estudo tem baixa escolaridade, encontra-se entre as faixas de idade mais jovem (até 49 anos), está representada quase que igualitariamente por homens e mulheres, e se deslocou para o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em momentos de grandes mudanças na sociedade brasileira, certamente refletindo tais mudanças.

Entender o quadro migratório da região, nesse momento, implica a tentativa de compreender o contexto econômico, político e social por que passa o Triângulo, assumindo que tal contexto encontra-se totalmente imbricado com um cenário maior e que a população, direta ou indiretamente, tem suas condições de vida alteradas pelas transformações que a cercam. Nesse sentido, foram levantados alguns elementos importantes que auxiliarão na busca de explicações para o entendimento dos fluxos imigratórios para a região nos anos 80.

## **APRESENTAÇÃO**

O interesse pelo tema deste trabalho surgiu, inicialmente, a partir de uma pesquisa intitulada “Condições Sócio-econômicas das Famílias da Periferia de Uberlândia”, realizada pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES), da Universidade Federal de Uberlândia, em 1996. Como participante dessa pesquisa, comecei a me interessar profundamente por estudos a respeito da população, especialmente no que se refere à sua dinâmica espacial.

Procurar perceber e compreender como se dá esta dinâmica não é só fascinante; é também um desafio. Estudar a população significa defrontar-se com a complexidade dos vários fatores que a envolvem (sociais, econômicos, políticos etc.), num ambiente de mudanças constantes gestadas pela própria dinâmica do capital.

No afã de conhecer um pouco essa problemática, comecei a percorrer o “caminho das pedras”. O desconhecimento da área demográfica impunha limites que precisavam ser vencidos. Vários conceitos, técnicas de análise, fórmulas e, ainda mais, a necessidade de aquisição de dados, eram apenas algumas das “pedras” que iam surgindo. Pouco a pouco, através de muitas leituras, participação em seminários e cursos afins, foi possível apreender os elementos básicos para o presente trabalho. Nesse caminho, foi muito importante a ajuda de profissionais da demografia que, na maioria das vezes, eram solícitos em explicar e discutir meus questionamentos. A estes, reitero minha gratidão.

Por fim, o que se quer afirmar é que o presente estudo tem o objetivo de contribuir no maior conhecimento da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, especificamente no que se refere à sua dinâmica migratória, sem ter a pretensão de se configurar como uma análise demográfica propriamente dita. Acredito que importantes estudos complementares à este irão surgir a partir das considerações e conclusões aqui colocadas, o que só virá a enriquecer o conhecimento do tema em geral e da região, em particular.

## INTRODUÇÃO

No estudo da população, o componente migratório assume papel determinante. A reprodução numérica da sociedade ou dinâmica demográfica resulta da interação entre o crescimento físico da população – processo relacionado à reprodução biológica e expresso nas variáveis mortalidade e fecundidade – e sua distribuição espacial. Esta última, resultante dos processos migratórios, é influenciada e influencia nas mudanças que o desenvolvimento capitalista gera na sociedade.

Analizar os movimentos migratórios não é tarefa fácil. Os complicadores começam já na inexistência de um consenso entre os estudiosos do assunto quanto a uma definição de migrações que satisfaça plenamente às diferentes possibilidades de manifestação do fenômeno, e seguem nas várias interpretações e análises da questão.

No presente trabalho, adota-se o seguinte conceito: “*migração é definida como sendo o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para uma outra (ou um deslocamento a uma distância mínima especificada), que se realizou durante um intervalo de migração determinado e que implicou uma mudança de residência*”. (United Nations, 1970:2 apud Salim, 1992:17). Esta é uma definição bastante genérica, mas que retém os elementos fundamentais do fenômeno, focalizando a migração como uma mobilidade espacial que envolve áreas geográficas distintas e que resulta em mudança de residência dos indivíduos. Esse conceito, no entanto, exclui outras manifestações – migrações sazonais, de retorno, mobilidade pendular etc., o que revela a complexidade de apreender, numa definição, todas as dimensões dessa variável.

Geralmente qualificada segundo o tipo de movimento ou deslocamento espacial que representa (inter e intra-regional, circular etc.), a migração é um processo social de natureza e determinações complexas. Também quanto às suas causas não há unanimidade. Existem vários enfoques que procuram analisar seus determinantes e suas características, mas ainda não se chegou a elaborar uma teoria sistematizada sobre a migração.

Assim, a produção científica tem persistido no aprofundamento dos debates e pesquisas sobre as migrações, entendendo ser este o caminho da elucidação de uma problemática que, na realidade, é marcada por antagonismos e grande complexidade, ao tempo em que se reveste de suma importância para entender as dinâmicas social,

econômica e política de dado recorte geográfico e constitui-se em fator fundamental para a ação pública.

O estudo dessa problemática no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, especificamente no que se refere à imigração, constitui um desafio para o objetivo de compreender a dinâmica migratória na região na década de 80. Como será visto mais adiante, essa década revelou transformações demográficas importantes no Brasil e em Minas Gerais. Dentro deste estado, o Triângulo se destacou enquanto grande receptor de migrantes.

Essa dissertação tem o propósito de contribuir para aumentar o conhecimento e a compreensão da imigração no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, acreditando ser uma alavanca inicial para outros estudos que deverão despontar da análise.

## 1 - OBJETIVO E ESTRUTURA DO TRABALHO

O objetivo deste trabalho é estudar os fluxos migratórios que se dirigiram para a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba durante a década de 80. Especificamente, pretende-se analisar as características desses fluxos no que se refere aos locais de origem (residência anterior) e de destino (residência atual), bem como à distribuição dos imigrantes segundo seus dados mais gerais (situação de domicílio, sexo, faixas etárias, grau de instrução e tempo de residência no município da região), comparativamente às características dos fluxos da década de 70. O que se quer, na verdade, é ter clareza das transformações que podem ter ocorrido no âmbito das migrações de um decênio para o outro, resultando no quadro dos anos 80.

Serão analisados os dados da imigração interestadual e intra-estadual, entendendo esta última como aquela que compreende tanto a imigração do resto de Minas Gerais para a região, quanto os fluxos migratórios que ocorrem dentro do próprio Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – migração “intra-regional” ou “intra-Triângulo”.

Como desdobramento desse estudo, será possível identificar os principais locais de origem dos imigrantes, bem como os principais “pontos de destino”. Além disso, poder-se-á visualizar a direção predominante dos deslocamentos (rural-urbano, urbano-urbano, urbano-rural ou rural-rural).

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, apresentando também dois anexos. No Capítulo 1, procura-se discutir, a partir de uma perspectiva crítica, as principais abordagens teóricas sobre as migrações internas, entendendo que a pesquisa necessita de um marco de referência mínimo que a fundamente. Ainda nesse capítulo, serão discutidas as transformações recentes que a dinâmica demográfica e, mais especificamente, a dinâmica migratória tem passado. No Capítulo 2, são expostos dados sobre a imigração interestadual para a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba nas décadas de 70 e 80, segundo tabulações dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. O estudo da imigração intra-estadual se encontra no Capítulo 3. O Capítulo 4 encerra as análises dos fluxos migratórios e tenta, através de um breve resgate histórico e contextual, apontar os principais fatores a serem considerados para a compreensão do quadro imigratório estudado. Por fim, apresentam-se as considerações finais do trabalho.

Os procedimentos metodológicos e de operacionalização que servem de base para a construção da análise encontram-se expostos a seguir.

## 2 - METODOLOGIA

### 2.1 - Alguns Conceitos Importantes

1. Imigrante: foi adotado o mesmo conceito do IBGE. É o indivíduo natural ou não natural da região que tem menos de 10 anos de residência na mesma.
2. Imigração Interestadual: refere-se ao deslocamento de pessoas que vêm de outras regiões e estados para o Triângulo/Alto Paranaíba. Vale ressaltar que nas tabulações dos imigrantes interestaduais aparece Minas Gerais com o sinal (\*). Os números correspondentes a esta informação referem-se aos imigrantes que vieram de outros estados, mas que durante a década, foram para alguma cidade de Minas e, depois, para o Triângulo. Estes imigrantes, quando recenseados, responderam que a Unidade de Federação (UF) de residência anterior era Minas, quando, na verdade, são emigrantes de outros estados. Isto ocorre porque, pela pergunta do censo, ele responde como UF de residência anterior aquela a que pertence o município de residência anterior (Minas, no

caso). O fato de ele ter feito um movimento intra-estadual não lhe retira a característica de ser migrante interestadual na década. O que acontece, no entanto, é que sobre este migrante perde-se a informação da UF de residência anterior.

3. Imigração Intra-estadual: refere-se ao deslocamento de pessoas que vêm do resto de Minas Gerais para o Triângulo/Alto Paranaíba, bem como aos que se deslocam dentro da própria área em estudo, o que poderia ser chamado de imigração “intra-regional”, entendendo o Triângulo/Alto Paranaíba como uma região<sup>1</sup>. Em outras palavras, esta migração refere-se àquela que tem como origem o próprio estado de Minas (pessoas que têm mais de 10 anos de residência no estado ou não efetuaram nenhum movimento interestadual no decênio) e se deslocou para o Triângulo, bem como àquela que tem como origem os municípios do próprio Triângulo. Nesse sentido, os números correspondentes a essa informação representam o total de indivíduos que entraram, durante a década, nos municípios do Triângulo, oriundos dos municípios do próprio Triângulo e dos demais municípios de Minas não pertencentes à região estudada.
4. Situação do domicílio: a população foi classificada em urbana ou rural de acordo com a localização do domicílio, se em área urbana ou rural, estas definidas por lei municipal. Conforme metodologia do IBGE, a situação urbana abrange a população e os domicílios recenseados nas cidades, vilas e áreas urbanas isoladas de acordo com determinações municipais; a situação rural abrange a população e os domicílios recenseados fora dos limites daquelas áreas, inclusive aglomerados rurais (povoados, arraiais etc.).
5. Região: na maioria das vezes, refere-se à área em estudo – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A depender do contexto, pode-se referir às regiões administrativas como Norte, Nordeste etc., mas neste caso, aparecerá com letra maiúscula (Região).

---

<sup>1</sup> A palavra “região” é utilizada ao longo deste trabalho apenas para designar o espaço geográfico (físico) analisado. Embora se reconheça a importância, não se pretende aqui abordar a discussão teórica sobre o termo Região.

## 2.2 - Procedimentos Gerais de Pesquisa e Análise

1. A pesquisa foi realizada tendo como fundamento os dados dos Censos Demográficos do IBGE de 1980 e de 1991. Como as informações necessárias não constavam nas publicações, foi preciso realizar tabulações especiais a partir dos microdados. Estas tabulações foram feitas no CEDEPLAR/UFMG pelo Prof. Dr. José Teixeira Lopes Ribeiro, com a autorização de seu diretor, Prof. Dr. José Alberto Magno de Carvalho.
2. De acordo com o objetivo da pesquisa, foram tabulados os dados que se referem aos fluxos imigratórios para a região em estudo, tanto fluxos inter como intra-estaduais. Por vários motivos, optou-se por não trabalhar com a população emigrante, embora se reconheça sua importância e necessidade, principalmente quando se pretende conhecer o saldo migratório (SM) da região e áreas em análise. Embora não seja o objeto da pesquisa, sabe-se que ter indicações sobre este componente nos permitiria afirmar se o volume de imigrantes que determinado município apresenta foi significativo ou não quando comparado ao volume de emigrantes. Nesse sentido, a recente pesquisa de André Braz Golgher (1998) ajudou na tentativa de afirmações mais precisas sobre a dinâmica migratória da região, uma vez que procurou fornecer o SM das microrregiões do Triângulo/Alto Paranaíba.
3. As características tabuladas da população imigrante recenseada em 1980 e em 1991 referem-se a:

Distribuição por Sexo: aqui codificados em HOMEM e MULHER;

Distribuição por Faixas Etárias: 0 a 4 anos, 5 a 9, 10 a 14, 15 a 19, 20 a 24, 25 a 29, 30 a 34, 35 a 39, 40 a 44, 45 a 49, 50 a 54, 55 a 59, 60 a 64, 65 a 69, 70 a 74, 75 e mais.

Distribuição por Grau de Instrução: foi feita uma classificação dos dados sobre Anos de Estudo em grau de instrução : 1 a 7 anos de estudo = 1º grau incompleto; 8 anos = 1º grau completo; 9 a 10 = 2º grau incompleto; 11 = 2º grau completo; 12 a 15 = 3º grau incompleto; e mais de 16 = 3º grau completo e talvez pós-graduação, além dos dados referentes aos indivíduos sem instrução e dos que nada declararam.

Distribuição por Tempo de Residência: agrupados nas faixas Menos de 1 ano a 4 anos e 5 a 9 anos.

Procedência: o quesito do Censo sobre a procedência do migrante refere-se à Região/Estado e município de última residência.

Situação de Domicílio: foram tabulados os dados classificando-os em Situação de Domicílio Anterior (Urbana ou Rural) e Situação de Domicílio Atual (Urbana ou Rural), adotando os conceitos citados acima (item 3.1) para urbano e rural.

### 2.3 - Procedimentos Metodológicos que Fundamentam os Capítulos 2 e 3

1. De acordo com o Censo Demográfico de 1991 do IBGE, a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é composta de 61 municípios e 7 microrregiões, os quais se encontram assim distribuídos:

Microrregião 17 (Ituiutaba): Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiaçu, Ituiutaba e Santa Vitória;

Microrregião 18 (Uberlândia): Araguari, Canápolis, Cascalho Rico, Centralina, Indianópolis, Monte Alegre de Minas, Prata, Tupaciguara e Uberlândia;

Microrregião 19 (Patrocínio): Abadia dos Dourados, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Iraí de Minas, Monte Carmelo, Patrocínio, Romaria e Serra do Salitre;

Microrregião 20 (Patos de Minas): Arapuá, Carmo do Paranaíba, Guimarânia, Lagoa Formosa, Matutina, Patos de Minas, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gotardo e Tiros;

Microrregião 21 (Frutal): Campina Verde, Comendador Gomes, Fronteira, Frutal, Itapagipe, Iturama, Pirajuba, Planura e São Francisco de Sales;

Microrregião 22 (Uberaba): Água Comprida, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Conquista, Uberaba e Veríssimo;

Microrregião 23 (Araxá): Araxá, Campos Altos, Ibiá, Nova Ponte, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Sacramento, Santa Juliana e Tapira.

No censo de 1980, essa distribuição dos municípios apresentava-se um pouco diferente. A mesorregião não era composta pelo Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Este último, era uma microrregião que fazia parte do Centro-Oeste mineiro, juntamente com a micro Mata

da Corda (cujo nome foi mudado para microrregião de Patos de Minas, em 1991), e a microrregião de Araxá compunha a mesorregião do Sudoeste Mineiro.

O Triângulo Mineiro, unicamente, era composto por 3 microrregiões e 28 cidades, as quais se distribuíam como abaixo:

Microrregião 170 (Uberlândia): Araguari, Cachoeira Dourada, Canápolis, Capinópolis, Centralinha, Gurinhatã, Ipiaçu, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Santa Vitória, Tupaciguara e Uberlândia.

Microrregião 177 (Pontal do Triângulo Mineiro): Campina Verde, Comendador Gomes, Fronteira, Frutal, Itapagipe, Iturama, Pirajuba, Planura, Prata e São Francisco de Sales.

Microrregião 178 (Uberaba): Água Comprida, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Conquista, Uberaba e Veríssimo.

A microrregião do Alto Paranaíba era composta pelos 12 municípios seguintes: Abadia dos Dourados, Cascalho Rico, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Indianópolis, Monte Carmelo, Patrocínio, Romaria e Serra do Salitre.

A microrregião Planalto de Araxá, era constituída pelas 11 cidades: Araxá, Campos Altos, Ibiá, Iraí de Minas, Nova Ponte, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Sacramento, Santa Juliana e Tapira.

Por fim, a microrregião Mata da Corda era composta dos 10 municípios: Arapuá, Carmo do Paranaíba, Guimarânia, Lagoa Formosa, Matutina, Patos de Minas, Rio Paranaíba, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo e Tiros.

2. Comparando os municípios em 1980 e em 1991, percebe-se que todos estão presentes nos dois anos, com exceção de São Gonçalo do Abaeté, que, em 1991, passou a fazer parte do Sudoeste Mineiro e, em seu lugar, entrou Santa Rosa da Serra que veio da microrregião do Alto São Francisco. A única diferença quanto aos demais é que alguns estavam inseridos em microrregiões diferentes nos dois anos. Por isso, decidiu-se considerar Santa Rosa da Serra como sendo da mesorregião em 1980 e desconsiderar São Gonçalo do Abaeté, já que este último não seria analisado em 1991.

Como se tratavam dos mesmos municípios, optou-se, para maior facilidade na tabulação dos dados e análise, por trabalhar com o conjunto dos municípios distribuídos segundo a estrutura do censo de 1991. Nesse sentido, em alguns momentos da análise, quando são apresentadas tabelas de dados distribuídas por microrregiões, deve-se lembrar que a distribuição é a que prevalece em 1991.

Na maioria das vezes, entretanto, preferiu-se trabalhar com todos os municípios, mas tendo-os classificados por classes de tamanho em número de habitantes, o que torna mais claras as análises.

3. A taxa geométrica de crescimento calculada quanto à população total, urbana e rural, foi obtida a partir da fórmula:

$$r = \{ [ (P_t / P_0)^{1/T} ] - 1 \} \times 100$$

onde:

$r$  = taxa média geométrica de crescimento anual ou simplesmente taxa geométrica de crescimento

$P_t$  = população em 1991

$P_0$  = população em 1980

$T = t - t_0 = 1991 - 1980 = 11$  anos

4. Quando são analisados os dados referentes ao local de última residência, resolveu-se destacar alguns estados dentro das grandes regiões. Decidiu-se, por exemplo, dividir o Sudeste em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (obviamente Minas Gerais não está incluído na análise da migração interestadual), e também a região Centro-Oeste em Goiás e Resto do Centro-Oeste (que envolve, aqui, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal), permanecendo as demais regiões sem divisões: Norte, Nordeste e Sul.

Os ítems Exterior (Ext.) e Sem Especificação (S/Esp.) fazem parte dessa tabulação e se referem aos imigrantes que tiveram o exterior como última residência, bem como àqueles que nada especificaram quanto a essa informação.

5. Semelhantemente, no estudo da imigração intra-estadual, decidiu-se tabular os dados de última residência dividindo-os em microrregiões e “cidades-pólo”(assim denominadas as cidades que “encabeçam” suas microrregiões). Nessa lógica, as microrregiões, indicadas

como local de residência anterior dos imigrantes (“origem”), são compostas pelas cidades correspondentes, com exceção de suas cidades-pólo, as quais são analisadas separadamente. Em contrapartida, quando as microrregiões são estudadas como local de residência atual (ou “destino”), são incluídas as cidades-pólo em sua constituição.

## CAPÍTULO 1

# MIGRAÇÕES INTERNAS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E BREVE ANÁLISE DAS MUDANÇAS RECENTES NA DINÂMICA DEMOGRÁFICA BRASILEIRA

### 1– INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é fazer uma abordagem geral das principais contribuições existentes na análise das migrações a fim de embasar o estudo do objeto particular deste trabalho. Longe ainda de se buscar uma teoria sistematizada sobre o tema, o que se pretende, aqui, é levantar e sintetizar as abordagens mais proeminentes no estudo dessa problemática.

Ademais, propõe-se apresentar sucintamente as transformações recentes por que tem passado a dinâmica demográfica brasileira, entendendo que essas vêm se tornando verdadeiro desafio para a compreensão teórica dos estudos de população.

Inicialmente, são expostas as principais correntes teóricas sobre o tema, suas limitações e possibilidades. Em seguida, busca-se sintetizar alguns pontos da análise teórica, acreditando que estes podem auxiliar na compreensão do quadro migratório estudado.

Finalmente, são colocadas e discutidas as principais mudanças que vêm ocorrendo na dinâmica populacional brasileira, especialmente no que se refere à sua distribuição espacial.

### 2 – PRINCIPAIS ESTUDOS E CORRENTES TEÓRICAS ACERCA DA PROBLEMÁTICA DAS MIGRAÇÕES

As primeiras reflexões na tentativa de desenvolver uma teoria das migrações datam do final do século XIX<sup>2</sup>, quando Ravenstein, estudando as estatísticas oficiais sobre os movimentos internos da população na Inglaterra, sugeriu algumas generalizações encontráveis, por hipótese, em outros locais. Para ele, as migrações tendiam a gerar movimentos sucessivos a partir de áreas próximas a um centro industrial, que se propagavam em círculos e no sentido rural-urbano. Este ciclo se repetia sucessivamente até que a força de

<sup>2</sup> Para Salim (1992), mesmo reconhecendo-se a importância de estudos clássicos, como os de Ravenstein e outros, é problemático estabelecer uma cronologia certa da evolução teórica do tema migração.

atração da cidade começasse a ser sentida nas áreas mais remotas. Segundo o autor, a melhoria dos meios de transporte e o desenvolvimento da indústria e do comércio contribuíam para o aumento dos fluxos migratórios, os quais, em última instância, tinham como motivo principal de deslocamento, o econômico ou o originado do desejo de melhorar a situação material. Quanto às características dos migrantes, Ravenstein observou que as migrações se davam de forma diferenciada por sexo, predominando as mulheres nos deslocamentos de curta distância (Nogueira, 1995).

Baseado nesse primeiro enfoque e acrescentando novos conceitos, Everett Lee afirma que as migrações resultam da interação e do balanço entre os fatores de expulsão (presentes na área de origem), fatores de atração (presentes na área de destino) e fatores intervenientes (relacionados às dificuldades encontradas pelos migrantes nas grandes cidades), ocasionando as decisões de ficar ou sair, o que, a nível social, configuraria os deslocamentos sucessivos (Renner e Patarra, 1980). A intensidade das migrações, segundo o autor, seria condicionada por dois fatores principais: o grau de diversificação das áreas de determinado território (a industrialização é citada como o fator criador da diversificação) e a dificuldade de superar os obstáculos intervenientes. No que se refere às características dos migrantes, Lee conclui que há seletividade nos deslocamentos e a distingue em dois tipos: seletividade positiva, quando os migrantes são altamente qualificados e migram porque recebem melhores ofertas (migração como fator de ascensão e em resposta a fatores positivos existentes no lugar de destino), e seletividade negativa, quando os migrantes são de baixa qualificação e se deslocam devido a fatores negativos na área de origem (Nogueira, 1995).

A análise das migrações continuou através de muitos outros trabalhos teóricos, os quais, em sua maioria, abordam o tema de forma genérica e limitada. Longe de chegarem a um consenso quanto à definição de migração, as diversas visões parecem concordar que os fluxos migratórios se formam a partir de um desequilíbrio sócio-espacial, liderado pelas transformações nas atividades econômicas, que, por sua vez, provocam diferenciais de renda, de emprego etc., entre as áreas de origem e destino dos fluxos. A partir daí, as divergências são amplas, indo desde a concepção do que seria fluxo, mobilidade, migrante etc. até a análise empírica dos dados.

Salim (1992), em uma análise aprofundada sobre os principais estudos ou correntes teóricas em migração, classifica os enfoques mais proeminentes em: Modelos Neoclássicos Contemporâneos, Perspectiva Histórico-estrutural, e Mobilidade da Força de Trabalho. Estes

enfoques são chamados, pelo autor, de “troncos teóricos” por se tratarem de um substrato comum de uma multiplicidade de subdivisões. São, portanto, troncos de onde saem muitas escolas, correntes e variantes. O autor, de forma crítica, expõe as possibilidades de cada um deles, bem como suas limitações.

Os *Modelos Neoclássicos Contemporâneos*, difundidos a partir da década de sessenta, procuram relacionar o fenômeno migratório com a teoria econômica. Para os autores desse enfoque, os movimentos populacionais correspondem à mobilidade geográfica dos trabalhadores em direção aos recursos de produção (terra, capital e recursos naturais). Devido a uma distribuição desequilibrada destes últimos e a um diferencial na remuneração do fator trabalho daí decorrente, os indivíduos se deslocam na tentativa de maximizarem seu bem-estar.

A migração, na verdade, é vista como um fenômeno positivo e desejável à medida que possibilita a transferência de excedentes populacionais de um setor para outro, atuando, inclusive, como fator corretivo dos desequilíbrios gerados pela distribuição desigual dos recursos produtivos escassos no espaço. Em decorrência das diferenças espaciais existentes na relação capital-trabalho e do consequente diferencial relativo dos salários entre as regiões, os trabalhadores das áreas onde predominam os menores salários seriam estimulados a migrar para aquelas de maior nível salarial. Como resultado desse deslocamento, haveria uma queda nos níveis salariais da região de destino devido ao crescimento da oferta de trabalho e um aumento desses níveis na região de origem em função da diminuição da oferta da força de trabalho. Também o produto se elevaria na área de destino, uma vez que é uma função do nível de emprego. Com isso, seria possível restabelecer o equilíbrio no nível de salário, emprego e produto entre as regiões diferenciadas, atuando as migrações como fator potencializador deste equilíbrio (Nogueira, 1995).

Segundo Raczynski (1983, apud Salim, 1992:22), o enfoque neoclássico assume pelo menos três supostos básicos sobre a migração: “... i) os diferenciais de salário e de oportunidades de emprego entre áreas distintas; ii) o cálculo racional do indivíduo face aos custos e utilidades entre a permanência e a mudança; iii) as correntes migratórias como somatório das decisões individuais”. As limitações dessa abordagem serão explicitadas mais adiante.

Nos últimos anos da década de sessenta, surgem análises que procuram relacionar o processo migratório, especialmente na América Latina, com as especificidades do

desenvolvimento econômico da região. Essa nova forma de analisar os movimentos populacionais é denominada de *Análise ou Perspectiva Histórico-estrutural*<sup>3</sup>.

Na busca de um entendimento global do fenômeno migratório, ao enxergá-lo como elemento do processo de acumulação do capital, este enfoque percebe a migração não como um ato soberano do indivíduo ou soma das escolhas individuais, mas como um processo social, onde os fluxos são compostos por classes sociais ou grupos sócio-econômicos, os quais são condicionados por outros fenômenos sociais historicamente determinados e que se relacionam a processos de mudança estrutural. De acordo com Salim (1992:27), “... a abordagem histórico-estrutural enfatiza, antes de tudo, a visão da estrutura como um todo, isto é, as condições estruturais de nível social, econômico e político que contextualizam a sua dinâmica, tornam possível certas escolhas ou mesmo definem a natureza e direção dos fluxos migratórios na espacialidade heterogênea e contraditória”.

A migração, cujo motor é a desigualdade regional, não atua como elemento potencializador do equilíbrio e do ajuste, mas, pelo contrário, processa-se no sentido de uma desigualdade ainda maior entre regiões, grupos sociais etc. No contexto da acumulação de capital, ela constitui-se em elemento importante no processo de concentração, atuando como resultado e condição desse processo.

Assumindo-se que a força de trabalho é subordinada às necessidades de reprodução capitalista, ela se torna vulnerável a um dos três níveis de mobilidade do trabalho: o temporal (aumento da jornada de trabalho), o vertical (divisão da força de trabalho em hierarquias) e o espacial (deslocamentos populacionais do setor rural para o urbano). A abordagem histórico-estrutural enfatiza a mobilidade espacial, afirmando que os diferentes movimentos da população se dariam sob o condicionante das mudanças no âmbito da estrutura da produção, as quais afetariam as diferentes classes sociais de formas distintas. Nesse sentido, os deslocamentos populacionais não seriam uma soma de decisões individuais, mas uma determinação da estratégia expansiva do capital, que, ao engendrar desigualdades regionais, provocaria a formação de fluxos migratórios a partir das regiões periféricas do sistema para a região central (Nogueira, 1995).

Exponente importante da abordagem histórico-estrutural é Paul Singer (1973) que, no estudo do fenômeno migratório, diferenciou os motivos e as causas das migrações, assumindo

<sup>3</sup> Há uma variedade de modelos que adotam essa abordagem, como a “teoria da dependência”, o “colonialismo interno”, a relação “centro-periferia” e a “acumulação global”. (Wood, 1982 in Salim, 1992). Pretende-se tratar aqui, entretanto, das características mais gerais da abordagem e não se deter em análises das escolas ou modelos que fazem parte desse tronco teórico.

serem estas um fenômeno social, condicionado e resultante de um processo de mudança. Para ele, os movimentos migratórios têm como determinantes causas estruturais – geralmente de caráter econômico, que atingem os grupos de forma diferenciada – e não motivos individuais. Estes existem, mas são subordinados.

Na explicação dos fluxos migratórios no tempo e no espaço, esse autor afirma que os mesmos são consequência dos chamados fatores de expulsão (presentes na área de origem) e de atração (presentes na área de destino), ou da interação de ambos. Os primeiros, são subdivididos em fatores de mudança e fatores de estagnação. Os fatores de mudança decorrem da introdução da relação de produção capitalista no setor rural, o que implicaria na transformação das relações de produção tradicionais, resultando na alteração da produtividade do trabalho, na redução do nível de emprego e, portanto, na saída de contingentes populacionais do campo. Os fatores de estagnação, por sua vez, estão relacionados com limitações na disponibilidade de terras cultiváveis, seja pela insuficiência desse fator frente à pressão demográfica, seja pela monopolização do mesmo pelos grandes proprietários, o que impossibilita o crescimento da produtividade da terra e torna inevitáveis as emigrações de parte ou da totalidade do excedente populacional. Por fim, os fatores de atração funcionam como orientadores dos fluxos migratórios, tendo como principal condicionante a demanda por força de trabalho gerada pelas indústrias e pela expansão de serviços, o que poderia ser traduzido em possíveis oportunidades econômicas presentes na área de destino.

Diferentemente dos enfoques anteriores, a abordagem da *Mobilidade da Força de Trabalho* desenvolve uma análise centrada na produção e reprodução ampliada da relação capital-trabalho. Conforme Salim (1992), nesse enfoque, a população ou os contingentes da força de trabalho se deslocam no espaço porque este é estruturado de forma a colocá-los em movimento tanto espacial, quanto setorial e profissionalmente. Esta visão difere substancialmente do enfoque histórico-estrutural, onde a força de trabalho é considerada “livre” e subordinada às necessidades de acumulação do capital – portanto, assumindo caráter estático. No novo enfoque, a migração existe porque há expropriação não só dos meios de produção do trabalhador, mas até mesmo de sua espacialidade. A suposta liberdade de movimento resulta, em sua maioria, na perda de espaço de determinadas camadas sociais no processo de aprofundamento das relações capitalistas (Nogueira, 1995).

Os trabalhos de Gaudemar (1977) e Vainer (1984), analisados por Salim (1992), destacam-se como portadores desse enfoque. Para eles, o processo de mobilidade

populacional está, em última instância, inserido no processo de valorização do capital em suas etapas de produção, circulação e utilização da força de trabalho. Os deslocamentos dos trabalhadores não são frutos da liberdade destes, mas resultam da submissão do trabalho à dominação do capital. Na verdade, a mobilidade da força de trabalho é uma mobilidade forçada determinada pela estratégia capitalista de mobilização do trabalho. Segundo Salim (1992:30), “*não existe migração maciça espontânea: as razões estruturais compelem os emigrantes a deslocarem-se no espaço, determinando os fluxos e refluxos, assentamento e/ou redistribuição espacial da população ou, especificamente, da força de trabalho ‘livre’.*”

Mas há, segundo Gaudemar, movimentos de “contramobilidade”. Os trabalhadores, desapropriados dos meios de produção e do espaço, podem buscar alternativas de luta contra sua subordinação ao capital. Para isto, procuram manter-se no lugar escolhido e aí encontrar trabalho e condições de vida satisfatórias, recusam-se a um êxodo fundamentado em promessas ilusórias, enfim, reservam-se o direito de partir ou ficar sem a isso serem constrangidos. Exemplos desses movimentos são observados no agro brasileiro: movimentos de resistência à proletarização dos posseiros, dos colonos, dos trabalhadores “sem terra” etc. (Salim, 1992).

## 2.1 – Principais Limites e Possibilidades das Correntes Teóricas

Uma das principais críticas ao *Enfoque Neoclássico* refere-se à análise centralizada no indivíduo. Ao considerar as migrações enquanto um ato individual, baseado em ações racionais de avaliação de custos e benefícios, essa abordagem desconsidera os deslocamentos populacionais como um processo social com causas estruturais, relevando as determinações essenciais, bem como as condições que, a nível macro, compelem os grupos sociais a migrar. Ao pressupor a desigualdade e a livre mobilidade do trabalhador em busca da maximização de seu bem-estar, os neoclássicos não consideram o fato de que, na verdade, o livre arbítrio da decisão está, antes de tudo, exposto ao que Singer (1973) chamou de fatores de expulsão. (Nogueira, 1995).

Outra crítica de igual peso sobre a abordagem neoclássica diz respeito à consideração da migração como um elemento equilibrador das desigualdades regionais. Segundo interpretação de Salim (1992), a migração não implica a eliminação da desigualdade, antes, pelo contrário, pode até funcionar como elemento acirrador das mesmas.

Apesar destas e outras críticas que poderiam ser levantadas, os teóricos do enfoque neoclássico apresentam algumas contribuições importantes ao estudo do fenômeno migratório: avançam nas técnicas de manipulação de variáveis e formulam hipóteses de acordo com os procedimentos da pesquisa empírica; e levam alguns pontos para a compreensão das causas dos deslocamentos populacionais pertencentes à esfera individual (motivação e características do migrante etc.).

A *Análise Histórico-Estrutural*, de outro lado, ainda que seja considerada como um dos enfoques mais progressistas no estudo das migrações, apresenta limitações significativas.

Em vários estudos, suas hipóteses são frágeis e reducionistas à dimensão econômica. Isso, em parte, poderia ser creditado a um tratamento simplista dado às variáveis demográficas e, em alguns casos, até a uma relativa resistência ao uso das mesmas. Como resultado dessa ênfase no processo de acumulação determinando tudo, incorre-se em outro erro, qual seja, o de tornar mecânica a análise que deveria ser dialética, deixando de perceber outros determinantes no processo. Além disso, explicam-se as migrações muito mais por suas consequências do que por suas causas ao se privilegiar, na análise, o conhecimento do fenômeno em termos de áreas de destino e fatores de atração do que áreas de origem e fatores de expulsão.

Ao enfocar o fenômeno migratório como um fenômeno social e não individual, os teóricos da análise histórico-estrutural exageram no sentido de abandonar completamente a análise do indivíduo, ou seja, não se procura analisar melhor a natureza da tomada de decisão em termos da avaliação de custos e benefícios, fator que pode influenciar tanto na propensão como na direção dos fluxos.

Pode-se afirmar, no entanto, que essa abordagem trouxe ricas contribuições: a migração passou a ser vista num contexto histórico, e seus determinantes foram relacionados aos fatores estruturais; relativizaram-se os efeitos dos fatores de atração e de expulsão diante da singularidade histórica da migração; abriu-se a possibilidade de uma interdisciplinaridade no estudo do fenômeno migratório, e não se mistificaram os métodos formais de análise empírica. (Salim, 1992).

Por fim, cabe colocar os principais problemas do enfoque da *Mobilidade da Força de Trabalho*. A limitação mais séria, apontada por Salim (1992), seria o estabelecimento de uma base empírica confiável para o estudo das diversas manifestações de mobilidade. Esta última é, em geral, reduzida às evidências empíricas dos próprios “movimentos”, o que leva a análise

do fenômeno a permanecer no nível superficial, além de cair no simplismo de traduzir, indistintamente, mobilidade espacial em migração, e mobilidade setorial e/ou profissional em migração profissional. Para Gaudemar, a chamada mobilidade migratória é a própria mobilidade espacial que, por sua vez, se configura como mobilidade da força de trabalho.

Outra crítica refere-se à correlação positiva que Gaudemar faz entre a mobilidade da força de trabalho e o grau de desenvolvimento, afirmando que, nos países desenvolvidos, essa mobilidade é maior. Contudo, para Baumfeld (1984, apud Salim, 1992), essa afirmação não tem o respaldo de uma base empírica suficiente e parte de uma idéia evolucionista, segundo a qual quanto maior o índice de desenvolvimento capitalista, tanto maior será a mobilidade da força de trabalho.

A bem da verdade, a concepção da mobilidade da força de trabalho é um alargamento de perspectivas da análise histórico-estrutural e, por outro lado, mostra-se incompatível com o enfoque neoclássico. Seu problema mais grave, no entanto, está na ausência de uma base empiricamente confiável para o estudo das diversas manifestações do fenômeno da mobilidade.

## **2.2 – Breve Reflexão sobre o Quadro Teórico**

Diante do exposto, fica clara a complexidade existente no estudo das migrações, dadas as controvérsias teóricas manifestas desde sua definição até suas possíveis explicações. Isto, todavia, não constitui um óbice ao seu estudo, antes, pelo contrário, atua até mesmo como estímulo no desafio de sua compreensão.

Na reflexão das abordagens teóricas, chega-se a algumas conclusões. A população encontra-se inserida num contexto de transformações permanentes, influenciando e sendo influenciada pela dinâmica do capital no espaço. Este último, segundo Santos (1978, apud Guimarães, 1994), representa a manifestação social interagindo e transformando o lugar. O espaço possui uma dimensão de um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. É, portanto, mais que uma área geográfica; é o resultado da produção, a própria natureza modificada pelo homem e, nesse sentido, está em constante mudança.

É sob esse prisma que se deve vislumbrar os movimentos da acumulação de capital no espaço, movimentos que se manifestam, ao mesmo tempo e contraditoriamente, homogeneizando e diferenciando esse espaço.

O capital, em seu processo de reprodução e valorização, procura romper barreiras regionais/espaciais e temporais, a fim de generalizar suas relações e impor sua lógica. Na busca de um mercado uno, engendra um processo de homogeneização do espaço, onde o objetivo não é igualar os níveis de desenvolvimento, mas destruir as barreiras que limitam sua valorização. Nesse processo, no entanto, gera também a diferenciação, manifesta na exclusão crescente de países, regiões e pessoas que são deixados à margem em graus de miséria e atraso cada vez mais elevados (Brandão, 1996).

Sem perder de vista essas manifestações contraditórias é que se deve pensar as migrações. Embora sejam reconhecidas como um fenômeno essencialmente social e com determinações diversas, entende-se que são as causas estruturais – geralmente de caráter econômico – que impelem os grupos sociais a se deslocarem de uma área para outra, como bem colocam os defensores do enfoque histórico-estrutural.

Os motivos individuais existem, mas são subordinados a uma lógica maior, onde a liberdade de ir e vir é questionável, uma vez que o trabalhador, despojado dos meios de produção, encontra-se também despojado de seu próprio espaço ao não encontrar ali condições de vida favoráveis. Nesse sentido, o enfoque da Mobilidade da Força de Trabalho tem razão ao afirmar que não existe migração maciça espontânea. O que existem são deslocamentos populacionais, frutos de transformações sociais, econômicas e políticas gestadas no espaço.

Não se pretende, aqui, assumir uma posição determinista do ponto de vista econômico, mas, como foi possível perceber em quase todos os enfoques, o “pano de fundo” de toda a problemática é o processo de acumulação capitalista com todos os seus desdobramentos mais diretos ou indiretos sobre a dinâmica populacional. As pessoas tendem a se deslocar em direção a áreas onde parecem existirem melhores condições de vida, depois de não encontrá-las no seu lugar de origem e, em geral, após sofrer fortes pressões expulsoras. Nesse sentido, é esclarecedora a afirmação de Martine (1992:5):

*“De fato, a distribuição populacional costuma acompanhar, grosso modo, a distribuição espacial das atividades econômicas; esta determina a localização das melhores oportunidades de trabalho e, portanto, das melhores condições de renda. Como isto, por sua vez, determina as possibilidades de alcançar uma melhor qualidade de vida para a população, é normal que as migrações se dirijam, preferencialmente, para regiões de maior dinamismo econômico.”*

### 3 – MUDANÇAS NA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NOS ANOS 80

A década de 80 foi um marco para a sociedade e a economia brasileira e ainda está por ser melhor compreendida, seja por revelar um dos momentos mais caóticos da economia, seja pelas transformações no âmbito político. A área demográfica também apresentou mudanças extremamente importantes ao longo desta década, como reflexo mesmo das transformações sociais, econômicas e políticas, como será visto mais adiante.

Estudos recentes do Censo Demográfico de 1991 revelam que houve uma sensível redução da taxa de crescimento populacional em todo o território brasileiro: no período 1970/80, essa taxa era de 2,5% a.a. e, em 1980/91, passou para 1,9% a.a. O principal responsável por esta mudança foi o declínio da fecundidade.

Em processo de queda desde 1970, quando o número médio de filhos por mulher registrou a cifra de 5,76 em contraposição ao número de 6,28 em 1960, a fecundidade decresceu a um ritmo tão acelerado durante a década de 80 que surpreendeu mesmo os estudiosos do assunto. Na verdade, previa-se a manutenção da queda, mas não um descenso tão vertiginoso. De acordo com o Censo de 1991, o número médio de filhos por mulher se encontra em torno de 2,4<sup>4</sup>. Segundo Martine (1994), o declínio da fecundidade já foi anunciado como uma das transformações estruturais mais importantes deste fim de século<sup>5</sup>. Seus impactos sobre a população brasileira vão desde mudanças na pirâmide etária até transformações no ritmo e na forma do crescimento metropolitano, exigindo a implementação de políticas públicas que contemplem estas alterações, as quais, deve-se ressaltar, não são circunstanciais, mas estruturais e de caráter irreversível.

A dinâmica demográfica dos anos 80 apresentou outro fenômeno igualmente importante: o arrefecimento da concentração urbana nas metrópoles. Anteriormente considerado inexorável, o crescimento populacional das grandes cidades mostrou uma tendência diferenciada segundo o tamanho dos municípios: as maiores cidades cresceram proporcionalmente menos em comparação com as cidades médias, evidenciando, portanto, segundo dados censitários recentes, uma moderação da metropolização.

Este fenômeno se deu tendo como contexto principal a continuidade do processo de desconcentração industrial, acompanhado de mudanças na composição do emprego,

<sup>4</sup> De acordo com análises do NEPO – Núcleo de Estudos Popacionais/UNICAMP, 1998.

flexibilização na esfera produtiva e abertura da economia, além do contexto de crise econômica e política já mencionado acima. Seus impactos são evidenciados na alteração do perfil de distribuição espacial da população, o qual assume formas diferenciadas daquelas verificadas em décadas anteriores, e desenham um novo quadro dos deslocamentos populacionais.

### **3.1 - Mobilidade Populacional no Espaço Geográfico Brasileiro no Período Recente**

Através do estudo dos Censos Demográficos de 1980 e de 1991, verificou-se que, nestes 11 anos, todas as grandes regiões do país registraram uma significativa redução em seu ritmo de crescimento se comparado às décadas anteriores. De modo geral, a população brasileira apresentou um aumento da ordem de 22,82%, chegando a 146,2 milhões de habitantes – o mais baixo crescimento registrado na história do país, correspondente a uma taxa geométrica anual de 1,89% (Bremaeker, 1992). Evidentemente que esta queda se deu de forma diferenciada nas diversas regiões e algumas apresentaram importantes variações.

Assim, por exemplo, as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram um crescimento populacional acima da média nacional: a região Norte, cresceu 53,29% e a região Centro-Oeste, 38,41%. Quanto às demais regiões, todas tiveram um ritmo de crescimento inferior à média do País: Nordeste (21,76%), Sudeste (20,08%) e Sul (16,02%) (Bremaeker, 1992).

Segundo Martine (1994), algumas hipóteses podem ser levantadas para o entendimento deste crescimento diferenciado nas regiões<sup>6</sup>. As grandes áreas Norte e Centro-Oeste (em parte), receberam um contingente significativo de migrantes durante a década de 80 devido à abertura de fronteiras agrícolas no final dos anos 70. A região Nordeste, por sua vez, sob o impacto da recessão que atingia as metrópoles industriais, parece ter contido seu tradicional fluxo emigratório, reduzindo a migração para o Sudeste e vivendo, inclusive, uma migração de retorno<sup>7</sup>.

A região Sul continuou expulsando contingentes de migrantes, principalmente do estado do Paraná, onde se observou um significativo êxodo rural. Por fim, a região Sudeste,

<sup>5</sup> Para maior aprofundamento, ver CARVALHO, J. A. M. O Tamanho da População Brasileira e sua Distribuição Etária: uma visão prospectiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6; 1988, Olinda, *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1988. v.1, p.37-66.

<sup>6</sup> Para o autor, as mudanças ocorridas na distribuição espacial da população através do tempo podem ser decorrentes, em termos demográficos, de combinações variáveis de crescimento vegetativo e migrações e, em termos sócio-econômicos, das transformações na estrutura da sociedade.

<sup>7</sup> Sobre migração de retorno para o Nordeste, ver RIBEIRO, J.T.L. *Estimativa da Migração de Retorno e de Alguns de seus Efeitos Demográficos Indiretos no Nordeste Brasileiro: 1970-1980 e 1981-1991*. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 1997. (Tese de Doutorado).

que por ter estrutura mais complexa sofreu com maior vigor os impactos da crise econômica, apresentou taxa reduzida de crescimento populacional – pela primeira vez menor que a do Nordeste – e pequenos ímpetos de deslocamentos para suas principais metrópoles.

Na dinâmica demográfica recente, cabe ressaltar, no entanto, que um dos resultados mais importantes explicitados pelo Censo de 1991 refere-se às mudanças no padrão migratório nacional ou na mobilidade da população. As novas modalidades de deslocamentos populacionais têm levado os pesquisadores a repensarem o próprio conceito de migração. Definido como a mudança de residência permanente de um município para outro, os estudos clássicos sobre os processos migratórios se desenvolveram num período marcado, principalmente, por deslocamentos no sentido rural-urbano (campo - grandes cidades). Os movimentos da última década apresentam novas características.

Anteriormente de longa distância, com predominância da migração interregional, os deslocamentos de população passaram a se caracterizar por movimentos de curta distância com ênfase na migração intra-regional; de dinâmica rural-urbana, passaram a predominar os deslocamentos entre núcleos urbanos; de movimentos migratórios de pequenos municípios para grandes cidades, sobressaiu-se a busca por cidades próximas às metrópoles e cidades de porte médio<sup>8</sup> que apresentassem melhores índices de qualidade de vida comparativamente às metrópoles.

A principal expressão destas mudanças foi, sem dúvida, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). “*De principal área de concentração de população e de recepção de migrantes do País, a metrópole paulista apresentou uma taxa de crescimento populacional de apenas 1,9% a.a., no período 1980/91, contra os 4,5% registrados em 1970/80*”. (Aranha, 1996:706). O saldo migratório de mais de 2 milhões de pessoas na década de 70, caiu para 500 mil no decênio seguinte. E a natureza dessa queda é expressa na diminuição significativa da migração interestadual, que passou de 1,3% a.a., em 1970, para apenas 0,3% no período 1980/91 (Cunha, 1996). Tais dados refletem duas ocorrências: a diminuição da imigração rumo a São Paulo e, ainda, um expressivo êxodo de população que está emigrando para outras regiões do País. Os principais determinantes deste processo serão analisados no próximo tópico. Por ora, serão mencionadas outras evidências empíricas.

---

<sup>8</sup> Para Martine (1994), as cidades de tamanho médio são aquelas que se encontram na faixa de 100 a 500 mil habitantes.

Através de uma pesquisa<sup>9</sup> que procurou diagnosticar as tendências migratórias no contexto regional paulista a partir de levantamento amostral, Baeninger (1996) expõe dados importantes sobre as características dos deslocamentos populacionais no Estado de São Paulo referentes à década de 80.

Dentre os resultados, evidenciou-se uma elevada participação de chefes de domicílio migrantes para o conjunto dos chamados Pequenos Municípios<sup>10</sup>. Do total de chefes migrantes, 28% estão nestas cidades, enquanto uma proporção menor (16,5%) localiza-se na RMSP. Os demais distribuem-se em outras regiões metropolitanas do Estado – Campinas e Santos – e em sedes regionais. O menor percentual apresentado por São Paulo pode estar explicitando uma diminuição do fluxo de imigrantes rumo a esta metrópole nos anos 80.

Algo que reforça esta hipótese é o fato de 80% dos chefes de domicílio estudados terem manifestado a preferência por cidades médias como local de residência devido a fatores como: melhor qualidade de vida expressa na facilidade de acesso a serviços urbanos e de saúde, oportunidades de emprego e maior possibilidade de obtenção da casa própria.

Na verdade, o patamar de urbanização alcançado pelas cidades do Interior paulista, principalmente a partir da década de 80, potencializou maior dinâmica econômico-regional a estes municípios que, além de reter sua população, vêm atraindo contingentes da metrópole, indicando um novo direcionamento aos fluxos migratórios. Os movimentos populacionais têm sido de curta distância com predomínio dos deslocamentos intra-estaduais e intra-regionais, os quais, segundo Baeninger (1996), parecem ter garantido, nesse decênio, a retenção de uma população que potencialmente migraria.

Características semelhantes foram encontradas na dinâmica migratória de Minas Gerais. Análises do Censo de 1991 revelaram uma inversão das tendências concentraçãoistas no Estado, mais particularmente no que se refere à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

De acordo com Matos (1994), Belo Horizonte chegou a incorporar 13,3% da população mineira em 1980, mas reduziu sua participação no total do Estado e, em 1991, detinha 12,8%. Seu peso na região metropolitana também declinou: de 68,2%, em 1980, para 58,8% em 1991. Ao lado destas alterações, verificou-se que os municípios do entorno da metrópole

<sup>9</sup> Para esclarecimentos sobre a metodologia da pesquisa e demais resultados, ver Relatório Final do Projeto *Migrações, Emprego e Projeções Demográficas para o Estado de São Paulo: pesquisa regional por amostra domiciliar*, NEPO-NESUR/UNICAMP, dezembro de 1995.

<sup>10</sup> Foram denominados Pequenos Municípios aquelas localidades com menos de 20 mil habitantes. No conjunto dos municípios pesquisados, este grupo abrange 40 localidades.

aumentaram sua participação populacional no Estado como um todo de 19,5% para 21,2%, no mesmo período.

O processo de desconcentração populacional na RMBH iniciou-se nos anos 70 com o redirecionamento dos fluxos imigratórios que tinham como destino Belo Horizonte. O desenvolvimento econômico e urbano de municípios próximos à metrópole veio acontecendo de forma rápida e intensa. No período 1980/91, estes municípios, em número de 12, mais que dobraram sua população, apresentando saldos positivos de migração líquida intra-metropolitana, provenientes, em grande parte, de Belo Horizonte.

As evidências parecem, pois, confirmar a tendência à reversão da polarização demográfica. Enquanto aqueles municípios, situados na periferia metropolitana, exibiram as mais altas taxas de crescimento populacional na década de 80, a Capital, além de ter crescido a taxas modestas, chegou a apresentar perdas líquidas de população.

Em linhas gerais, a análise dos dados do Censo Demográfico de 1991 revelou que houve, nos anos 80, uma nítida redução da concentração em cidades grandes, especialmente na região Sudeste. Também o sentido dos fluxos migratórios se alterou com tendência a não mais predominar a migração rural-urbana e inter-regional, mas movimentos de curta distância e entre localidades urbanas.

De acordo com Martine (1994), de 1940 a 1970, observou-se um aumento contínuo e expressivo na participação das cidades de maior tamanho nas populações urbana e total. Na década de 70, houve uma quebra desta tendência e, na de 80, verificou-se uma inversão da mesma. Ocorreu, de fato, um arrefecimento no processo de urbanização e de concentração progressiva da população nas metrópoles.

A bem da verdade, estas mudanças vêm delinear um novo quadro demográfico no Brasil, quadro esse que constitui um fenômeno estrutural da maior relevância para a sociedade. O entendimento dos fatores que desencadearam essas mudanças é tarefa imprescindível para a compreensão da nova dinâmica populacional.

Antes de encerrar este breve levantamento teórico e das principais mudanças na distribuição espacial da população brasileira, cabe lembrar duas questões fundamentais para se construir um quadro de referência mínimo para se analisar as especificidades do processo imigratório para a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: 1) reconhecer que o período em foco, década de 80, foi marcado pelo processo de desconcentração produtiva rumo à periferia, necessitando destaque o grande dinamismo localizado no chamado “Brasil Central”,

e 2) reconhecer que o estudo trata de um período de grave crise econômica e social denominado de “década perdida”, e que este ambiente de “paralisia” traz uma série de consequências para a análise aqui realizada.

### **3.2– Um Novo Padrão Demográfico Brasileiro?**

Não se pode atribuir a causa da diminuição do crescimento metropolitano a um elemento isolado, mas deve-se considerar a atuação de diferentes fatores complementares, tais como a desconcentração industrial, a progressiva interiorização da produção, a profunda crise econômica, a queda da fecundidade, entre outros. Cronologicamente, estes fatores adquiriram potência em épocas distintas, porém intrinsecamente ligados, cada um deles desembocou no fenômeno ora analisado, o qual vem conformando um novo quadro à dinâmica demográfica do País, especialmente no que se refere ao redirecionamento dos fluxos migratórios.

#### **3.2.1- A Desconcentração Produtiva e a Emergência de Novas Áreas de Crescimento**

Historicamente, o processo de industrialização no Brasil se deu com forte concentração em algumas cidades ou áreas metropolitanas, tanto no que se refere à concentração das atividades econômicas quanto à aglomeração populacional nestes grandes centros. Sabe-se que “... *a distribuição espacial da população costuma seguir, grosso modo, a alocação das atividades econômicas...*” (Martine, 1994:34), daí o fato de a polarização da indústria nas metrópoles do Sudeste, principalmente, atrair elevado número de pessoas de outros estados. No final da década de 60, somente a cidade de São Paulo e sua área metropolitana já detinham, respectivamente, 24% e 34% do emprego industrial do país<sup>11</sup>. Desde longa data, o estado já era o mais populoso (Diniz e Crocco, 1995).

A partir do período denominado “Milagre Econômico” (1967-73), inicia-se um novo ciclo expansivo na economia fundamentado num intenso processo de crescimento industrial com forte desconcentração geográfica. Cresceu o número de áreas industriais para além das metrópoles devido também ao desenvolvimento da infra-estrutura de transportes, energia e

---

<sup>11</sup> - Nesta época, o Rio de Janeiro estava em processo de decadência devido a fatores de enfraquecimento econômico interno, mas a participação de sua área metropolitana ainda era de 10% no total nacional (Diniz e Crocco, 1995).

telecomunicações, e de economias de aglomeração que acabaram por atrair novas indústrias para as cidades do interior.

Mesmo sofrendo os impactos da crise econômica mundial a partir de 1974 e, por isso, vendo interrompido o período de expansão econômica, o governo implementa o chamado II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) como grande tentativa de assegurar a continuidade do ciclo expansivo.

Através deste plano, o governo desencadeou ações que reforçaram a desconcentração da atividade produtiva. Importantes programas de desenvolvimento foram colocados em funcionamento em regiões como a Amazônia e os cerrados. O que se buscava, na verdade, era gerar, nestas regiões, uma agricultura moderna e altamente produtiva, capaz de gerar saldos exportadores expressivos, agora tão relevantes para a obtenção de divisas que pudessem dar seguimento ao processo de crescimento.

Evidentemente, esses projetos trouxeram impactos significativos para as localidades de sua abrangência, e um dos resultados mais imediatos foi o surgimento de atividades modernas ligadas à agricultura, as quais acabaram por impulsionar o desenvolvimento da economia e da infra-estrutura urbana, levando à criação de verdadeiros pólos regionais no interior. *“A periferia nacional tornou-se a maior receptora dos novos investimentos ...”* (Pacheco, 1992:149).

Mesmo com a interrupção do II PND, com a deterioração do quadro internacional, o resultado desse processo foi a redução da concentração industrial em São Paulo ou, como é chamado, a reversão da polarização da área metropolitana. Em 1970, a indústria desta metrópole participava com 58,1% do produto industrial brasileiro. Entre 1970 e 1980, essa concentração se reduziu para 54,4%, como resultado do desempenho excepcional da indústria da periferia nacional (Pacheco, 1992).

De 1970 a 1985, quando se observa o auge da desconcentração regional, alguns elementos foram apontados como determinantes do fenômeno. Inicialmente, o próprio processo de integração do mercado nacional comandado por São Paulo, em sua fase de acumulação desconcentrada (pós 1960), estimulou as bases produtivas nas áreas periféricas. Nestas áreas, por sua vez, as políticas de desenvolvimento regional, fundamentadas em incentivos fiscais, financeiros e outros, exerceram um papel de atração sobre o capital produtivo. A importância dos investimentos públicos federais em infra-estrutura foi decisiva para a criação de melhores condições locacionais para as novas indústrias.

As políticas de incentivo às exportações, implementadas a partir de meados dos anos 60, promoveram intensa modernização no setor agrícola (embora socialmente conservadora) e estabeleceram a ligação definitiva entre agricultura e agroindústria. Vários são os impactos desse processo de modernização sobre a produção e sobre o trabalho. Por ora, cabe apenas colocar que houve, simultaneamente às mudanças no setor rural e relacionadas a elas, o desenvolvimento de um conjunto de atividades no setor urbano e industrial: o fornecimento de insumos industriais e de bens de capital para a agricultura, o processamento da produção agrícola e o surgimento de novas atividades no setor de serviços em resposta às transformações urbanas e rurais daí decorrentes. Todo esse processo contribuiu para a criação de “*economias de urbanização em várias cidades e regiões, facilitando a desconcentração industrial*” (Diniz e Crocco, 1995).

Por fim, a crise econômica da década de 80, que parece ter incidido muito mais sobre as metrópoles, especialmente São Paulo, exerceu sua influência sobre a desconcentração à medida que provocou altas quedas da produção paulista em contrapartida à estabilização e, em algumas regiões, ao crescimento das atividades produtivas na periferia. Os impactos da crise sobre a diminuição do crescimento da população metropolitana e sua redistribuição espacial serão vistos no próximo item.

Cabe afirmar que o processo de desconcentração produtiva não se deu de forma homogênea em todo o país. Apenas algumas regiões se destacaram e, dentro delas, algumas cidades. No Estado de São Paulo, por exemplo, apresentaram maior crescimento econômico e populacional as cidades próximas à metrópole e as cidades de porte médio localizadas no interior.

Outros dois grandes eixos despontam como áreas de desenvolvimento regional. Um deles refere-se aos estados do Sul, que viram seu potencial industrial e agrícola crescerem nas

últimas décadas e, ainda, contam com as oportunidades econômicas trazidas pelo MERCOSUL. O outro eixo vem em direção à região central de Minas Gerais, compreendendo municípios próximos a Belo Horizonte, onde se localiza parcela importante da indústria metalúrgica, com intensificação de atividades correlatas. No interior do estado, vêm se destacando cidades de porte médio que apresentam crescente potencial industrial e agroindustrial, bem como infra-estrutura urbana e de serviços. Este é o caso da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e de algumas cidades como Juiz de Fora. No restante do País, destacam-se áreas industriais dispersas no território que, ou já fazem parte de antigas áreas de ocupação com concentração econômica e populacional – por exemplo, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém -, ou surgiram e se desenvolveram nas últimas décadas devido à utilização de recursos naturais ou em virtude dos incentivos fiscais regionais (Diniz e Crocco, 1995).

A partir de 1985, a desconcentração das atividades econômicas sofreu um arrefecimento devido a vários fatores como: o desmantelamento do Estado Nacional e de muitos órgãos regionais comprometendo as políticas de desenvolvimento regional; a abertura sem critérios da economia ao comércio exterior, que impactou duramente sobre a indústria nacional e a debilidade fiscal e financeira dos governos federal e estadual com a consequente queda nos investimentos em infra-estrutura e energia, comprometendo a geração de economias externas nas periferias, entre outros.

Em que pese essa diminuição do processo, a reestruturação produtiva da década de 80, relacionada às mudanças tecnológicas e organizacionais, bem como ao surgimento de novos setores industriais, contribuiu para a continuidade da desconcentração industrial. Mas esta, deve-se ressaltar, tem manifestado uma tendência crescente de se dar em direção às cidades do entorno das metrópoles e às cidades médias do interior dos estados do centro-sul. Não é por razões triviais que isto vem ocorrendo. Estas cidades estão localizadas em áreas detentoras de grande avanço tecnológico e industrial, além de apresentarem uma rede desenvolvida nos campos da pesquisa, da infra-estrutura de transportes e telecomunicações, e da rede urbana, o que vem atraindo as plantas industriais e, com elas, um conjunto de atividades econômicas. Como já apresentado anteriormente, expressivos volumes de migrantes para aí se deslocam atraídos que estão pelas oportunidades que parecem existir em tais áreas.

Vale afirmar que “...a atividade industrial per se não arrasta, atrai e fixa a população numa nova localidade...”; ela seria, na verdade, um motor que gera produção, renda e uma certa quantidade de empregos. “Contudo, é o efeito dinamizador desta atividade sobre o comércio e os serviços que, posteriormente, acabam gerando uma massa quantitativamente superior de empregos e, portanto, fixando contingentes significativos de migrantes” (Martine, 1994: 34).

### 3.2.2 – A Crise Econômica

Os anos 80 ficaram marcados pela recessão econômica, pela elevação do desemprego e por uma grave crise social. Só entre 1980 e 1983, o produto industrial caiu à média anual de 5,4% e o PIB a 1,7%. (Pacheco, 1992). No fim do decênio, todos os indicadores refletiam os impactos da crise e da estagnação da economia brasileira.

De 1984 a 1986, houve uma recuperação da atividade econômica graças ao crescimento das exportações e aos efeitos do Plano Cruzado. Contudo, prevaleceu uma trajetória de crescimento lento agudizado por uma crise fiscal crescente e pela predominância de uma inflação crônica. No âmbito da produção industrial pode-se visualizar um retrato destes anos. A taxa média de crescimento, no período 1980-1990, foi quase nula para o Brasil e, para São Paulo, negativa. Também o desempenho das regiões periféricas revelou-se modesto.

Mas os impactos da crise não se deram de forma homogênea para todas as regiões e estados do País. O Nordeste, por exemplo, segundo a SUDENE, apresentou taxas de crescimento superiores às médias nacionais em todos os setores, no período 1980 e 1988 – crescimento do PIB regional da ordem de 3,6%, enquanto a média nacional foi de 3,1%. Isto pode ser explicado pelo fato de que os investimentos públicos, nesse momento, embora reduzidos, privilegiaram as regiões Norte e Nordeste.

Além disso, áreas onde predominavam atividades ligadas à agroindústria, principalmente voltadas à exportação, conseguiram apresentar crescimento satisfatório. “Em que pese a retração do crédito subsidiado, no contexto da crise fiscal da década, a agricultura cresceu a taxas mais elevadas que a média do PIB, atenuando os efeitos da crise industrial” (Pacheco, 1992:153).

De fato, as localidades que mais sofreram os efeitos da crise econômica foram as áreas mais industrializadas ou as grandes metrópoles. As repercussões da crise sobre as atividades

produtivas puderam ser vistas com clareza na intensificação do desemprego e na progressiva deterioração da taxa de ocupação<sup>12</sup>. O termo “metropolização da pobreza” (Brito, 1998) denota bem o quadro de pauperização a que foram submetidos os habitantes das grandes cidades, os quais, num contexto de baixo dinamismo da oferta de emprego, de condições de vida precárias e num ambiente de crescente violência, conformam um quadro que não constitui nenhum atrativo para a imigração de novos contingentes, o que pode ter incentivado uma menor migração para estas cidades e, inclusive, ter desencadeado uma expressiva migração de retorno<sup>13</sup>.

Um dos expoentes dessa mudança é o declínio dos deslocamentos migratórios com sentido rural-urbano. O êxodo rural apresentou uma redução significativa nos anos 80 (10,5 milhões de pessoas saíram do campo neste período, enquanto, na década de 70, esse número era de 16 milhões). Na verdade, essa diminuição já era prevista. Inicialmente, porque o grande êxodo das décadas anteriores havia contribuído para reduzir o estoque absoluto de pessoas que residem no campo – entre 1970 a 1980, a população rural chegou a declinar de 41 milhões para 38,6 milhões (Martine, 1994). Além disso, a crescente queda da fecundidade faz com que a população rural não cresça tão rapidamente como antes e, com isto, o estoque de migrantes em potencial também não cresce no mesmo ritmo como no passado. Enfim, todos estes fatores serviram para diminuir a migração de origem rural e destino urbano, e isto teve importante peso na redução do ritmo de crescimento metropolitano.

#### **4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Brasil, como um todo, tem passado por profundas transformações em sua composição demográfica nos últimos anos, especialmente no que se refere à distribuição espacial da população. Encontrar os determinantes deste processo e explicar como vem ocorrendo não é tarefa fácil.

Os debates teóricos acerca da problemática das migrações e seus novos contornos têm deixado transparecer a necessidade de mudanças nas explicações clássicas dos deslocamentos populacionais. É preciso compreender, por exemplo, que a direção dos movimentos é

<sup>12</sup> Esta deterioração se dá devido ao baixo crescimento dos salários do setor industrial. Altera-se o perfil da mão-de-obra e os trabalhadores se dirigem para outros setores, além de crescer o setor informal da economia.

<sup>13</sup> Os estudos e dados apresentados na seção anterior, bem como as referências bibliográficas indicadas, reforçam esta hipótese.

preponderantemente urbana-urbana e de curta distância, com tendência de afirmação dos deslocamentos intra-estaduais. Este quadro difere significativamente daquele sob o qual se davam as primeiras explicações: migrações da área rural para a área urbana e de longa distância, prevalecendo os movimentos interestaduais.

Na verdade, as mudanças que vêm ocorrendo fazem parte de um processo maior por que os países avançados já passaram e estão passando em grau mais elevado, processo esse denominado de “Transição Demográfica”. A queda da fecundidade, por exemplo, é um fenômeno já conhecido no primeiro mundo. A alteração na direção dos fluxos migratórios, de predominantemente rural-urbano para urbano-urbano, também está intimamente ligada ao grau de urbanização da sociedade, e vem sendo observada há muito nos países desenvolvidos. Deve-se ter claro, no entanto, que esses processos foram desencadeados por razões variadas e tiveram também impactos diferenciados em cada País.

Em que pese a importância das demais variáveis demográficas, a migração assume papel relevante no processo de redistribuição populacional, visto que é ela a que expressa mais rapidamente e de forma mais direta os impactos das transformações econômico-sociais.

O processo de desconcentração da população nas grandes cidades, discutido no decorrer do texto, vem sendo apontado como um dos fenômenos demográficos mais relevantes da década de 80, seja por contrariar completamente as expectativas anteriores de adensamento populacional nas metrópoles, seja pelo que significa em termos de perspectivas de desenvolvimento econômico e social do País.

É fato que o Brasil, apesar do declínio do ritmo de metropolização, é um país metropolitano, cada vez mais urbano. Entretanto, o arrefecimento da megalopolização, desencadeado pelos fatores expostos, possibilitou o surgimento de novas áreas de crescimento econômico e uma tendência crescente à redireção dos fluxos migratórios para estas.

É no conjunto dessas transformações que se pretende visualizar o que vem ocorrendo na dinâmica migratória do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, acreditando que também essa região foi fortemente impactada pelos desdobramentos daquelas mudanças.

## CAPÍTULO 2

# CARACTERÍSTICAS DA IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL PARA O TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

### 1 - INTRODUÇÃO

O processo de redistribuição de população com a desconcentração populacional dos grandes centros urbanos, analisado no capítulo anterior, também vem se manifestando como tendência em Minas Gerais desde a década de 70 e mais intensamente nos anos 80. Estudos recentes têm mostrado que as regiões tradicionalmente receptoras de população manifestam perda relativa de seu poder de atração populacional se comparadas às regiões historicamente expulsoras. Além disso, o crescimento demográfico expressivo das cidades próximas à metrópole permite visualizar o fenômeno da periferização do crescimento metropolitano já descrito anteriormente.

A importância da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na dinâmica migratória do estado revela-se crescente. Durante o decênio 1981-91, esta região foi a terceira que mais recebeu população migrante de outros estados, perdendo somente para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e para o Sudoeste e Sul de Minas, além de apresentar um volume expressivo de migrações intra-estaduais, como será visto no capítulo posterior (Carvalho et al., 1998).

O objetivo deste capítulo é expor as principais características da população migrante interestadual que teve como destino a região do Triângulo nos anos 80. Para isto, serão utilizados os dados dos censos de 1980 e de 1991, o que possibilita uma comparação entre os fluxos imigratórios ocorridos nas décadas de 70 e 80. Serão abordadas informações da população imigrante no que se refere à sua procedência, às localidades de destino, às situações de domicílio anterior e atual, bem como dados sobre sexo, idade, grau de instrução e tempo de residência.

Antes, porém, buscar-se-á compor o quadro das principais modificações por que o estado de Minas Gerais tem passado em sua dinâmica demográfica, entendendo que as mesmas em muito influenciam a própria composição populacional do Triângulo. Em seguida,

pretende-se mostrar a evolução da população na área estudada no período 1980-91. Finalmente, são apresentadas as características dos imigrantes interestaduais.

## 2 - MINAS GERAIS: MUDANÇAS NA DINÂMICA DEMOGRÁFICA

Inserido na Região economicamente mais dinâmica do país, Minas apresentou diferenças marcantes em relação aos demais estados do Sudeste no decorrer de seu crescimento populacional. Enquanto em 1960, Rio de Janeiro e São Paulo detinham uma população majoritariamente urbana, Minas e também o Espírito Santo, apresentavam percentuais elevados de população no campo (61,2% e 70,8%, respectivamente). Somente a partir dos anos 70, estes estados se aproximam da média brasileira, que era de 55,9% da população residindo na zona urbana (Rigotti e Carvalho, 1997).

Na Tabela 1, é possível perceber como se deu a evolução da população total, urbana e rural em Minas nos períodos 1970-80 e 1980-91 no que se refere às classes de tamanho dos municípios.

Tabela 1  
Taxas Geométricas de Crescimento por Classes de Tamanho dos Municípios – Minas Gerais

Classes de Tamanho	1970-80			1980-91		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
0 a 2.000 habitantes	0,30	2,39	-1,37	-9,95	-8,55	-10,00
2.000 a 5.000	1,48	4,33	-1,81	-8,09	-9,97	-5,69
5.000 a 10.000	0,20	3,34	-2,19	-3,06	-3,06	-3,06
10.000 a 20.000	0,42	3,65	-2,02	-0,03	0,89	-1,09
20.000 a 50.000	0,69	3,48	-2,01	3,02	4,38	0,91
50.000 a 100.000	1,87	3,77	-2,17	4,89	5,65	2,25
100.000 a 200.000	4,26	7,38	-2,93	8,32	9,29	3,11
200.000 a 500.000	4,35	5,21	-3,73	5,92	6,03	4,09
500.000 a 1.000.000	-	-	-	-	-	-
Mais de 1.000.000	3,73	3,75	-1,46	1,15	1,15	1,64

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991, apud Rigotti e Carvalho (1997).

Como se pode verificar, todas as classes tiveram taxas de crescimento positivas na década de 70, especialmente os municípios compreendidos entre as faixas 200.000 a 500.000 (4,35% a.a.) e 100.000 a 200.000 (4,26), destacando-se também o crescimento da população urbana destes municípios mais do que o dos outros, embora todas as categorias tenham

apresentado taxas elevadas de crescimento das áreas urbanas. As áreas rurais, por sua vez, tiveram crescimento negativo em todas as classes de municípios.

O período 1980-91 apresentou grandes mudanças. Todas as classes de municípios até 20.000 habitantes apresentaram crescimento negativo em suas populações totais e, com exceção do grupo *10.000 a 20.000*, também em suas populações urbanas. Por outro lado, os municípios de 20.000 a 500.000 tiveram crescimento positivo quanto à população total, urbana e, inclusive, rural. É interessante observar que a categoria *Mais de 1.000.000*, da qual faz parte somente Belo Horizonte, apresentou taxas de crescimento bem inferiores às da década de 70, o que confirma o que já foi dito anteriormente sobre o arrefecimento do processo de metropolização nos anos 80.

As taxas de crescimento apresentadas acima recebem a influência de dois componentes demográficos principais: a fecundidade e a migração. Quanto à primeira, sabe-se que se revela elevada, pode contribuir no crescimento populacional mais que a migração, através do aumento da natalidade. Mas, ao contrário, quando está baixa e, mesmo assim, as taxas de crescimento populacional estão altas, possivelmente a variável mais determinante é a migração.

Na década de 60, por exemplo, Minas Gerais apresentou uma taxa de fecundidade muito alta, tanto no que se refere à população total, quanto à urbana e rural (6,3; 5,3 e 7,7 filhos por mulher em idade reprodutiva, respectivamente). Nesse momento, a participação do crescimento vegetativo, via natalidade, no crescimento populacional, foi muito expressiva (Rigotti e Carvalho, 1997).

De outro lado, na década de 80, essas taxas de fecundidade se reduzem significativamente para 2,7 (população total), 2,4 (urbana) e 4,0 (rural), acompanhando a tendência nacional, como já colocado no capítulo anterior. Duas consequências demográficas imediatas dessa diminuição são a queda do crescimento vegetativo e a modificação da estrutura etária. Segundo Carvalho (1997), entre 1970 e 1996, parece ter havido uma diminuição significativa do peso relativo da população jovem (abaixo de 25 anos), com o conseqüente aumento nos demais grupos etários, o que, em outras palavras, explicita um processo de envelhecimento da população.

Quanto ao crescimento populacional, verificou-se que, no período 1981/91, pelo menos no que se refere a algumas categorias de municípios (aqueles que detêm mais de 50.000 habitantes), os percentuais se mostraram mais elevados que as taxas de fecundidade,

sinalizando uma maior participação da migração nesse crescimento, fato totalmente novo na história de Minas, que já havia sido consagrado como um estado expulsor de população. Este perfil, apesar de vir passando por transformações consideráveis, não foi revertido.

Durante quase todo o presente século, Minas Gerais se caracterizou como um dos estados que mais perdiam população para outras regiões do Brasil, principalmente para aquelas de maior desenvolvimento industrial, como São Paulo, por exemplo, e para as regiões de expansão da fronteira agrícola, como o Paraná e o Centro-Oeste. Só São Paulo e Rio de Janeiro receberam quase 60% dos emigrantes de Minas, os quais corresponderam, nos anos 60, a 22% do total de emigrantes interestaduais do Brasil. Nesse período, o estado mineiro recebeu somente 527 mil imigrantes, o que significava uma entrada de apenas 0,26 pessoas para cada habitante que saía de Minas (Carvalho et al., 1998).

A partir de fins da década de 60, iniciou-se um processo de desaceleração da emigração mineira. Durante os anos 70, Minas continuou perdendo população, mas o volume foi menor que na década anterior. A bem da verdade, em meio à retomada de crescimento da economia brasileira, o estado procurou aproveitar as oportunidades que lhe sobrevieram. Na verdade, implementou-se uma agressiva política de incentivos fiscais e criou-se um aparato institucional de fomento e captação de investimentos a fim de promover o desenvolvimento industrial mineiro.

O resultado dessas medidas foi o crescimento do Produto Interno Bruto do estado a uma taxa de 10,0% a.a. – acima da média brasileira (9,0%), acompanhado de um expressivo aumento da capacidade de absorção da mão-de-obra urbana, o que implicou no crescimento da população economicamente ativa urbana a uma taxa de 6,1% a.a., significativamente superior à apresentada na década anterior (4,0%). Nesta fase, conhecida como o “Milagre Mineiro”, a economia de Minas logrou um aumento na capacidade de retenção da população no estado ou, pelo menos, em alguns de seus centros urbanos.

Os dados sobre a imigração para Minas, nos anos 70, reafirmam esta hipótese. Aumentou em torno de 16% o número de imigrantes, os quais, deve-se ressaltar, provêm principalmente de São Paulo, e depois de Paraná e Centro-Oeste, locais para onde se dirigiram os maiores fluxos de mineiros nos anos passados, apontando para a possibilidade de se ter acelerado o retorno desses emigrantes. Áreas como a Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (alguns municípios: Uberlândia e Uberaba, principalmente) e algumas cidades médias do sul de Minas (Pouso Alegre, Varginha, Lavras e

Poços de Caldas) se destacaram como principais focos de destino desse contingente populacional.

A emigração, por outro lado, apresentou uma queda de cerca de 40 % entre os anos 60 e 70, prevalecendo São Paulo como a grande receptora desses emigrantes, mas reduzindo substancialmente a participação do Rio de Janeiro e do Paraná como locais de destino. No caso do Rio de Janeiro, isto ocorreu provavelmente porque já havia iniciado um longo processo de estagnação de sua economia, e, no que se refere ao Paraná, devido ao esgotamento da capacidade de absorção de mão-de-obra de sua fronteira agrícola (Carvalho et al., 1998).

Os anos 80 trouxeram alterações importantes. Minas Gerais continuou sua trajetória de diminuição gradativa da evasão populacional, mas sofreu impactos da forte recessão por que passou a economia nesses anos: o crescimento da PEA urbana reduziu-se de 6,5% a.a. para 3,1% a.a., e o PIB cresceu apenas 15,9% entre 1980-1990 (mesma taxa do PIB brasileiro) (Carvalho et al., 1998). Contudo, como já colocado anteriormente, a crise econômica atingiu com maior intensidade as metrópoles, como São Paulo, por exemplo, reduzindo suas capacidades de atração e contribuindo para os processos de desconcentração produtiva e redistribuição populacional.

Nesse contexto, as imigrações para Minas continuaram crescendo como na década anterior, ampliadas pelo retorno dos emigrantes. O estado continuou perdendo população, mas, agora, para cada habitante que saía, entrava 0,79. Cabe ressaltar que, no quadro das características gerais dos imigrantes e emigrantes de Minas, a população que vem de outros estados é fundamentalmente mais velha devido à migração de retorno, mas ainda em idade ativa, enquanto a população que sai se caracteriza por ser mão-de-obra jovem.

Entre 1981 e 1991, Minas recebeu cerca de 812.000 imigrantes, apresentando um saldo migratório ainda negativo de 207.184, mas uma taxa líquida de migração praticamente inexpressiva de -1,4%, expressando que a perda de população de Minas tem se tornado menor (Carvalho et al., 1998).

As áreas que mais receberam população de outros estados foram as que mais se expandiram economicamente, como as mesorregiões: Região Metropolitana de Belo Horizonte (recebeu 23,5% dos imigrantes interestaduais), Sudoeste e Sul (18,9%) e Triângulo/Alto Paranaíba (18,0%), já mencionadas anteriormente. Nesse mesmo período,

retornaram para Minas cerca de 387 mil mineiros (47,7% do total de imigrantes), incluindo neste número os mineiros que emigraram durante a última década e em períodos anteriores.

A participação da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, enquanto terceira maior receptora de imigrantes na década de 80, vem, pois, contribuir para o quadro de arrefecimento da evasão de população do estado. A presente pesquisa procura, portanto, a partir desse contexto estadual, analisar a evolução da população, bem como as características dos imigrantes do Triângulo/Alto Paranaíba, acreditando servir de contribuição para o entendimento das mudanças em Minas Gerais.

### **3 – TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA E A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO**

A chamada Mesorregião IV do IBGE, no Censo Demográfico de 1991, é composta por 7 microrregiões e 61 municípios, cuja distribuição encontra-se explicitada na Metodologia (item 2.3).

Para melhor visualização das mudanças no crescimento da população de 1980 a 1991, optou-se por realizar uma análise baseada na estratificação dos municípios segundo classes de tamanho por número de habitantes.

Como mostra a Tabela 2, a região detinha, em 1980, maior número de municípios na classe de *2.001 a 5.000 habitantes* (19 municípios), fato que prevalece em 1991 embora com a diminuição de um município (Douradoquara) que passou a integrar a faixa *Até 2.000 habitantes*, conforme se vê nas Tabelas A.2 e A.3 (Anexo A). Ainda que a classe *Mais de 100.000* seja uma das menos representativas em número de cidades, é a que detém maior número de habitantes em toda a região, participando com 32,92% (1980) e 42,73% (1991) na população total. É interessante notar que a participação populacional relativa de quase todas as classes foi reduzida no período 1980/91, com exceção das faixas *Até 2.000* e *Mais de 100.000*, o que deixa evidenciar que foram justamente os dois extremos de municípios os que mais cresceram em população – os menores e os maiores, fato que pode ser melhor entendido mais adiante quando serão analisadas as taxas de crescimento de cada município.

Outro fator a ressaltar refere-se aos percentuais de pessoas que vivem na zona urbana e na zona rural. Percebe-se claramente que as classes de tamanho maiores são as que possuem

os percentuais mais elevados na zona urbana, indicando um grau de urbanização crescente nestas faixas, enquanto a participação de pessoas na zona rural se reduz sensivelmente. Em 1980, ainda nos municípios até 10.000 habitantes, a porcentagem de pessoas residentes no campo supera a porcentagem daquelas que vivem nas cidades, fato que se modifica em 1991 quando, para todos os estratos, o volume de pessoas na zona rural mostra-se inferior ao apresentado na zona urbana.

Tabela 2  
População Total, Urbana e Rural por Classes de Tamanho dos Municípios e Participação Relativa

1980						
Classes	No. de Munic.	% na Região	População Total	% na Região	% pessoas no Urbano	% pessoas no Rural
Até 2.000 habitantes	2	3,28	3.323	0,25	47,97	52,03
De 2.001 a 5.000	19	31,15	62.118	4,65	46,08	53,92
De 5.001 a 10.000	13	21,31	95.984	7,18	48,72	51,28
De 10.001 a 20.000	13	21,31	192.507	14,40	59,77	40,23
De 20.001 a 50.000	8	13,11	245.797	18,38	63,85	36,15
De 50.001 a 100.000	4	6,56	297.295	22,23	85,45	14,55
Mais de 100.000	2	3,28	440.164	32,92	94,08	5,92
Total	61	100,00	1.337.188	100,00	76,07	23,93
1991						
Classes	No. de Munic.	% na Região	População Total	% na Região	% pessoas no urbano	% pessoas no Rural
Até 2.000 habitantes	3	4,92	4.656	0,29	60,46	39,54
De 2.001 a 5.000	18	29,51	62.030	3,95	59,51	40,49
De 5.001 a 10.000	11	18,03	83.267	5,22	61,43	38,57
De 10.001 a 20.000	13	21,31	190.549	11,94	70,22	29,78
De 20.001 a 50.000	9	14,75	265.791	16,66	72,24	27,95
De 50.001 a 100.000	4	6,56	306.524	19,21	89,88	10,12
Mais de 100.000	3	4,92	681.831	42,73	94,78	5,22
Total	61	100,00	1.595.648	100,00	83,89	16,11

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991.

A Tabela 3 revela que, de fato, a população rural teve crescimento negativo para quase todas as faixas de tamanho dos municípios no período 1980/91, com exceção das cidades de até 2.000 habitantes e das que detêm mais de 100.000, as quais apresentaram aumento populacional em suas áreas rurais de 0,57 e 2,87% a.a., respectivamente. Esta última classe, composta pelas maiores cidades da região, apresentou este crescimento porque passou a

incorporar, em 1991, a cidade de Patos de Minas, a qual, embora com declínio em sua população rural, incrementou o volume de pessoas residentes no campo neste estrato. (Tabela A.1 no Anexo A).

Tabela 3  
Taxas Geométricas de Crescimento por  
Classes de Tamanho dos Municípios  
1980/1991

Classes	Total	Urbana	Rural
Até 2.000 habitantes	3,11	5,31	0,57
De 2.001 a 5.000	0,13	2,49	-2,44
De 5.001 a 10.000	-1,28	0,82	-3,81
De 10.001 a 20.000	-0,09	1,38	-2,79
De 20.001 a 50.000	0,71	1,85	-1,61
De 50.001 a 100.000	0,28	0,74	-2,98
Mais de 100.000	4,06	4,13	2,87
Total	1,62	2,53	-1,97

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991.

Quanto ao setor urbano, é visível o crescimento populacional em todas as faixas de municípios. O índice mais elevado pertence às cidades menores (*Até 2.000 habitantes*) - 5,31% a.a., fato que pode estar associado à redução da participação da população rural, vista na Tabela 1, onde a porcentagem de pessoas vivendo no campo passou de 52,03%, em 1980, para 39,54% em 1991, sinalizando para uma possível saída de população rural em direção às cidades. Embora tenha ocorrido um crescimento dessa população em 0,57% a.a. , isto não foi suficiente para conter aquela diminuição. Outro fator a ser ressaltado refere-se à incorporação da cidade de Douradoquara nesse segmento em 1991, o que também contribuiu para o aumento da população urbana.

Em segundo lugar, destaca-se o grupo *Mais de 100.000* com 4,13% de crescimento ao ano. Dele fazem parte as maiores cidades da região: Uberlândia, Uberaba e Patos de Minas. A primeira, como se pode ver na Tabela A.1, foi a que apresentou a maior taxa de crescimento (3,90% a.a.) no período, seguida de Patos de Minas (1,64% a.a.) e Uberaba (0,56% a.a.).

Uberlândia detém o maior número de habitantes da região. Em 1980, sua participação era de 18,02% na população total e, em 1991, passa para 23%, além de apresentar o maior grau de urbanização – 96,11 e 97,58% nestes anos respectivos. (Tabelas A.2 e A.3). Em seguida, vem Uberaba, com uma participação na população total de 13,26%, em 1980, e 13,28% em 1991, apresentando um percentual também elevado de pessoas residindo na área

urbana – 94,08 e 94,75% no mesmo período. Patos de Minas praticamente não se altera em sua participação na população da região – participava em 6,44%, em 1980 e, em 1991, passa para 6,45%. Seu grau de urbanização, no entanto, cresce sensivelmente, saindo de 73,50 para 84,90% nestes anos.

Quanto à população total, observa-se que houve crescimento em todas as classes de municípios, com exceção das faixas 5.000 a 10.000 e 10.001 a 20.000 habitantes, onde a redução da população rural às taxas de -3,81 e -2,79% a.a., respectivamente, superou o aumento da população urbana que cresceu às taxas de 0,82 e 1,38% a.a., resultando no crescimento negativo da população total às taxas de -1,28 e -0,09% a.a. para as duas classes.

Coube à classe *Mais de 100.000* a maior taxa de crescimento populacional da região (4,06% a.a.). Como foi colocado acima, desta classe fazem parte os maiores municípios, que manifestaram as maiores taxas de crescimento urbano e as maiores participações na população total.

Se comparada ao estado de Minas Gerais, a região analisada apresentou uma taxa de crescimento mais elevada em sua população total – aumento de 1,62% a.a. contra 1,48 registrados para o estado. As taxas de crescimento apresentadas para a população urbana na região e no estado não se diferenciam muito – 2,53 e 2,50% a.a., respectivamente. Mas a redução da população rural foi maior no Triângulo/Alto Paranaíba do que em Minas como um todo: -1,97 em contraposição a -0,95% a.a..

De maneira geral, a evolução da população na região estudada, de 1980-91, explicita a tendência em curso da dinâmica populacional do País, qual seja, o aumento da população urbana e a diminuição da população rural, embora deva-se ressaltar, esta última, não tem decrescido como no passado (décadas de 60 e 70) quando o êxodo rural se manifestou intenso.

Chama-se a atenção, no entanto, para o crescimento da população da região no período estudado, manifesto em taxas expressivas para algumas classes de municípios. Elementos como o aumento no crescimento natural (via natalidade) e a entrada de imigrantes são os fatores explicativos que surgem na discussão das razões deste crescimento.

De acordo com estudos recentes do Censo Demográfico de 1991 para a região, o crescimento natural já estaria sendo afetado, em 1980, pelo processo de declínio da fecundidade. “*Em 1980 e 1991, essa mesorregião apresentou as menores taxas de fecundidade total do estado, 3,48 e 2,18 filhos por mulher em idade reprodutiva,*

*respectivamente*" (Oliveira e Wong, 1998:359). Isto sinaliza, portanto, que o crescimento natural da população não seria o fator determinante do aumento populacional, mas este último estaria sendo influenciado de forma significativa por outra variável demográfica – as migrações.

## 4 - A IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL PARA O TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

### 4.1 – Procedência

De acordo com os dados dos Censos Demográficos, em 1991 foram recenseados 145.223 habitantes residentes a menos de 10 anos na Mesorregião do Triângulo/Alto Paranaíba que provinham de outros estados do País. Em 1980, esse número era de 125.130, o que explicita um aumento de aproximadamente 16% no volume de migrantes interestaduais de uma década para outra.

Os números que aparecem sob a sigla MG\* não se referem à população que saiu do resto de Minas para o Triângulo, mas, conforme colocado na metodologia (Introdução), são os indivíduos que saíram de outras Unidades da Federação (UF), residiram em alguma cidade mineira e, finalmente, se deslocaram para um município do Triângulo. Sobre estes, não se conhece a UF de origem.

Isto posto, pode-se observar, pelo Gráfico 1, que os imigrantes interestaduais que chegaram no Triângulo/Alto Paranaíba nos anos 80, vieram principalmente de São Paulo (28%) e de Goiás (26%), fato que expressa uma significativa mudança se comparado aos anos 70, conforme dinâmica captada no censo de 1980. Na década 70, os imigrantes vieram, em sua maioria, de Goiás (cerca de 40%), embora grande parte também tenha deixado o estado de São Paulo (quase 30%), como é possível visualizar pelo Gráfico 2. De um censo para outro, percebe-se, na verdade, que estes dois estados reduziram sua participação na perda de emigrantes, o que não ocorreu com as outras localidades. Todas apresentaram crescimento considerável em suas participações, merecendo destaque o Resto do Centro-Oeste (Resto do CO), MG\* e a região Sul. Juntas, elas tiveram maior peso no aumento da imigração interestadual dos anos 70 para os anos 80.

Gráfico 1  
Imigrantes Interestaduais  
Segundo o Local de Residência Anterior – 1991

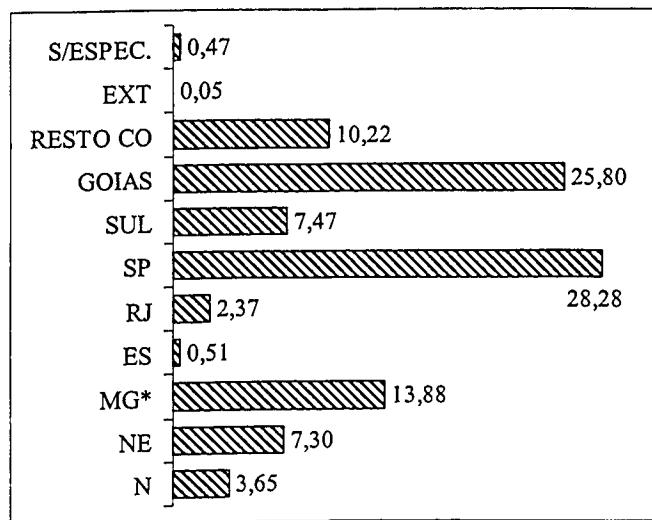
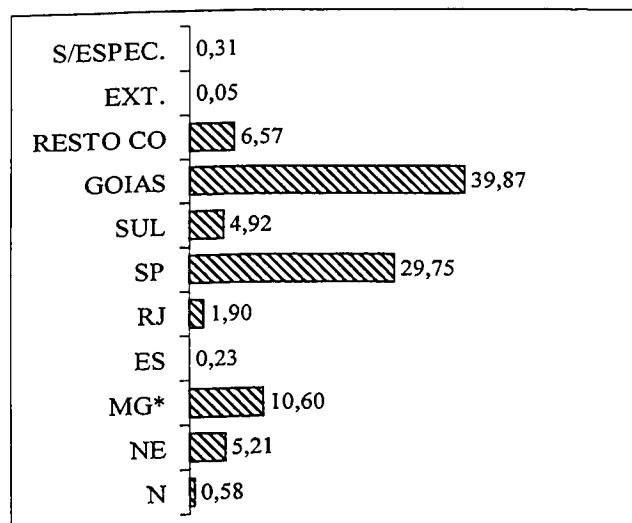


Gráfico 2  
Imigrantes Interestaduais  
Segundo o Local de Residência Anterior – 1980



Fonte: FIBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991.  
Tabulações especiais CEDEPLAR/UFMG.

Quanto à situação de domicílio (rural ou urbana) na qual vivia a população migrante antes de se deslocar para o município de residência no Triângulo, observa-se, pela Tabela 4, que, já nos anos 70, os fluxos migratórios para a região eram provenientes, em sua maioria, da

zona urbana (68%), embora o percentual de pessoas que saíram, naquele momento, da zona rural ainda se mostrasse elevado (31%). Apenas 0,5% dos migrantes não soube especificar sua situação de domicílio anterior (S/esp.).

Tabela 4  
Imigrantes Interestaduais por Região/Estado  
de Última Residência e Situação de Domicílio Anterior – 1980

	Urbano		Rural		S/esp.	
	n.absoluto	n.relativo	n.absoluto	n.relativo	n.absoluto	n.relativo
Norte	550	75,65	166	22,83	11	1,51
Nordeste	3.434	52,62	3.076	47,13	16	0,25
MG*	9.024	68,03	4.206	31,71	34	0,26
Esp. Santo	243	83,51	37	12,71	11	3,78
Rio de Janeiro	2.174	91,31	96	4,03	111	4,66
São Paulo	26.317	70,66	10.705	28,74	220	0,59
Sul	3.693	60,02	2.354	38,26	106	1,72
Goiás	32.923	65,96	16.908	33,88	81	0,16
Resto CO	6.718	81,73	1.482	18,03	20	0,24
Exterior	49	67,12	20	27,40	4	5,48
Brasil s/espec.	357	92,97	10	2,60	17	4,43
Total	85.482	68,29	39.060	31,20	631	0,50

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico 1980. Tabulações especiais – CEDEPLAR/UFMG

De fato, percebe-se que, para todas as localidades, os fluxos migratórios provinham fundamentalmente do setor urbano, embora, para algumas, os percentuais de indivíduos que deixavam o setor rural, nessa década, fossem significativamente elevados. Este é o caso, por exemplo, dos que deixaram o Nordeste (47%), o Sul (38%) e Goiás (34%)<sup>14</sup>, e vieram para o Triângulo durante a década de 70.

Os anos 80 marcaram a continuidade e a intensificação dos deslocamentos urbanos. Do total de imigrantes interestaduais que residiam no Triângulo em 1991, cerca de 80% responderam que tinham o setor urbano como última situação de domicílio anterior, enquanto apenas 19% afirmaram terem saído da zona rural (Tabela 5).

Verifica-se que, para todas as regiões e estados, o percentual de indivíduos que saíram da zona urbana para se dirigirem para o Triângulo aumentou significativamente. O volume de pessoas que deixaram o campo só permaneceu elevado para a região Sul (45%). O Nordeste que, nos anos 70, revelou um percentual de 47% de emigrantes da zona rural, em 1991

<sup>14</sup> É histórico o fato de elevados contingentes populacionais terem saído do setor rural nos anos 60 e 70, em virtude do processo de modernização da agricultura brasileira e da abertura de fronteiras agrícolas. A tentativa de explicação dos dados que ora são analisados é desenvolvida mais adiante quando, de posse de mais informações, será possível fazer inferências mais precisas.

reduziu esse percentual para 25%, o mesmo ocorrendo com as demais áreas de última residência em maior ou menor intensidade.

Tabela 5  
Imigrantes Interestaduais por Região/Estado  
de Última Residência e Situação de Domicílio Anterior – 1991

	Urbano		Rural		S/esp.	
	n.absoluto	n.relativo	n.absoluto	n.relativo	n.absoluto	n.relativo
Norte	4.247	80,10	1.042	19,65	13	0,25
Nordeste	7.861	74,11	2.677	25,24	70	0,66
MG*	14.724	73,05	4.617	22,91	814	4,04
Esp. Santo	565	76,87	165	22,45	5	0,68
Rio de Janeiro	3.379	98,08	66	1,92	0	0,00
São Paulo	35.425	86,25	5.520	13,44	128	0,31
Sul	5.929	54,68	4.872	44,93	43	0,40
Goiás	30.394	81,13	6.945	18,54	124	0,33
Resto CO	13.109	88,34	1.686	11,36	44	0,30
Exterior	4	5,71	-	0,00	66	94,29
Brasil s/espec.	620	89,99	51	7,40	17	2,47
Total	116.257	80,05	27.641	19,03	1.324	0,91

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico 1991. Tabulações especiais – CEDEPLAR/UFMG

#### 4.2- Destino

As tabulações dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 revelaram que os migrantes vindos de outros estados para o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, nas décadas de 70 e 80, se dirigiram preponderantemente para as maiores cidades (aqueles com mais de 100.000 habitantes).

Na Tabela 6, observa-se que, em 1980, nestas cidades residiam cerca de 44% dos imigrantes interestaduais, número que se elevou para 49% em 1991. As outras classes de municípios apresentaram percentuais no total da imigração bem inferiores à classe das maiores cidades, embora crescentes à medida que os municípios detinham maiores contingentes populacionais. Sabe-se que são as cidades maiores as que apresentam maior dinamismo econômico, o que, em geral, atua como força de atração sobre populações migrantes, assunto que se pretende discutir mais adiante.

Tabela 6  
Imigrantes Interestaduais e Participação Relativa  
por Classes de Tamanho dos Municípios de Destino

Classes	1980		1991	
	n.absoluto	n.relativo	n.absoluto	n.relativo
Até 2.000 habitantes	228	0,18	293	0,20
De 2.001 a 5.000	3.565	2,85	4.933	3,40
De 5.001 a 10.000	6.673	5,33	7.169	4,94
De 10.001 a 20.000	9.864	7,88	14.367	9,89
De 20.001 a 50.000	21.440	17,13	21.643	14,90
De 50.001 a 100.000	27.704	22,14	25.005	17,22
Mais de 100.000	55.656	44,48	71.813	49,45
Total	125.130	100,00	145.223	100,00

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991.

Tabulações especiais CEDEPLAR/UFMG

Em 1991, algumas faixas de municípios mostraram que receberam menos imigrantes na década de 80 em relação à década anterior, considerando-se a diminuição da participação de sua população, como é o caso, por exemplo, dos municípios compreendidos nas faixas *De 5.001 a 10.000*, *De 20.001 a 50.000* e *De 50.001 a 100.000*.

Se a análise se der por microrregiões do Triângulo/Alto Paranaíba, os resultados são os apresentados na Tabela 7.

Tabela 7  
Imigrantes Interestaduais e Participação Relativa nas Microrregiões de Destino

Microrregiões	1980		1991	
	n.absoluto	n.relativo	n.absoluto	n.relativo
Ituiutaba	10.053	8,03	10.750	7,40
Uberlândia	61.967	49,52	66.690	45,92
Patrocínio	5.336	4,26	11.861	8,17
Patos de Minas	5.849	4,67	8.766	6,04
Frutal	18.930	15,13	15.772	10,86
Uberaba	18.153	14,51	20.222	13,92
Araxá	4.842	3,87	11.161	7,69
Total	125.130	100,00	145.223	100,00

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991.

Tabulações especiais CEDEPLAR/UFMG.

Pode-se ver claramente a importante participação da microrregião de Uberlândia no recebimento de imigrantes nas duas décadas. Isto ratifica os dados anteriores sobre a

concentração da população migrante nas cidades de mais de 100.000 habitantes, uma vez que compõem esta classe as cidades de Uberlândia, Uberaba e Patos de Minas. É possível verificar, no entanto, na Tabela A.4 (Anexo A), que, dentre as cidades dessa microrregião, Uberlândia se sobressaiu em número de imigrantes residentes tanto em 1980 (com cerca de 32%), quanto em 1991 (33%).

A segunda microrregião que se destacou, embora com percentuais significativamente mais modestos, é a de Uberaba, que detinha 14,51% do total de imigrantes e, em 1991, sofreu uma pequena queda, passando para 13,92%.

As demais apresentam percentuais mais baixos nos dois anos. Interessante é o caso da microrregião de Patrocínio, que saltou de uma participação de 4% no total de imigrantes, em 1980, para 8% em 1991, crescimento expressivo que se deu basicamente em função do aumento de imigrantes que se dirigiram para a cidade de Patrocínio.

Quanto à situação de domicílio na qual passaram a viver os imigrantes no Triângulo, pode-se afirmar que o setor urbano é o local para onde se dirige a massa dos contingentes populacionais.

Em 1980, aproximadamente 83% dos imigrantes interestaduais afirmaram residir na zona urbana, enquanto 17% se encontravam na zona rural (Tabela 8). Lembrando a situação de domicílio anterior dessa população (item anterior), percebe-se que, do total de emigrantes da zona rural daquelas regiões, boa parte se dirigiu para o setor urbano do Triângulo, além daquela população que fez o movimento no sentido urbano-urbano.

Tabela 8  
Imigrantes Interestaduais por Região/Estado  
de Última Residência e Situação de Domicílio Atual- 1980

Região/estado	Urbano		Rural	
	n.absoluto	n.relativo	n.absoluto	n.relativo
Norte	680	93,54	47	6,46
Nordeste	4.702	72,05	1.824	27,95
MG*	10.241	77,19	3.026	22,81
Esp. Santo	274	97,86	6	2,14
Rio de Janeiro	2.227	97,46	58	2,54
São Paulo	27.363	73,55	9.838	26,45
Sul	4.388	71,58	1.742	28,42
Goiás	45.402	90,82	4.585	9,17
Resto CO	7.517	91,37	710	8,63
Exterior	61	78,21	17	21,79
Brasil s/espec.	371	93,45	26	6,55
Total	103.226	82,51	21.879	17,49

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico 1980. Tabulações especiais CEDEPLAR/UFMG

Observa-se que, para todas as Regiões/Estados de onde saíram os migrantes, o destino principal foi a área urbana, que apresentou percentuais elevados (acima de 70%). Somente alguns locais como o Sul, Nordeste, São Paulo e MG\* enviaram maior número de pessoas para a zona rural do Triângulo nos anos 70 (percentuais acima de 20%).

Na década de 80, a tendência de o destino dos deslocamentos populacionais serem os centros urbanos continua e parece se intensificar. Em 1991, o setor urbano continha 85% dos migrantes da década, enquanto o rural abrigava apenas 15% destes (Tabela 9).

Pode-se observar, pelos dados já expostos, que a saída de populações do setor rural de outras Regiões/Estados em direção às cidades do Triângulo, em muito contribuiu para o aumento de imigrantes no setor urbano.

Tabela 9  
Imigrantes Interestaduais por Região/Estado  
de Última Residência e Situação de Domicílio Atual – 1991

	Urbano		Rural	
	n.absoluto	n.relativo	n.absoluto	n.relativo
Norte	4.797	90,48	505	9,52
Nordeste	8.881	83,73	1.726	16,27
MG*	15.491	76,86	4.664	23,14
Esp. Santo	691	94,92	37	5,08
Rio de Janeiro	3.317	96,20	131	3,80
São Paulo	35.094	85,44	5.982	14,56
Sul	7.112	65,64	3.723	34,36
Goiás	33.746	90,06	3.726	9,94
Resto CO	13.813	93,09	1.025	6,91
Exterior	37	52,86	33	47,14
Brasil s/espec.	685	99,42	4	0,58
Total	123.664	85,15	21.556	14,84

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico 1991. Tabulações especiais CEDEPLAR/UFMG

No entanto, é interessante notar que o setor rural, em 1991, apresentou volumes maiores de imigrantes residentes que em 1980. Aproximadamente 6% da população vinda do Norte se dirigiram, em 1980, para o setor rural e, em 1991, esse número cresceu para 9,5% para a mesma situação de domicílio. Isto ocorreu principalmente com os imigrantes vindos do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, Sul, Goiás e Resto do Centro-Oeste. Dentre estes, a população vinda do Sul se destaca. Em 1980, 28% saíram daquela região para a zona rural do Triângulo e, em 1991, esse percentual se eleva para 34%.

É bem verdade que os acréscimos de população migrante no meio rural foram baixos, mas não passam despercebidos.

#### **4.3 – Características Gerais dos Imigrantes Interestaduais**

##### **4.3.1 – Distribuição por Sexo e por Idade**

Quanto ao sexo, os imigrantes mantêm uma distribuição relativamente igualitária. Em 1991, aproximadamente 51% dos imigrantes recenseados eram do sexo feminino e 49% do sexo masculino, quadro contrário ao apresentado em 1980 – 51% dos imigrantes eram homens e 49% eram mulheres.

Essas pequenas diferenças, no entanto, não alteram o fato de que, para a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, migram populações de ambos os sexos quase em uma mesma proporção, o que pode estar a indicar uma migração mais familiar do que de solteiros. As informações sobre as idades dessa população podem ajudar mais na afirmação ou não dessa hipótese.

Os Gráficos 3 e 4 trazem os resultados da distribuição dos imigrantes interestaduais por faixas etárias. De início, pode-se observar que houve, de 1980 para 1991, uma redução da participação da população migrante na base da estrutura (0 a 4 anos), que passou de 8% para 5% nestes anos respectivos. Este fato pode estar relacionado aos efeitos da queda da fecundidade que vem ocorrendo no Brasil desde fins dos anos 60, alterando a estrutura etária da população através da redução do crescimento vegetativo via natalidade.

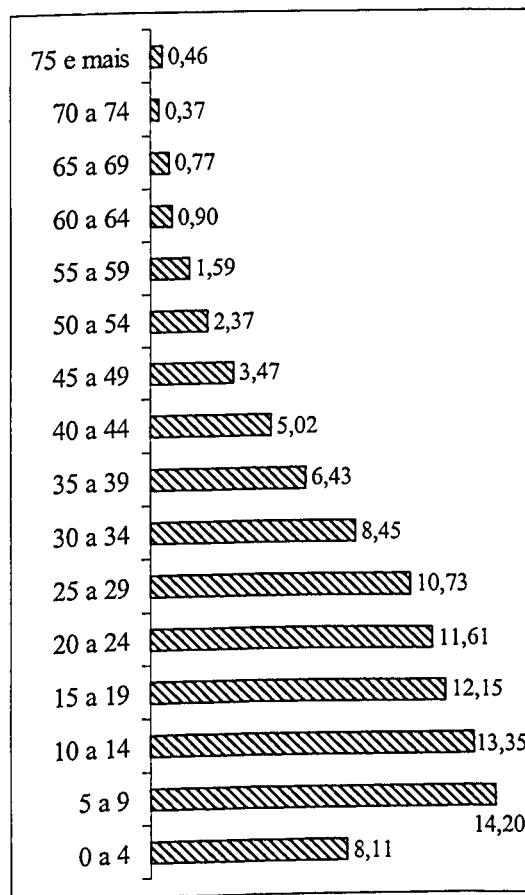
Também é observável a queda dos volumes de imigrantes nas idades de 5 a 24 anos. A partir dos 25 anos, as proporções de populações migrantes se elevam, principalmente à medida que a idade avança. Como já foi dito no primeiro item desse capítulo, estudos recentes<sup>15</sup> afirmam que Minas Gerais recebe mais populações velhas, embora ainda ativas, em detrimento da população jovem.

---

<sup>15</sup> Ver, por exemplo, Carvalho (1997).

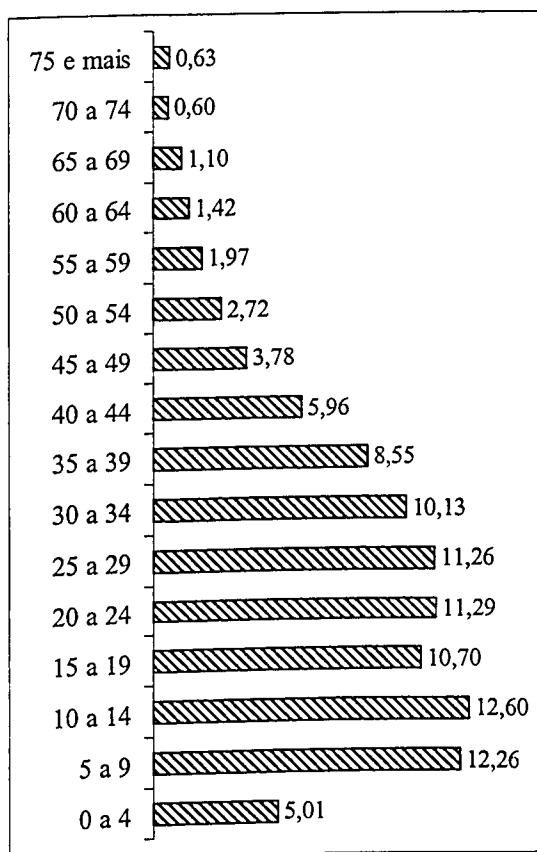
O Triângulo Mineiro recebeu, nas duas décadas, um volume maior de imigrantes em idade reprodutiva (aproximadamente nas faixas de 15 a 49 anos). Os elevados percentuais de crianças podem estar confirmado a hipótese acima de que a migração para a região é muito mais de famílias do que de indivíduos solteiros.

Gráfico 3  
Imigrantes Interestaduais Segundo Faixas Etárias – 1980



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico 1980.  
Tabulações especiais CEDEPLAR/UFMG

Gráfico 4  
Imigrantes Interestaduais Segundo Faixas Etárias - 1991



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico 1991  
Tabulações especiais CEDEPLAR/UFMG

#### 4.3.2 – Grau de Instrução

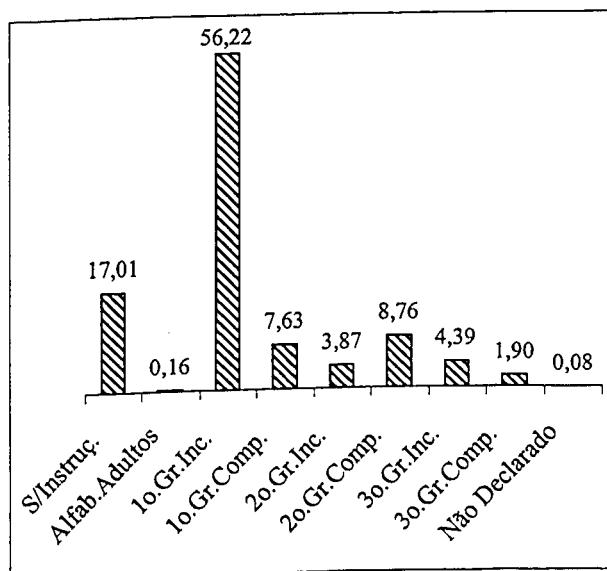
A distribuição dos imigrantes interestaduais segundo o grau de instrução revelou resultados muito importantes para a composição do perfil dessa população.

De acordo com os dados de 1991, aproximadamente 56% dos indivíduos que migraram para o Triângulo, nos anos 80, não têm o primeiro grau completo. Este quadro de baixa escolaridade é ainda mais agravado quando se adicionam os percentuais de 17% referentes aos volumes de migrantes sem instrução alguma e àqueles que apenas freqüentaram aulas de alfabetização de adultos<sup>16</sup>. É importante ressaltar que, no item Sem instrução, estão incluídas

<sup>16</sup> Este item só aparece nas tabulações do Censo Demográfico de 1991.

as crianças com menos de 5 anos, o que não altera o quadro de baixa escolaridade, uma vez que os percentuais desse grupo etário no total de migrantes são pequenos e decrescentes. As participações dos imigrantes nos demais níveis de instrução vão diminuindo à medida que se eleva o grau, com exceção dos que possuem o segundo grau completo (8,7%) e o terceiro incompleto (5,8%). O percentual de indivíduos que concluíram o nível superior é de apenas 1,90%. (Gráfico 5).

Gráfico 5  
Imigrantes Interestaduais Segundo o Grau de Instrução – 1991

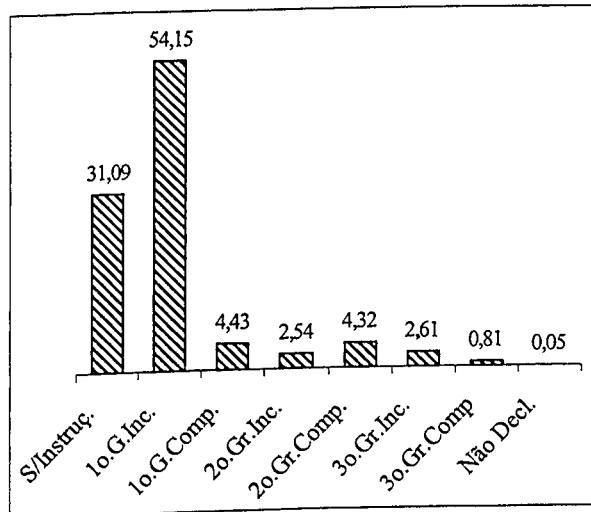


Fonte: FIBGE. Censo Demográfico 1991.  
Tabulações especiais CEDEPLAR/UFMG

Não foram tabulados dados sobre as condições de renda dos imigrantes, mas pelo baixo grau de instrução dominante, sinaliza-se que essa população é preponderantemente de baixa renda, e sua inserção no mercado de trabalho deve se dar em postos que não exigem muita qualificação.

O perfil dos imigrantes interestaduais da década de 70 não se mostrou muito diferente, embora sua distribuição por grau de instrução tenha se apresentado relativamente pior. (Gráfico 6).

Gráfico 6  
Imigrantes Interestaduais Segundo o Grau de Instrução - 1980



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico 1980.  
Tabulações especiais CEDEPLAR/UFMG

A participação dos indivíduos sem instrução é maior do que em 1991 – cerca de 31%. Embora com um percentual minimamente inferior, o volume de migrantes que não terminaram o primeiro grau é bastante elevado (54%). Os percentuais para os demais níveis são também inferiores em relação aos de 1991, o que sinaliza uma pequena mudança no perfil dos migrantes da década de 80. Estes apresentam graus de escolaridade um pouco mais elevados do que aqueles que se deslocaram para a região nos anos 70.

#### 4.3.3 – Tempo de Residência no Município Atual

De acordo com os dados tabulados, a maior parte dos imigrantes interestaduais (cerca de 64%) que se deslocaram para o Triângulo nos anos 80, o fizeram no segundo quinquênio da década, pois responderam que residem na região a menos de 4 anos. (Ver Gráfico 7).

Também, no que se refere aos fluxos imigratórios dos anos 70, pode-se perceber, através do Gráfico 8, que o percentual mais elevado (cerca de 73%) se concentra na última metade desta década, havendo, portanto, um arrefecimento dos movimentos em direção ao Triângulo/Alto Paranaíba nos primeiros cinco anos do último decênio.

Por outro lado, em 1980, o maior percentual (23%) da população migrante respondeu residir na região há menos de um ano, ou seja, provavelmente migraram em 1979 ou em 1980 nos meses anteriores à realização do censo.

Gráfico 7  
Imigrantes Interestaduais Segundo o Tempo de Residência no Município Atual – 1991

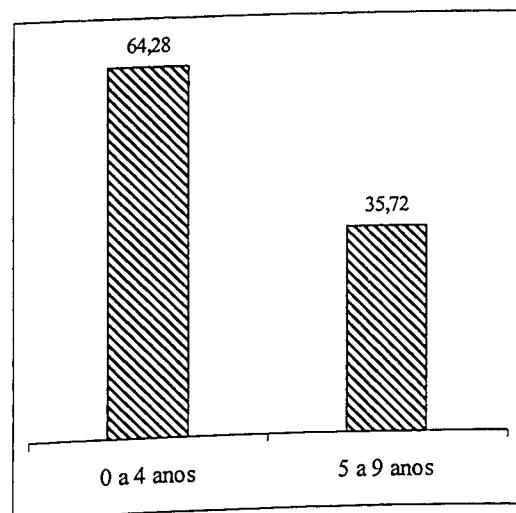
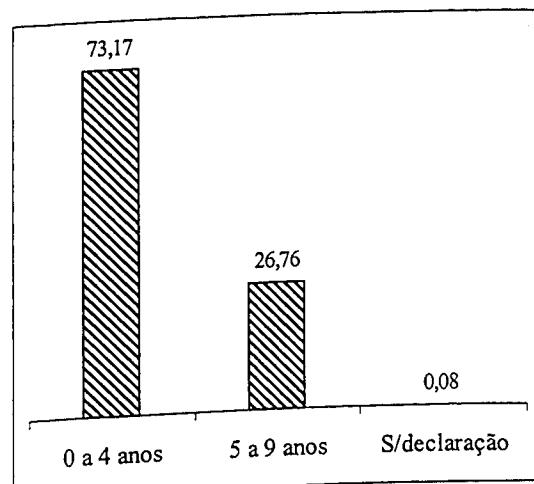


Gráfico 8  
Imigrantes Interestaduais Segundo o Tempo de Residência no Município Atual – 1980



Fonte: FIBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991.  
Tabulações especiais CEDEPLAR/UFMG

As razões que levaram essa população a se deslocar mais ou menos no período considerado para a região em estudo têm determinantes diversos. Entretanto, a busca de melhores condições de vida expressas na oportunidade de obter emprego, casa própria, acesso a serviços públicos (saúde, educação etc.), pode ser considerada como um dos fatores condicionantes mais fortes nesse processo.

Serão feitas, mais adiante, inferências sobre possíveis elementos que contribuíram para esse quadro. Por ora, é necessário conhecer as características das migrações intra-estaduais para, só então, delinear e procurar entender a dinâmica migratória na região.

### A nova Pólis

A cidade tem uma história, foi composta por muitos  
migrantes, mas não  
escrevendo o seu passado. A  
mais saliente é a fundação da  
Pólis grande e pequena.  
A fundação da Pólis grande compre-  
endeu os mais de trezentos  
anos. Passou do marco do  
litorâneo para a moderna  
Pólis grande, visando suas  
metas e buscando sua  
sobrevivência, para  
desenvolver-se. A Pólis, de  
modo a atender profissionalmente  
e culturalmente e aumentar  
seus recursos, seculos de  
luta e sofrimento  
que permitiu  
a sobrevivência

## CAPÍTULO 3

### CARACTERÍSTICAS DA IMIGRAÇÃO “INTRA-ESTADUAL” NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

#### 1 - INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo visualizar o quadro migratório dentro do estado de Minas Gerais e dentro do próprio Triângulo. Mais especificamente, pretende-se explicitar as características gerais da imigração intra-estadual ocorrida na década de 80 comparativamente à ocorrida na década de 70.

Embora o conceito de migração intra-estadual se refira a movimentos populacionais que ocorrem dentro de um estado, adota-se, aqui, esse termo para se referir a dois tipos de movimentos: a migração das demais cidades mineiras (analisadas conjuntamente sob o nome Resto de Minas) para o Triângulo, e a migração que ocorre dentro do próprio Triângulo entre suas microrregiões e municípios. Este último tipo de migração poderia ser chamado de migração “intra-regional” (considerando o Triângulo uma região) ou “intra-Triângulo”. Para maior facilidade na análise e na exposição dos resultados, optou-se por chamar aqueles dois movimentos de migração intra-estadual. Algumas vezes, quando se quer destacar a migração interna na região, utiliza-se o termo “intra-Triângulo”.

Isto posto, cabe ainda esclarecer que, quanto aos imigrantes provenientes das demais cidades mineiras, não se especificou de que municípios vieram. Sabe-se que tiveram, como último local de residência, uma cidade do resto de Minas. No que se refere aos imigrantes do município de residência atual, que tiveram como local de residência anterior o próprio Triângulo, decidiu-se especificar as microrregiões que compõem a região, bem como os municípios que “encabeçam” essas microrregiões. Essas cidades serão aqui denominadas de “cidades-pólo” por serem as maiores em número de habitantes e, provavelmente, as que apresentam maior dinamismo econômico em relação às demais. Assim, os imigrantes intra-Triângulo podem ser provenientes de: Ituiutaba, microrregião de Ituiutaba (excluindo a cidade-pólo), Uberlândia, microrregião de Uberlândia, e assim por diante. É importante

ressaltar que quando se analisam as microrregiões como locais de residência anterior (ou de procedência) dos imigrantes, nelas não estão incluídas as cidades-pólo, uma vez que estas são analisadas separadamente. Somente quando as microrregiões são estudadas como locais de residência atual (ou de destino), é que essas cidades-pólo são consideradas como constituintes das microrregiões.

Na estrutura do capítulo, desenvolver-se-á, inicialmente, a análise da origem dos imigrantes, expressa nos dados referentes ao local de residência anterior. Ainda nesta análise, pretende-se identificar a situação do domicílio (rural ou urbana) em que vivia o migrante antes de se deslocar para a região em estudo.

Dentro do Triângulo, pretende-se descobrir quais foram as microrregiões e cidades mais receptoras desse contingente populacional e, ao lado disso, quais foram aquelas que mais perderam população dentro da região. Além disso, no município de residência atual, objetiva-se analisar a situação de domicílio na qual os imigrantes declararam estar vivendo no momento da realização dos Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Finalmente, são apresentadas as características dos imigrantes no que se refere às suas distribuições por sexo, idade, grau de instrução e tempo de residência no município de destino.

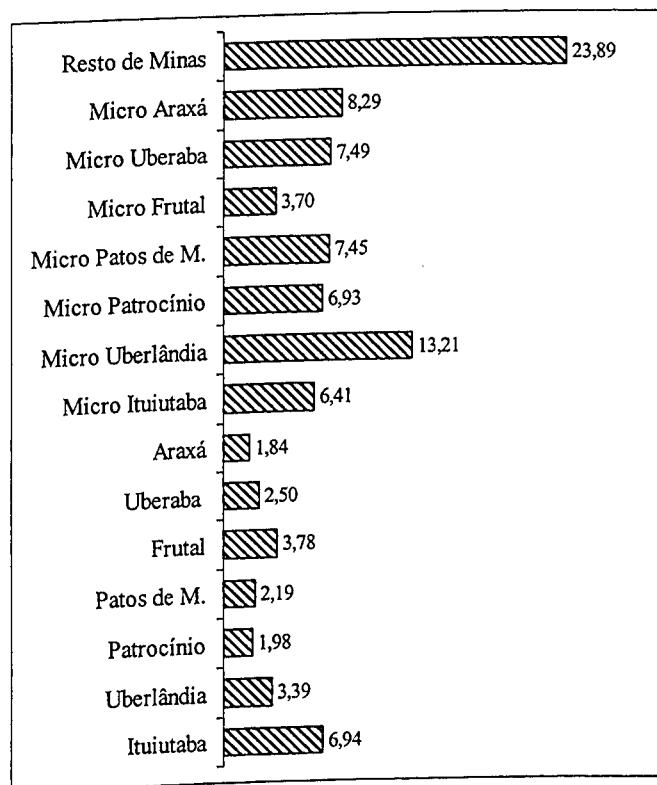
## **2 – PROCEDÊNCIA**

Na análise dos Censos Demográficos de 1980 e de 1991, verificou-se que, nos anos 80, deslocaram-se para e dentro do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba 151.177 pessoas, número relativamente menor ao verificado para a década de 70 (188.775).

Se se comparar estes dados com aqueles apresentados no capítulo anterior, será possível perceber que, de uma década para outra, a migração interestadual cresceu, passando de um contingente de 125.130 pessoas, em 1980, para 145.223, em 1991. Enquanto isso, pelos valores expostos acima, vê-se que a migração intra-estadual decresceu nesse mesmo período. Em outras palavras, a região em estudo recebeu, na década de 80, mais imigrantes vindos de outras Região/estados do que imigrantes das demais cidades mineiras e do próprio Triângulo, embora o volume de migrações internas ainda tenha se manifestado intenso, como é visto mais adiante.

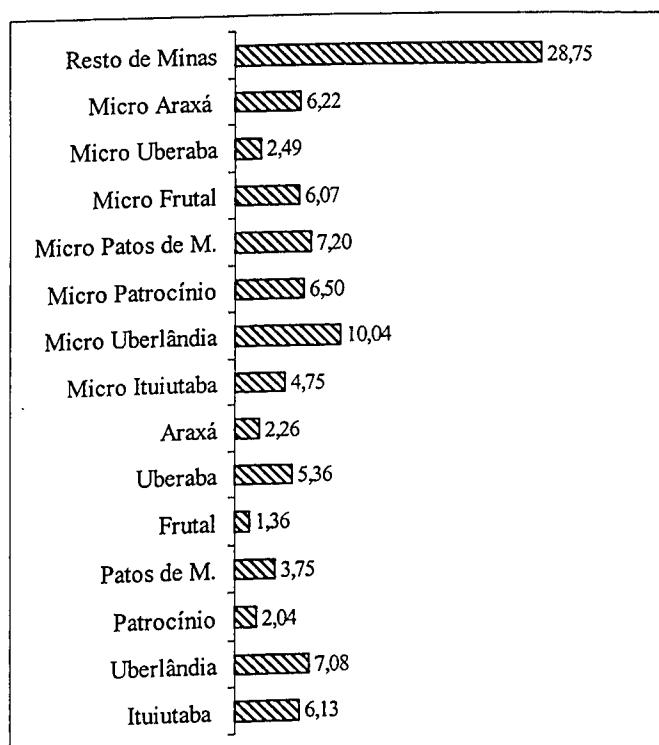
A distribuição dos imigrantes intra-estaduais por local de residência anterior pode ser vista nos Gráficos 9 e 10 abaixo.

**Gráfico 9**  
**Imigrantes Intra-estaduais**  
**Segundo o Local de Residência Anterior – 1980**



Fonte: FIBGE.Censo Demográfico de 1980.  
 Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

Gráfico 10  
Imigrantes Intra-estaduais  
Segundo o Local de Residência Anterior - 1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991.  
Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

É possível perceber que, nos dois anos censais, o maior volume de imigrantes recenseados nos municípios do Triângulo provinha do próprio Triângulo. Em 1980, a participação desses indivíduos no total da imigração intra-estadual era de aproximadamente 76%, decrescendo para 71%, em 1991. A população migrante, cujo local de última residência era o resto de Minas Gerais, participou com um percentual de 23,89% em 1980 e, embora em termos absolutos tenha decrescido, sua participação relativa, na década seguinte, passou para 28,75%.

Dentre as microrregiões de origem dos imigrantes, observa-se que a maioria diminuiu sua participação de uma década para outra, exceto a microrregião de Frutal, que elevou significativamente sua parcela de perda de população, saindo de 3,70%, em 1980, para 6,07%, em 1991.

A microrregião de Uberlândia (exceto a cidade de Uberlândia), destacou-se dentre as demais como uma das que mais perdeu população para o resto do Triângulo. Embora sua

participação no total da imigração intra-estadual tenha decrescido de uma década para outra, esta ainda permanece a mais elevada relativamente às demais. Na verdade, como será analisado no próximo item, o destino principal desse contingente de pessoas é a cidade de Uberlândia. Cerca de 60% e 56% da população emigrante dessa microrregião se dirigiram para sua cidade-pólo nas décadas de 70 e 80, respectivamente.

Quanto às cidades-pólo de residência anterior, percebe-se que houve, de um decênio para o outro, expressivas mudanças em suas participações no total da migração interna. A cidade de Uberaba, por exemplo, aumentou significativamente sua perda de população ao sair de um percentual de 2,50%, em 1980, para 5,36%, em 1991. Em números absolutos, saíram dessa cidade, nos anos 70, 4.712 pessoas e, no decênio seguinte, esse número se eleva para 8.097. Fato semelhante ocorreu com Uberlândia, cuja participação no total dos migrantes recenseados se elevou de 3,39% para 7,08% nesses anos, respectivamente. Embora grande receptora de população, Uberlândia perdeu cerca de 6.407 pessoas, em 1980, e 10.706, em 1991, para municípios menores do Triângulo/Alto Paranaíba, como Araguari, Uberaba e Ituiutaba. (Ver Tabelas B.3 e B.4 no Anexo B).

As cidades de Araxá, Patrocínio e Patos de Minas, ainda que em menor grau, também tiveram aumentadas suas perdas de população de um decênio para o outro. Exceções a esse quadro foram as cidades de Frutal e Ituiutaba, cujas participações no total da imigração intra-estadual diminuíram, sinalizando um provável aumento no poder de retenção populacional desses municípios.

Quanto à distribuição da população migrante por situação de domicílio anterior, verifica-se, como mostra a Tabela 10, que, em 1980, mais da metade dos imigrantes responderam que saíram do setor urbano (cerca de 53,06%), mas um percentual significativamente elevado declarou ter, como residência anterior, o setor rural – aproximadamente 47%. Os que nada especificaram (S/esp.), corresponderam a um percentual de apenas 0,15%.

Tabela 10  
Imigrantes Intra-estaduais Segundo o Local de Ultima Residência e  
Situação de Domicílio Anterior – 1980

Última Residência	Urbano		Rural		S/esp.	
	n.absoluto	n.relativo	n.absoluto	n.relativo	n.absoluto	n.relativo
Ituiutaba	8.875	67,76	4.204	32,10	18	0,14
Uberlândia	4.781	74,62	1.613	25,18	13	0,20
Patrocínio	2.279	60,92	1.497	40,02	-	-
Patos de Minas	2.459	59,37	1.678	40,51	5	0,12
Frutal	5.646	79,02	1.503	21,04	25	0,35
Uberaba	2.857	60,63	1.855	39,37	-	-
Araxá	2.113	60,88	1.352	38,95	6	0,17
Micro Ituiutaba	5.059	41,78	7.030	58,06	19	0,16
Micro Uberlândia	14.070	56,44	10.835	43,46	24	0,10
Micro Patrocínio	5.631	43,02	7.407	56,59	23	0,18
Micro Patos de Minas	6.357	45,21	7.675	54,58	30	0,21
Micro Frutal	2.442	34,99	4.526	64,85	11	0,16
Micro Uberaba	4.922	34,83	9.171	64,89	5	0,04
Micro Araxá	5.723	36,56	9.887	63,17	42	0,27
Resto de Minas	26.954	59,76	18.099	40,12	54	0,12
Total	100.168	53,06	88.332	46,79	275	0,15

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

De fato, quando se analisam os números referentes aos locais de origem, observa-se que, embora o volume de pessoas provenientes do meio urbano seja elevado para as cidades-pólo, tanto estas como as microrregiões apresentam percentuais expressivamente elevados de contingentes populacionais que deixaram a zona rural na década de 70. Diferentemente da imigração interestadual que, nesse mesmo decênio, já apresentava percentuais reduzidos de emigração da zona rural, na imigração “intra-Triângulo”, o peso dos deslocamentos com origem no rural ainda se manifestava elevado.

Os imigrantes vindos do resto de Minas, embora com um percentual de quase 60% de indivíduos provenientes da zona urbana, também apresentaram elevada quantidade de imigrantes da zona rural (40,12%).

Os anos 80, por sua vez, evidenciam uma direção para os deslocamentos populacionais com origem predominantemente no setor urbano. (Tabela 11). Aproximadamente 69% dos imigrantes intra-estaduais afirmaram ter no urbano sua residência anterior, enquanto cerca de 29% responderam terem vindo do setor rural, percentual significativamente inferior ao

apresentado na década anterior. Cerca de 1%, não especificou sua situação de domicílio anterior.

**Quadro 11**  
Imigrantes Intra-estaduais Segundo o Local de Ultima Residência  
e Situação de Domicílio Anterior 1991

	Urbano		Rural		S/esp.	
	n.absoluto	n.relativo	n.absoluto	n.relativo	n.absoluto	n.relativo
Ituiutaba	7.696	83,13	1.562	16,87	-	-
Uberlândia	9.877	92,26	829	7,74	-	-
Patrocínio	2.164	70,17	919	29,80	1	0,03
Patos de Minas	4.053	71,53	1.613	28,47	-	-
Frutal	1.530	74,31	529	25,69	-	-
Uberaba	6.973	86,12	1.102	13,61	22	0,27
Araxá	2.713	79,47	701	20,53	-	-
Micro Ituiutaba	4.042	56,23	3.137	43,64	9	0,13
Micro Uberlândia	11.364	74,88	3.809	25,10	4	0,03
Micro Patrocínio	5.798	59,02	4.026	40,98	-	-
Micro Patos de Minas	5.453	50,11	5.428	49,89	-	-
Micro Frutal	4.941	53,81	4.233	46,10	9	0,10
Micro Uberaba	1.814	48,08	1.959	51,92	-	-
Micro Araxá	5.824	61,87	3.586	38,10	3	0,03
Resto de Minas	30.712	70,68	11.103	25,55	1.635	3,76
Total	104.954	69,42	44.536	29,46	1.683	1,11

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

No que se refere às cidades-pólo de origem, os percentuais de população emigrante do setor urbano são elevados (acima de 70%); aqueles relativos ao setor rural revelam-se menores, possivelmente com tendência a maiores quedas. Alguns municípios, como Patrocínio, Patos de Minas e Frutal ainda revelaram perda expressiva de população rural. Cerca de 30, 28 e 26% de seus emigrantes respectivos disseram ter saído do campo.

Fato importante a se colocar está nos percentuais apresentados pelas microrregiões. Percebe-se que emigrantes dessas áreas continuam saindo, em percentuais elevados, do setor rural. Embora estes percentuais sejam um pouco inferiores aos apresentados na década de 70, ainda são expressivos. Cerca de 52% dos emigrantes da microrregião de Uberaba, por exemplo, tinham, como residência anterior, o rural. Mesmo que em percentuais menores, isto é o que ocorre com as demais microrregiões, com exceção da microrregião de Uberlândia, que

apresentou uma queda expressiva no volume de emigração do campo de uma década para outra.

Quanto aos imigrantes provenientes do resto de Minas, cerca de 71% são oriundos do setor urbano, enquanto 25,55% afirmaram terem vindo da zona rural, evidenciando uma tendência de queda da migração rural-urbana e uma intensificação da migração urbana-urbana, tal como já vem ocorrendo a nível nacional.

Será possível ter maior clareza da direção dos fluxos migratórios para a região quando, no próximo item, forem analisados os dados sobre o destino desses fluxos.

### 3 - DESTINO

De acordo com os dados, os imigrantes intra-estaduais dirigiram-se, em sua maioria, para as maiores cidades do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (aqueles com mais de 100.000 habitantes), fato que também foi constatado com relação aos imigrantes interestaduais. Aproximadamente 42% da população migrante intra-estadual e “intra-Triângulo” se concentraram nesta faixa de municípios (em Uberlândia e Uberaba, principalmente), tanto nos anos 70 quanto nos anos 80,

Entretanto, quando se observa mais detalhadamente a distribuição dos imigrantes segundo suas participações relativas nas classes de tamanho dos municípios, percebe-se que há resultados bem diferenciados. Veja-se as Tabelas 12 e 13 (referentes às Tabelas B.1 e B.2 no Anexo B).

Na Tabela 12, pode-se ver, por exemplo, que a população que saiu da cidade-pólo de Ituiutaba, na década de 70, dirigiu-se preferencialmente para as cidades com mais de 100.000 habitantes – cerca de 63% de seus emigrantes se concentraram aí. Em 1991, a preferência continua, mas em um percentual menor (em torno de 59%), com aumento do volume de migrantes nas demais faixas imediatamente menores em número de habitantes.

Tabela 12  
Imigrantes Intra-estaduais Segundo Participação Relativa nas Classes de Tamanho de Municípios de Destino e Local de Residência Anterior -1980

	Até 2.000 Habitantes	De 2.001 a 5.000	De 5.001 a 10.000	De 10.001 a 20.000	De 20.001 a 50.000	De 50.001 a 100.000	Mais de 100.000
Ituiutaba	-	4,11	7,44	14,69	8,22	2,73	62,81
Uberlândia	0,34	6,54	3,18	20,74	19,88	34,90	14,41
Patrocínio	0,08	10,29	28,25	12,94	10,53	6,04	31,86
Patos de Minas	0,10	6,06	12,34	3,55	19,63	17,65	40,68
Frutal	3,14	9,88	8,12	17,82	10,66	22,30	28,09
Uberaba	-	3,76	4,58	17,64	30,92	6,24	36,86
Araxá	-	5,56	11,41	25,61	2,42	7,14	47,85
Micro Ituiutaba	0,26	2,81	3,25	8,80	5,76	45,01	34,10
Micro Uberlândia	0,15	3,21	1,84	8,88	8,14	12,59	65,20
Micro Patrocínio	0,21	7,59	6,24	7,70	35,78	16,64	25,85
Micro Patos de M.	0,71	6,81	6,39	1,82	32,53	18,32	33,42
Micro Frutal	0,85	6,09	5,55	5,67	2,88	1,63	77,33
Micro Uberaba	0,08	5,05	4,08	17,43	17,81	29,61	25,94
Micro Araxá	0,34	4,96	4,79	10,38	2,95	32,11	44,48
Resto de Minas	0,03	3,87	4,74	11,11	13,24	27,98	39,02
Total	0,31	4,99	5,49	11,08	14,30	21,70	42,13

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

Os emigrantes de Uberlândia, por sua vez, deslocaram-se, nas duas décadas, para cidades que continham de 20.001 a 100.000 habitantes. As demais cidades-pólo, “enviaram” seus emigrantes para as maiores cidades.

Dentre as microrregiões, somente as de Uberlândia, Frutal e Araxá apresentaram, em 1980, percentuais mais elevados de participação nas maiores cidades. Contingentes populacionais das demais microrregiões, dirigiram-se em percentuais expressivos para as faixas imediatamente anteriores à de *Mais de 100.000 habitantes*.

A década de 80 parece delinear um quadro interessante de imigração para cidades menores da região. Praticamente todas as cidades-pólo- exceção para Patrocínio e Frutal -, apresentaram diminuição no volume de emigrantes que se dirigiam para as grandes cidades da região nos anos 70, explicitando, em 1991, participações elevadas desses em faixas que vão de 10.000 a 100.000 habitantes. Embora as cidades maiores sejam foco de atração de migrantes, parte da população dessas cidades parece estar se deslocando para cidades menores. (Tabela 13).

Tabela 13  
Imigrantes Intra-estaduais Segundo Participação Relativa nas Classes de Tamanho de Municípios de Destino e Local de Residência Anterior-1991

	Até 2.000 habitantes	De 2.001 a 5.000	De 5.001 a 10.000	De 10.001 a 20.000	De 20.001 a 50.000	De 50.001 a 100.000	Mais de 100.000
Ituiutaba	-	4,11	6,71	17,57	12,12	0,64	58,85
Uberlândia	0,15	9,42	5,04	18,43	23,68	30,43	12,85
Patrocínio	-	14,03	11,96	7,94	14,45	9,01	42,61
Patos de Minas	-	3,55	7,52	15,53	18,61	14,75	40,05
Frutal	-	16,46	24,66	6,50	8,20	8,69	35,49
Uberaba	1,12	9,35	5,65	21,83	17,33	21,74	22,98
Araxá	-	10,11	3,72	30,90	8,49	7,18	39,60
Micro Ituiutaba	-	4,32	4,59	12,35	6,67	43,90	28,17
Micro Uberlândia	0,84	4,94	2,17	11,24	9,19	10,64	60,97
Micro Patrocínio	3,27	5,56	9,98	5,05	28,69	21,92	25,53
Micro Patos de M.	0,25	5,16	11,88	19,54	9,34	8,27	45,55
Micro Frutal	-	8,81	5,08	12,49	41,59	12,57	19,46
Micro Uberaba	1,41	6,71	2,84	8,14	10,37	2,73	67,81
Micro Araxá	0,20	9,20	4,40	8,64	6,07	39,26	32,23
Resto de Minas	0,04	4,43	4,49	10,51	13,04	14,06	53,42
Total	0,45	6,27	5,90	13,05	15,33	16,87	42,13

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

Fato semelhante ocorreu com as microrregiões. Apesar de, em 1980, grande parte dos imigrantes se dirigir para as maiores cidades (com exceção das microrregiões de Uberlândia e Patrocínio), no decênio seguinte os percentuais de participação da população migrante na faixa *Mais de 100.000*, diminuíram sensivelmente, aumentando a participação em extratos menores. Exceções devem ser registradas quanto às microrregiões de Patos de Minas e Uberaba, as quais viram crescer o volume de pessoas se direcionando para as maiores cidades da região – as cidades-pólo de Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia.

Os imigrantes provenientes do resto de Minas também aumentaram suas participações nos municípios maiores. Aproximadamente 39% deles se dirigiram para a faixa *Mais de 100.000*, em 1980. Em 1991, esse percentual saltou para 53,42%.

Se essa análise se der por microrregiões de destino dos imigrantes, verificar-se-á que, em 1980, a população migrante se concentrava principalmente na microrregião de Uberlândia, em um percentual de 36,58%. (Tabela 14). Dentro dessa microrregião, o maior volume foi encontrado na cidade-pólo de Uberlândia – cerca de 74% do total de imigrantes que se dirigiram para essa microrregião, conforme Tabela B.3, no Anexo B.

Tabela 14  
Imigrantes Intra-estaduais Segundo Participação Relativa nas Microrregiões de Destino e Local de Residência  
Anterior – 1980

	Micro Ituiutaba	Micro Uberlândia	Micro Patrocínio	Micro Patos de M.	Micro Frutal	Micro Uberaba	Micro Araxá
Ituiutaba	20,16	62,17	0,29	0,44	8,33	7,45	1,17
Uberlândia	15,33	44,05	7,30	5,09	6,10	15,72	6,41
Patrocínio	2,75	17,56	0,53	0,45	50,68	26,68	1,34
Patos de Minas	0,10	40,08	23,88	16,32	0,53	7,85	11,25
Frutal	8,02	37,82	3,32	5,32	10,54	18,31	16,68
Uberaba	0,57	27,97	26,93	25,15	0,32	12,08	6,98
Araxá	3,14	14,89	3,03	11,70	0,23	35,84	31,17
Micro Ituiutaba	53,59	37,80	0,38	0,36	5,43	2,30	0,13
Micro Uberlândia	6,78	79,20	2,82	0,76	4,41	5,60	0,42
Micro Patrocínio	19,35	19,40	0,39	0,03	46,58	14,14	0,11
Micro Patos de M.	0,28	46,33	42,26	4,43	0,22	3,31	3,17
Micro Frutal	0,30	4,64	0,14	0,07	9,01	82,86	2,97
Micro Uberaba	0,64	14,65	7,13	52,53	0,63	13,71	10,71
Micro Araxá	0,96	16,92	3,51	2,69	0,47	31,08	44,37
Resto de Minas	3,54	28,42	8,64	21,76	6,93	19,89	10,81
Total	9,03	36,58	8,12	11,43	8,46	16,94	9,43

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

Em seguida, embora com um percentual bem menor (16,94%), vem a microrregião de Uberaba como segunda maior receptora de migrantes, acompanhada das microrregiões de Patos de Minas (11,43%), Araxá (9,43%), Ituiutaba (9,03%), Frutal (8,46%) e Patrocínio (8,12%).

Praticamente todos os migrantes provenientes das cidades-pólo dirigiram-se para a microrregião de Uberlândia, com exceção dos que saíram de Patrocínio, os quais se deslocaram, em sua maioria, para as microrregiões de Frutal e Uberaba.

Quanto à população migrante que saiu das microrregiões (demais cidades sem as cidades-pólo), percebe-se que apresentou distribuições diferenciadas. Os emigrantes das microrregiões de Ituiutaba, Uberlândia e Araxá, deslocaram-se, na década de 70, na própria microrregião, concentrando-se em suas cidades-pólo, conforme Tabela B.3 – Anexo B. Os demais deslocaram-se para microrregiões diferentes da de origem.

No que se refere aos emigrantes do resto de Minas, observa-se que se concentraram, em sua maioria, na microrregião de Uberlândia, embora sua participação relativa em outras microrregiões seja bem próxima a esse percentual.

Em termos gerais, o quadro observado em 1991 apresenta resultados semelhantes, mas há pontos importantes a serem destacados. (Tabela 15).

Tabela 15  
Imigrantes Intra-estaduais Segundo Participação Relativa nas Microrregiões de Destino e Local de Residência  
Anterior – 1991

	Micro Ituiutaba	Micro Uberlândia	Micro Patrocínio	Micro Patos de M.	Micro Frutal	Micro Uberaba	Micro Araxá
Ituiutaba	23,60	62,50	1,07	1,07	8,66	2,51	0,59
Uberlândia	17,79	31,12	17,21	9,27	6,46	7,94	10,21
Patrocínio	0,00	35,13	33,15	19,25	0,55	0,94	10,99
Patos de Minas	4,02	32,55	27,63	23,04	0,56	8,22	3,97
Frutal	4,81	30,63	1,07	0,00	48,06	15,44	0,00
Uberaba	6,19	30,97	3,79	8,17	10,41	15,08	25,39
Araxá	3,10	17,60	8,35	8,64	1,61	17,05	43,64
Micro Ituiutaba	55,90	32,45	2,14	0,22	3,91	4,48	0,89
Micro Uberlândia	6,16	70,99	6,85	0,99	5,38	4,81	4,82
Micro Patrocínio	0,92	28,09	54,91	5,42	0,35	3,06	7,26
Micro Patos de M.	0,00	16,46	7,29	58,14	0,19	7,46	10,47
Micro Frutal	17,69	14,43	0,58	0,17	55,10	11,48	0,54
Micro Uberaba	1,67	5,41	1,54	0,77	12,54	72,71	5,36
Micro Araxá	0,16	16,39	7,63	2,26	0,17	19,38	54,01
Resto de Minas	2,61	30,61	12,88	23,20	4,81	13,33	12,56
Total	8,53	32,95	12,54	14,10	8,08	11,43	12,37

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

Em sua maioria, os migrantes intra-estaduais continuaram se dirigindo para a microrregião de Uberlândia, embora com um percentual inferior (32,95%) ao apresentado em 1980. Dentro dessa microrregião, aproximadamente 76% se concentraram na cidade de Uberlândia, conforme Tabela B.4 no Anexo B.

Os emigrantes das cidades-pólo também se deslocaram principalmente para a microrregião de Uberlândia, com exceção dos que saíram de Frutal e de Araxá, que se movimentaram e se concentraram dentro de sua própria microrregião.

Quanto aos migrantes das microrregiões, é interessante notar que, na década de 80, eles parecem ter se deslocado dentro da própria microrregião. Assim, por exemplo, cerca de 56% dos emigrantes da microrregião de Ituiutaba, apresentaram como local de residência atual a própria microrregião, o mesmo ocorrendo com todas as outras microrregiões. Analisando a Tabela B.4 (Anexo B), é possível verificar que essa população que se deslocou e se concentrou na própria microrregião em que estava, na verdade, saiu de cidades menores para as cidades-pólo de suas microrregiões. Retomando o exemplo de Ituiutaba, observa-se que 57% de seus emigrantes se deslocaram para a cidade de Ituiutaba, fato verificável nas demais microrregiões.

Na análise dos dados referentes à situação de domicílio atual dos migrantes intra-estaduais no Triângulo, observa-se que, tanto em 1980 quanto em 1991, a população

imigrante se dirigiu preponderantemente para o setor urbano, chegando a se concentrar em 82% nesse setor nos dois anos censais. Para o setor rural, deslocou-se um volume expressivamente menor – cerca de 18% do total de imigrantes. (Tabelas 16 e 17).

É facilmente verificável que, para todas as cidades-pólo e suas microrregiões, os imigrantes se dirigiram para a zona urbana (percentuais acima de 70%), embora deva-se ressaltar que o volume de pessoas que parece ter se deslocado ou permanecido no setor rural seja expressivo.

Analizando a Tabela 16 comparativamente à Tabela 10, exposta no item anterior, verifica-se que, do volume de pessoas que tinham o setor rural como situação de domicílio anterior, parcela significativa continuou nesse setor nos anos 70, ou seja, realizou, na década, um movimento de direção rural-rural, fato observado para parte dos imigrantes provenientes das cidades-pólo de Ituiutaba, Patrocínio, Patos de Minas, Uberaba, Araxá e Frutal. A cidade de Uberlândia registrou um fato interessante: parte dos que saíram de sua zona urbana (cerca de 4%), dirigiu-se para zonas rurais de cidades menores.

Tabela 16  
Imigrantes Intra-estaduais Segundo o Local de  
Última Residência e Situação de Domicílio Atual – 1980

	Urbano		Rural	
	n.absoluto	n.relativo	n.absoluto	n.relativo
Ituiutaba	10.390	79,33	2.707	20,67
Uberlândia	4.720	73,67	1.687	26,33
Patrocínio	2.736	73,14	1.005	26,86
Patos de Minas	3.237	78,15	905	21,85
Frutal	5.691	79,65	1.454	20,35
Uberaba	3.859	81,90	853	18,10
Araxá	2.432	70,07	1.039	29,93
Micro Ituiutaba	10.344	85,43	1.764	14,57
Micro Uberlândia	21.609	86,68	3.320	13,32
Micro Patrocínio	9.883	75,50	3.207	24,50
Micro Patos de Minas	12.005	85,37	2.057	14,63
Micro Frutal	5.874	84,17	1.105	15,83
Micro Uberaba	10.893	77,07	3.240	22,93
Micro Araxá	13.330	85,16	2.322	14,84
Resto de Minas	37.606	83,37	7.501	16,63
Total	154.609	81,90	34.166	18,10

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

Ainda com relação aos dados de 1980, constata-se outro ponto relevante. Os imigrantes provenientes das microrregiões e, portanto, de cidades menores que as cidades-pólo, deixaram o setor rural em grande quantidade. Veja-se, por exemplo, o caso dos emigrantes da

microrregião de Uberlândia: 10.835 pessoas (ou 43%) disseram ter vivido antes na zona rural dessa microrregião e, no que se refere à sua situação de domicílio atual, 3.320 (ou apenas 13%) afirmaram estar residindo, em 1980, na mesma zona. O mesmo ocorreu com relação às demais microrregiões, evidenciando que parcela expressiva da população rural das cidades menores deixou o campo, nos anos 70, em direção ao setor urbano das cidades-pólo principalmente.

Os migrantes que saíram das cidades e da zona rural do resto de Minas para o Triângulo, o fizeram em direção ao setor urbano das microrregiões de Uberlândia, Patos de Minas e Uberaba, especialmente para suas cidades-pólo (Tabela B.3, Anexo B), confirmando o que já foi dito sobre a proponderância das maiores cidades (*Mais de 100.000 habitantes*) sobre as demais na atração de populações migrantes.

A direção dos movimentos migratórios para e dentro do Triângulo, nos anos 80, pode ser analisada a partir da Tabela 17, tomando como complemento a Tabela 11 do item anterior.

Tabela 17  
Imigrantes Intra-estaduais Segundo Local de  
Última Residência e Situação de Domicílio Atual – 1991

	Urbano		Rural	
	n.absoluto	n.relativo	n.absoluto	n.relativo
Ituiutaba	7.025	75,87	2.234	24,13
Uberlândia	8.816	82,35	1.890	17,65
Patrocínio	2.427	78,65	659	21,35
Patos de Minas	4.608	81,30	1.060	18,70
Frutal	1.458	70,78	602	29,22
Uberaba	6.952	85,88	1.143	14,12
Araxá	2.566	75,16	848	24,84
Micro Ituiutaba	5.708	79,45	1.476	20,55
Micro Uberlândia	13.071	86,15	2.101	13,85
Micro Patrocínio	8.040	81,82	1.786	18,18
Micro Patos de Minas	8.441	77,56	2.442	22,44
Micro Frutal	6.578	71,66	2.602	28,34
Micro Uberaba	3.168	84,01	603	15,99
Micro Araxá	7.905	84,01	1.505	15,99
Resto de Minas	37.279	85,79	6.174	14,21
Total	124.042	82,06	27.125	17,94

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

Percebe-se que, do total de imigrantes intra-estaduais recenseados na região, em 1991, aproximadamente 82% afirmaram residir no setor urbano e 18%, no setor rural. Lembrando

que cerca de 69% desse contingente populacional morava antes na zona urbana, e 29% na zona rural, conclui-se que houve um direcionamento expressivo do rural para o urbano (ver também Tabela 11). Considerando a Tabela B.4 (Anexo B), constata-se que esse direcionamento se deu para as microrregiões na seguinte ordem e participação relativa: Uberlândia (33%), Patos de Minas (14%), Patrocínio (13%), Araxá (12%), Uberaba (11%), Ituiutaba e Frutal (8% em cada uma). Dentro dessas, os imigrantes concentraram-se fundamentalmente nas cidades-pólo, como já colocado anteriormente.

Apesar de, em sua maioria, o volume de migrantes ter se dirigido para a zona urbana, observou-se um fato que parece ser uma contra-tendência no movimento geral: parte dos imigrantes provenientes do setor urbano das cidades-pólo deslocou-se para o setor rural de outras microrregiões e municípios, contribuindo para o aumento dos percentuais de resposta da zona rural como situação de domicílio atual. É certo que isto não ocorreu com um grande volume de imigrantes, mas revela-se um fato importante a ser considerado.

Semelhantemente ao que ocorreu na década de 70, nos anos 80 a população migrante que tinha como local de residência anterior as microrregiões (sem a cidade-pólo), deslocou-se principalmente no sentido urbano-urbano para as microrregiões e cidades do Triângulo, como exposto acima.

Os emigrantes do resto de Minas continuaram na tendência dos deslocamentos rumo ao setor urbano da região estudada.

De maneira geral, foi possível perceber que a imigração intra-estadual, nos anos 70 e 80, se fez com direção predominante para o setor urbano dos municípios maiores. A origem dos deslocamentos na região estava no setor urbano. Todavia, verificou-se que contingentes populacionais expressivos saíram do setor rural dos pequenos municípios, principalmente na década de 70. No período 1980-91, esse processo continuou, embora de forma mais amena, e houve uma intensificação dos movimentos com sentido urbano-urbano, dos municípios menores que compõem as microrregiões para suas cidades-pólo.

Tentar-se-á, no próximo capítulo, levantar alguns fatores que devem ser considerados no desafio de compreensão desse quadro migratório.

## 4 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS IMIGRANTES INTRA-ESTADUAIS

Tal como no capítulo anterior, serão analisadas informações gerais dos imigrantes - distribuição por sexo, faixas etárias, grau de instrução e tempo de residência no município atual. Os dados desse item referem-se aos imigrantes intra-estaduais como um todo, não havendo distinção entre aqueles que vieram do resto de Minas e os que se deslocaram no próprio Triângulo.

### 4.1 - Distribuição por Sexo e por Idade

Quanto ao sexo, os imigrantes intra-estaduais mantiveram praticamente a mesma distribuição apresentada pelos imigrantes interestaduais. Em 1991, também se deslocou para e dentro do Triângulo maior número de mulheres do que homens - participações de 50,19% e 49,81% no total de imigrantes para cada sexo, respectivamente -, embora a diferença entre ambas seja mínima. Em 1980, o sexo masculino participava com um percentual mais elevado (50,60%) do que as mulheres (49,40%). Ver Tabela B.5 no Anexo B.

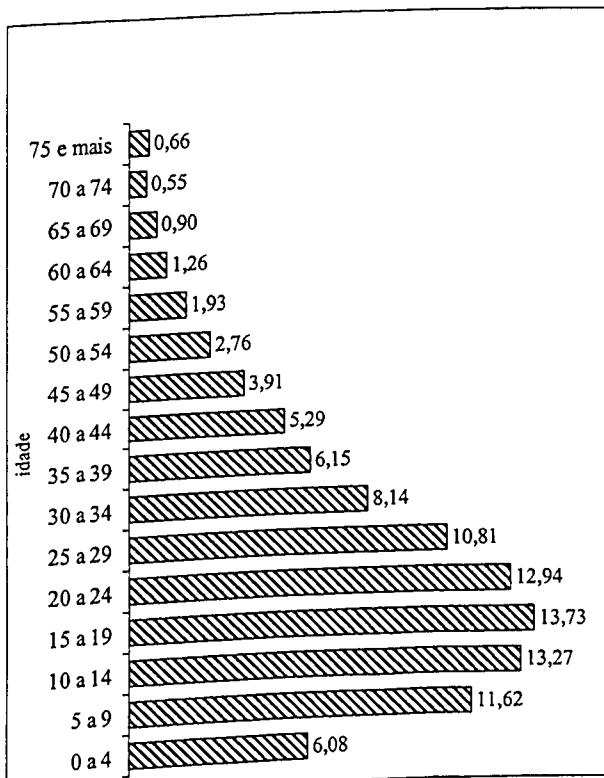
Com esses dados, é possível perceber que, em ambas as décadas, a análise dos imigrantes do Triângulo quanto ao sexo mostra que a imigração para a região se fez através da entrada de homens e mulheres praticamente com a mesma intensidade, tanto no que se refere aos imigrantes vindos de outras Regiões/Estados, quanto no que diz respeito àqueles que se deslocaram do resto de Minas para a região e dentro do próprio Triângulo. Esse quadro parece caracterizar mais uma migração familiar, embora deva existir significativa migração de solteiros (principalmente estudantes) para a região.

A distribuição dos imigrantes intra-estaduais por faixas etárias é mostrada nos Gráficos 11 e 12. Observa-se, inicialmente, que houve redução na base da estrutura (faixa de 0 a 4 anos) de 1980 para 1991, quando a participação dos imigrantes nesta faixa atingiu os percentuais de 6% e 5%, respectivamente. Também aqui, tal como na imigração interestadual, pode-se estar diante de reflexos da queda da fecundidade observada desde fins da década de 60.

Os percentuais de população em idade reprodutiva (15 a 49 anos), mostram-se elevados, atingindo um total de aproximadamente 61% e 63% dos imigrantes nos dois anos do censo,

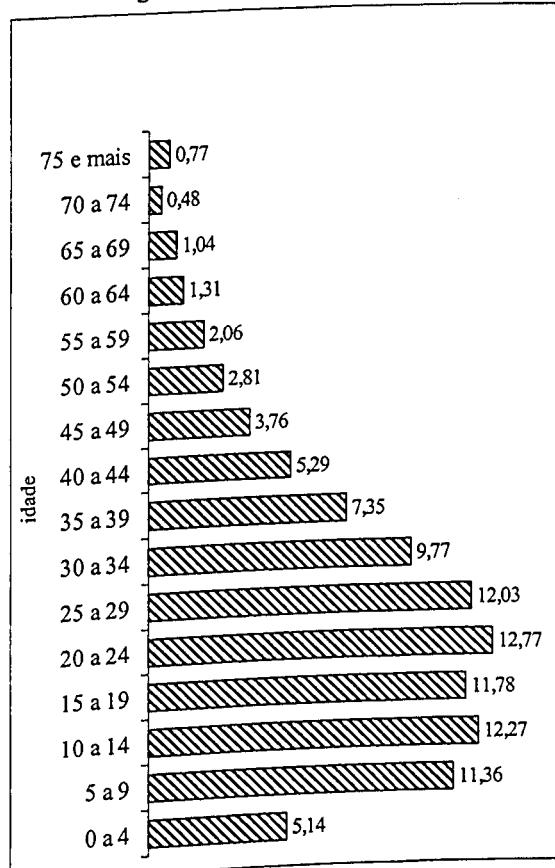
embora se observem pequenas quedas nestas faixas de 1980 para 1991. O volume de indivíduos nas idades mais elevadas, teve pequenos acréscimos de um ano para o outro, o que significa que, nos anos 80, chegaram mais indivíduos em idade mais avançada do que na década anterior.

Gráfico 11  
Imigrantes Intra-estaduais  
Segundo Faixas Etárias - 1980



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1980.  
Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

Gráfico 12  
Imigrantes Intra-estaduais  
Segundo Faixas Etárias – 1991



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991.  
Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

#### 4.2 - Grau de Instrução

A distribuição dos imigrantes, segundo o grau de instrução, reafirma o perfil descrito no capítulo anterior. A população migrante é composta preponderantemente por pessoas cujo nível de instrução não atinge o 1º grau completo. Os Gráficos 13 e 14, mostram que os percentuais relativos a esse nível são elevados nas duas décadas - 59% em 1980, e 56% em 1991, decrescendo um pouco neste último ano.

Gráfico 13  
Imigrantes Intra-estaduais  
Segundo o Grau de Instrução – 1980

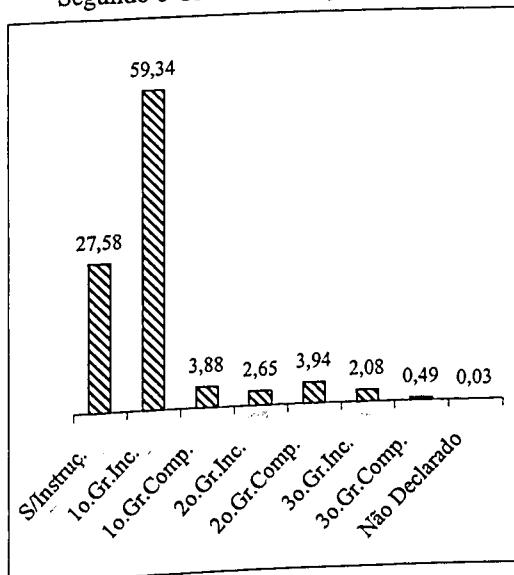
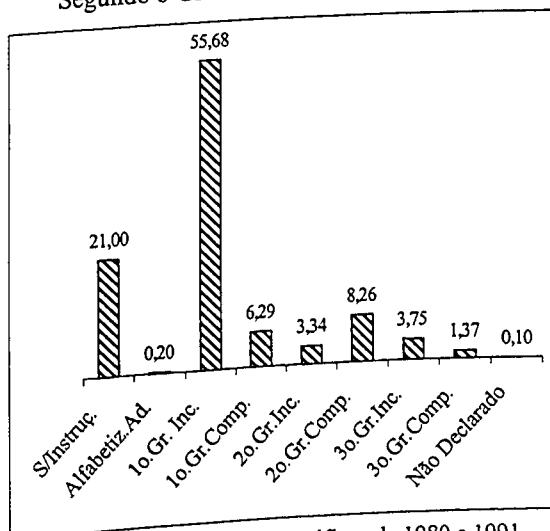


Gráfico 14  
Imigrantes Intra-estaduais  
Segundo o Grau de Instrução – 1991



Fonte: FIBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991.  
Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

Se a esses percentuais forem somados os que se referem aos indivíduos sem instrução e àqueles que foram apenas alfabetizados, o quadro se mostra ainda pior. Vale lembrar que, no item Sem Instrução, estão incluídas as crianças com menos de 5 anos, o que não altera muito

o baixo nível de instrução dos migrantes, uma vez que a participação da população nessa faixa etária se apresenta pequena e decrescente.

É perceptível, nas duas décadas, que os percentuais de migrantes são decrescentes à medida que se eleva o grau de instrução, embora se observe um volume maior de migrantes com nível de instrução mais elevado em 1991, comparativamente a 1980. Aproximadamente 8% da população que se deslocou para o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, nos anos 80, já haviam concluído o 2º grau, número significativamente superior ao apresentado pela população migrante dos anos 70 (4%). Isto também ocorreu quanto aos níveis 3º grau incompleto e completo.

Esse quadro, somado àquele que foi visto sobre os migrantes interestaduais, confirma o perfil de baixa escolaridade da população migrante e sua possível inserção em ocupações de pouca qualificação, bem como sua provável condição de baixa renda.

#### **4.3 - Tempo de Residência no Município Atual**

Quando se analisam os dados sobre o tempo de residência que os imigrantes do Triângulo têm em seus municípios de moradia atual, percebe-se que a maior parte deles se deslocou para a região nos últimos quinquênios das décadas de 70 e 80 (67,22% e 60,14%, respectivamente), resultado semelhante ao observado para os imigrantes interestaduais.

Em outras palavras, o maior volume de movimentos migratórios para e dentro do Triângulo - migração intra-estadual e "intra-regional" - se deu na última metade dos anos 70 e 80. Fatores como a modernização da agricultura na região e o crescimento/surgimento de atividades urbanas ligadas direta ou indiretamente ao setor agrícola devem ser considerados na hipótese de ter ocorrido um maior dinamismo econômico no Triângulo nesse período. Uma análise com mais elementos explicativos será vista mais adiante.

Gráfico 15  
Imigrantes Intra-estaduais Segundo o  
Tempo de Residência no Município Atual - 1980

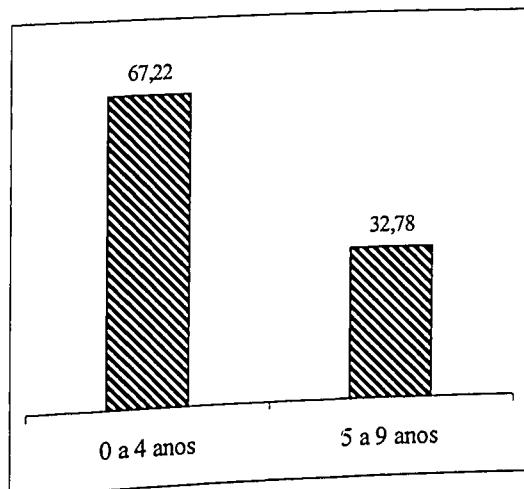
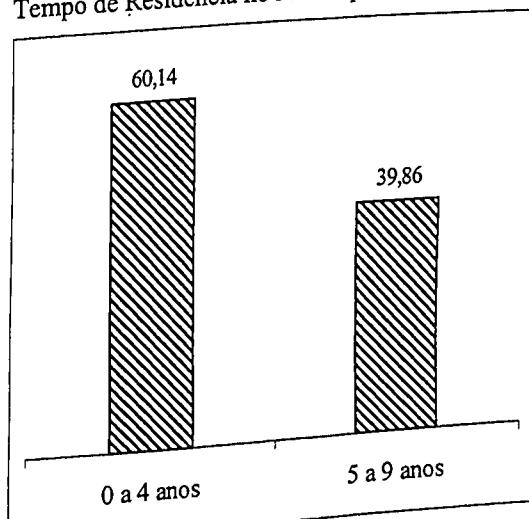


Gráfico 16  
Imigrantes Intra-estaduais Segundo o  
Tempo de Residência no Município Atual – 1991



Fonte: FIBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991.  
Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

## CAPÍTULO 4

# DINÂMICA MIGRATÓRIA RECENTE NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA: ALGUNS FATORES RELEVANTES NO DESAFIO DA COMPREENSÃO

### 1 – INTRODUÇÃO

Este capítulo procura analisar a dinâmica migratória ocorrida no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba nos anos 80, buscando discutir, de modo geral, as informações trabalhadas nos dois capítulos anteriores a fim de melhor perceber os movimentos imigratórios para e dentro da região em estudo no período considerado.

Na busca da compreensão do quadro migratório estudado, procura-se levantar alguns fatores que, sem dúvida, devem ser considerados quando se tenta entender aquela dinâmica.

É importante ressaltar que não se tem aqui a pretensão de esgotar a análise dos determinantes dos fluxos imigratórios para o Triângulo, visto que tal tarefa careceria de várias informações, bem como de dados e de um conhecimento profundo da economia regional e urbana triangulina em suas várias nuances e especificidades. Considera-se, no entanto, que esta tarefa é fundamental para o aprofundamento do estudo do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, indicando a necessidade de se dar continuidade a esta análise demográfica preliminar.

### 2 – DINÂMICA MIGRATÓRIA NA REGIÃO: UMA SÍNTESE

Como foi visto nos capítulos 2 e 3, a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba recebeu expressivos volumes de imigrantes nas décadas de 70 e 80, tanto imigrantes provenientes de outras regiões e estados brasileiros, quanto do estado de Minas Gerais e do próprio Triângulo. Em ambas as décadas, foi maior a migração interna do que a imigração interestadual. Contudo, de um decênio para outro cresceu o volume de pessoas que

saíram de outros estados para o Triângulo (de 125.130, em 1980, para 145.223 em 1991), enquanto a migração "intra-estadual" diminuiu (de 188.775 pessoas, passou para 151.177, respectivamente). Em linhas gerais, a distribuição desses imigrantes nos municípios da região foi bastante diferenciada, mas algumas tendências foram verificadas.

Quanto às características básicas dos imigrantes, foi possível delinear um perfil geral dos mesmos. A população que se deslocou para o Triângulo/Alto Paranaíba nos anos 70 e 80, é formada principalmente por indivíduos jovens (em idade reprodutiva – de 15 a 49 anos), embora, de acordo com os dados de 1991, tenha ocorrido um pequeno acréscimo da imigração de pessoas em idades mais elevadas na década de 80. Os percentuais, relativamente altos, de participação de crianças, podem estar a indicar uma imigração mais familiar do que de solteiros, apesar de se acreditar que também existem deslocamentos expressivos de estudantes de outros estados, bem como de cidades menores da região para as cidades maiores, principalmente para Uberlândia, onde a rede de ensino se mostra mais completa. Todavia, estas são hipóteses levantadas em torno dos dados disponíveis. Sua confirmação dependeria de outras análises e informações, indisponíveis no momento.

Como já exposto, os imigrantes se distribuem quase que igualitariamente em homens e mulheres, com variações mínimas de uma década para outra. Sua distribuição no que se refere ao grau de instrução revelou que a grande maioria não completou o 1º grau, confirmando a baixa escolaridade da população migrante e, possivelmente, sua condição de baixa renda e de inserção no mercado de trabalho em postos que não exigem muita qualificação.

Quando se analisou o tempo de residência da população imigrante no Triângulo, constatou-se que grande parte dos fluxos imigratórios se deu para e dentro da região no segundo quinquênio das décadas de 70 e 80, ou seja, durante os períodos 1975-80 e 1985-90. Como será abordado no próximo item, esses períodos correspondem a momentos de profundas transformações na economia brasileira e, especificamente, na região estudada; mudanças essas relacionadas sobretudo ao processo de modernização da agricultura, a uma rápida urbanização e à intensificação/criação de novas atividades urbanas.

Em pelo menos dois pontos a imigração interestadual difere da intra-estadual. Em primeiro lugar, os imigrantes provenientes de outros estados saíram fundamentalmente do setor urbano já nos anos 70 (68,29%), com percentuais menores de população emigrante do setor rural (31,20%). Os fluxos intra-estaduais, por sua vez, revelaram-se intensos na década de 70, com percentuais significativamente elevados de emigração do campo (para a maioria

das áreas de procedência, o percentual era superior a 50%), principalmente de origem nas menores cidades. O destino, em ambos os fluxos, era o setor urbano dos maiores municípios (cidades compreendidas na faixa *Mais de 100.000 habitantes*). A2

Em segundo lugar, embora os anos 80 tenham explicitado uma intensificação dos deslocamentos migratórios de sentido urbano-urbano, com redução expressiva da migração rural-urbana, na imigração intra-estadual ainda há percentuais relativamente elevados de saída de população do setor rural, do interior das microrregiões para suas cidades-pólo (ver Tabelas 11 e 15, e Tabela B.4 no Anexo B), embora, tal como na imigração interestadual, também tenha crescido o volume dos fluxos de origem urbana.

Pode-se afirmar que, em relação ao destino dos fluxos populacionais, tanto os imigrantes interestaduais quanto os intra-estaduais, dirigiram-se fundamentalmente para o setor urbano das maiores cidades da região.

Dentre estas, é incontestável a polarização exercida por Uberlândia enquanto maior receptora triangulina de migrantes nas duas décadas. Em 1980, detinha 31,57% do total de imigrantes interestaduais da década, percentual que se elevou para 33,42% em 1991. Do total de imigrantes intra-estaduais, essa cidade concentrava 27,19% em 1980 e, em 1991, esse valor se reduziu para 24,93%, uma vez que o volume de migração interna também passou por uma diminuição nesse momento. De maneira geral, Uberlândia absorveu aproximadamente 29% dos imigrantes inter e intra-estaduais que se dirigiram para a região nas duas décadas. (Tabela 18). A3

Com percentuais bem inferiores, Uberaba foi a segunda cidade que mais recebeu migrantes nos anos 70 e 80. Cerca de 14% do total de imigrantes recenseados em 1980, residiam nesse município, percentual que se reduziu para 11% em 1991. As demais cidades apresentaram percentuais menores, conforme se vê na Tabela 18.

Tabela 18  
Distribuição Relativa dos Imigrantes nas Microrregiões e Cidades-pólo de Destino  
(%)

Microrregiões/ Cidades-pólo de Destino	1980			1991		
	Imigrantes Interestad.	Imigrantes Intra-est.	Total	Imigrantes Interestad.	Imigrantes Intra-est.	Total
Micro Ituiutaba	8.03	9.03	8.63	7.40	8.54	7.98
Ituiutaba	4.93	5.68	5.38	4.22	4.84	4.53
Micro Uberlândia	49.52	36.58	41.74	45.92	32.95	39.31
Uberlândia	31.57	27.19	28.94	33.42	24.93	29.09
Micro Patrocínio	4.26	8.12	6.58	8.17	12.54	10.40
Patrocínio	1.37	2.75	2.20	3.01	3.96	3.50
Micro Patos de Minas	4.67	11.43	8.74	6.04	14.09	10.15
Patos de Minas	2.62	6.61	5.02	3.52	7.43	5.52
Micro Frutal	15.13	8.46	11.12	10.86	8.08	9.44
Frutal	2.35	1.98	2.12	2.88	2.02	2.44
Micro Uberaba	14.51	16.94	15.97	13.92	11.43	12.65
Uberaba	12.91	14.93	14.12	12.51	9.76	11.11
Micro Araxá	3.87	9.43	7.22	7.69	12.36	10.07
Araxá	2.21	4.97	3.87	2.44	5.10	3.80
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991. Tabulações especiais CEDEPLAR/UFGM.

Em estudo recente sobre a dinâmica migratória de Minas Gerais, Golgher e Golgher (1998) fazem uma análise demográfica das microrregiões que compõem o estado. Segundo esses autores, para além do aumento populacional da Região Metropolitana de Belo Horizonte, muitos municípios do interior mostraram taxas expressivas de crescimento, como Uberlândia, por exemplo, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, conforme visto no capítulo 2. As diferenças nas taxas de crescimento apresentadas para essa cidade e para as demais da região podem ser creditadas a dois fatores principais: a fecundidade e a migração.

De acordo com os resultados da referida pesquisa, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba faz parte das mesorregiões do estado que apresentam baixas taxas de fecundidade. Em 1980, alguns municípios mostraram taxas muito abaixo da média do estado, como Uberaba (2,95 filhos por mulher) e Uberlândia (3,11). Em 1991, os valores são ainda menores, revelando-se abaixo do nível de reposição (que é de aproximadamente 2,1) para algumas cidades da região em estudo, tais como: Uberaba (2,01) e Ituiutaba (2,05). Tais informações, vêm confirmar a migração como fator decisivo para o crescimento populacional elevado de alguns municípios do Triângulo, como Uberlândia, principalmente, que apresentou uma taxa geométrica média de crescimento anual de 3,90% a.a. no período 1980/91.

Numa análise das microrregiões, os autores verificaram que a microrregião de Uberlândia teve um saldo migratório (SM) positivo, no final dos anos 80, de 49.247 pessoas, o que significa que o volume de imigrantes foi maior que o de emigrantes.

Dentre os municípios do estado, Uberlândia destacou-se como a cidade que apresentou o maior saldo migratório positivo na década de 80 (54.745) relativamente a Juiz de Fora (25.107), Sete Lagoas (16.503), Montes Claros (14.397) e Pouso Alegre (9.282), explicitando que essa cidade não só recebeu população migrante, como também reteve mais sua população residente.

Em que pese a distribuição não homogênea dos imigrantes nas cidades do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba em 1980 e 1991, a cidade de Uberlândia, em todas as análises realizadas nos capítulos anteriores, sobressaiu-se dentre as demais ao absorver os maiores volumes de população migrante inter e intra-estaduais. Este fato é confirmado quando se analisa a participação relativa dos imigrantes totais (inter e intra-estaduais) na população residente recenseada em 1980 e 1991, nas maiores cidades da região (com mais de 50.000 habitantes). É importante destacar que essa participação refere-se somente aos imigrantes que chegaram ao Triângulo nas décadas de 70 e 80, não levando em consideração os imigrantes que chegaram em décadas passadas.

Como é possível observar, pela Tabela 19, a cidade de Uberlândia apresentou a maior participação de imigrantes nos dois anos censais. Em 1980, cerca de 38% da população residente recenseada era migrante, percentual que se reduziu em 1991, quando passou para 23,49% devido ao arrefecimento dos deslocamentos intra-estaduais, como já foi colocado.

A segunda cidade que apresentou maior volume de imigrantes na população residente foi Araguari: 28,58% em 1980 e 16,94% em 1991. Este município foi seguido de Araxá, Ituiutaba, Patos de Minas e Uberaba.

Tabela 19  
Participação Relativa dos Imigrantes Totais na  
População Residente das Cidades-pólo de Destino  
(%)

Cidades-pólo de Destino	Imigrantes	
	1980	1991
Araguari	28,58	16,94
Araxá	22,74	16,10
Ituiutaba	22,76	15,89
Patos de Minas	18,30	15,88
Uberaba	22,26	15,55
Uberlândia	37,70	23,49

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991.  
Tabulações especiais CEDEPLAR/UFGM.

Na análise do quadro migratório da região ficam, pois, evidenciadas algumas tendências já verificadas a nível nacional: a predominância dos deslocamentos de curta distância com sentido urbano-urbano; o direcionamento dos fluxos migratórios para as maiores cidades da região ou cidades de porte médio, se comparadas às metrópoles; a continuidade de evasão populacional do setor rural, ainda que em menor proporção em relação à década de 70.

Na busca de explicações para esse quadro é que se pretende dirigir este trabalho a partir de agora, assumindo que não é possível esgotar a análise e tampouco dar conta de todos os determinantes, já que estes são complexos e variados.

### 3 – ELEMENTOS IMPORTANTES NO CAMINHO DA COMPREENSÃO

Como foi visto ao longo deste trabalho, não é tarefa fácil explicar a dinâmica migratória. Os deslocamentos populacionais são o resultado de múltiplas determinações de ordem econômica, social, política etc., as quais, de forma imbricada e nunca de forma estanque, impactam sobre a população, modificando o espaço em que se encontra, influenciando/determinando seus movimentos neste espaço.

Um dos passos que se deve dar em direção à busca do entendimento da dinâmica populacional está no conhecimento das transformações mais gerais vividas pela economia e pela sociedade num determinado momento estudado, sem perder de vista, evidentemente, aspectos históricos considerados relevantes na compreensão de mudanças recentes. Nesse caminho, vão surgindo elementos que, se não explicam totalmente, pelo menos fundamentam hipóteses.

Desse modo, as interrelações entre os movimentos populacionais no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e as transformações experimentadas pela economia regional, principalmente a partir da década de 60, possibilitam o início de uma análise que pretende ao menos levantar os elementos mais relevantes na compreensão do quadro migratório recente.

### 3.1 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Breve Retrospectiva Histórica

A importância do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na economia nacional é evidenciada principalmente a partir de fins do século XIX. Deste período até meados da década de 40, pode-se afirmar que a inserção do Triângulo se dava pela expansão comercial que se fundamentava nas suas articulações com a economia paulista. Esta, por sua vez, reconhecida como o centro dinâmico do País, concentrava-se na produção cafeeira e, não tendo auto-suficiência alimentar, demandava os produtos de que necessitava (fundamentalmente cereais) de outros estados, inclusive Minas Gerais (Brandão, 1989).

O desenvolvimento das articulações mercantis acabou exigindo a construção de importantes ferrovias que procuravam ligar vários pontos do País ao centro dinâmico, o que favoreceu a região, haja vista sua proximidade com importantes áreas.

Progressivamente, o Triângulo vai assumindo o papel de entreposto comercial, servindo de passagem de produtos manufaturados que saem de São Paulo em direção ao Centro-Oeste e outras regiões, ao mesmo tempo em que serve de intermediário de produtos que se dirigem para a capital paulista e para o sul do País. Como resultado dessa função, vão se desenvolvendo novas atividades - casas importadoras e exportadoras, comércios etc. - que vão conferir à região uma dinâmica acelerada de crescimento econômico e uma importância estratégica nacional.

É a partir da década de 50, no entanto, que se podem perceber profundas transformações no Triângulo e Alto Paranaíba como reflexo das mudanças na economia brasileira.

O quadro destas mudanças encontrava-se emoldurado, no plano internacional, pelos projetos de reorganização das sociedades capitalistas afetadas pela segunda guerra mundial e, a nível interno, pela mudança no padrão de acumulação de capital, especialmente no período do Plano de Metas (1956-61), quando se tem uma diversificação da produção com a liderança do setor produtor de bens de capital e, em menor grau, do setor produtor de bens duráveis.

A realização da chamada meta síntese do Plano de Metas, a construção de Brasília, resultou em transformações significativas na região, pois implicou a construção de uma malha rodoviária-automobilística e a intensificação de atividades comerciais e produtivas que visavam atender as demandas da construção dessa gigantesca obra.

As mudanças iniciadas a partir de meados dos anos 50 são aprofundadas nos anos 60 através da implementação de medidas governamentais que visavam intensificar a industrialização. Nesse sentido, será buscada a modernização do setor agrícola como forma de estender o domínio do capital para o meio rural, e serão realizados grandes investimentos para maior integração do mercado nacional (construção de rodovias federais, estaduais e municipais).

A região ora analisada contava, na verdade, com grandes possibilidades de assimilar e adotar as novas propostas de política econômica nacional surgidas na década de 60, seja pela organização produtiva que apresentava, seja pela representação política que possuía junto ao poder federal.

A economia urbana, por um lado, encontrava-se centralizada em algumas cidades como Uberlândia, Uberaba e Ituiutaba, que se consolidavam como pólos de atração para populações de outros estados, em virtude de seu dinamismo por concentrar atividades urbanas absorvedoras de mão-de-obra.

A economia rural, por outro lado, caracterizava-se pela pecuária extensiva e pela produção mecanizada de cereais<sup>17</sup>. Além disso, atividades rurais começavam a se estender ao meio urbano através da implantação de indústrias que beneficiavam os produtos agrícolas e que, juntamente com o setor produtor de equipamentos para a agricultura, vão conferindo nova dinâmica à economia da região<sup>18</sup>.

A estrutura fundiária, segundo Sampaio (1985), era marcada pela predominância de estabelecimentos de 100 a 500 ha enquanto diminuía a importância dos estabelecimentos maiores que 500 ha. Por outro lado, havia a expansão em número e área ocupada dos minifúndios ou dos estabelecimentos maiores que 100 ha. "Isto sugere um processo de retalhação da grande propriedade, ou pelo sistema de herança ou pela venda de glebas para agentes econômicos e do meio rural." (p.146).

Em linhas gerais, algumas tendências ficaram evidenciadas como desdobramentos das modificações por que vinha passando a economia brasileira desde meados da década de 50: intensificação da mecanização da produção agrícola e extensão da atividade pecuária, ampliação e diversificação da economia urbana e, por fim, o despovoamento do meio rural e

<sup>17</sup> De acordo com Sampaio (1985), em meados dos anos 50, já se tem uma certa mecanização da produção agrícola no Triângulo Mineiro, bem como uma intensificação da atividade pecuária, que resultaram no despovoamento rural e no crescimento populacional de algumas cidades.

<sup>18</sup> Nos anos 60, predominam, na região, centenas de processadoras de grãos, além de um sistema de armazenagem e embalagem de cereais, bem como matadouros, frigoríficos etc.

de alguns centros urbanos em contraposição ao crescimento populacional centrado em poucas cidades.

De acordo com Sampaio (1985), tem-se na migração o fator principal da modificação estrutural da população regional no período 1960-70. Os chamados fatores de expulsão e atração são contrapostos nos setores rural e urbano.

A intensificação do processo de mecanização na agricultura aprofunda o grau de dominação capitalista da produção e acaba por alterar as relações de trabalho no campo, eliminando formas tradicionais de ocupação e generalizando o trabalho assalariado. O aumento de trabalhadores temporários no campo é um dos efeitos desse processo e vai resultar no deslocamento constante de uma população que busca trabalho nos períodos de plantio e de colheita em diferentes localidades a depender de onde haja a demanda por tal mão-de-obra.

A evasão da população rural resultante deste quadro não significou, segundo Sampaio (1985), diminuição da produção, pois com a crescente utilização de técnicas modernas e insumos melhorados, a produtividade da terra se eleva, prescindindo, até mesmo, da utilização crescente de mão-de-obra.

Essa população, que se retira do meio rural por não encontrar ali condições satisfatórias de sobrevivência e tampouco trabalho estável de onde possa obter uma remuneração fixa, se dirige para os centros urbanos à procura de oportunidades favoráveis. Embora haja crescimento econômico em alguns municípios da região, com grande ampliação do emprego urbano, estes não são capazes de absorver o fluxo migratório que a eles se dirige nos anos 60.

Assim, verificam-se resultados negativos dos saldos líquidos migratórios para a região como um todo, indicando-a como perdedora de população nesse período. Embora tenha ocorrido um crescimento populacional à taxa decenal de 29,3% no período 1960-70, o saldo migratório foi negativo em 8.751 pessoas, o que corresponde a 1,29% de sua população no final da década (Sampaio, 1985). Dentre as microrregiões, a de Uberlândia e a de Uberaba foram as que mais perderam população – apresentaram saldos migratórios negativos de 23.051 e 959 pessoas, respectivamente. Quanto aos municípios, por outro lado, todos apresentaram saldos migratórios urbanos positivos, enquanto para o setor rural os valores se mostraram tendencialmente negativos, indicando a saída de população da zona rural já nesse momento.

Para Sampaio (1985), estes resultados levam à suposição de que a dinâmica e a organização sócio-econômica do Triângulo não favoreceram, nesse momento, a permanência de pessoas na região, especialmente em sua área rural, embora algumas cidades tenham exercido atração populacional e apresentassem saldos migratórios positivos, como é o caso de Uberaba (15.991 pessoas) e Uberlândia (15.284).

O quadro da dinâmica migratória, analisado nos capítulos 2 e 3, mostra que, para a década de 80, a região ora analisada foi uma das que mais recebeu população imigrante no estado de Minas Gerais, contribuindo, inclusive, para o arrefecimento do histórico processo de expulsão desempenhado por este estado.

Em relação à década de 60, pode-se afirmar que houve significativa mudança na dinâmica populacional. Embora não se tenha o cálculo do saldo migratório para a região, entende-se que, da condição de perdedora de população, ela passou a ser foco de atração de migrantes.

Essa alteração certamente está relacionada com as transformações econômicas por que passou o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba nas últimas duas décadas. Como foi visto anteriormente, o maior volume dos fluxos imigratórios se deu no segundo quinquênio das décadas de 70 e 80, período em que ocorreram profundas mudanças na região, tanto em sua economia rural quanto urbana, mudanças essas que, conjuntamente com demais transformações a nível nacional, influenciaram os movimentos populacionais.

É nesse sentido que se pretende analisar o quadro recente, assumindo que não é possível separar processos de transformação econômica e social que tiveram início nos anos 70 daqueles verificados na década seguinte, uma vez que os anos 80, em muitos aspectos, representaram uma continuidade e/ou uma intensificação daqueles.

### **3.2 – O Quadro Recente: Transformações Econômicas e a Dinâmica Migratória**

#### **3.2.1 – Mudanças na Economia Rural**

Apontada como detentora de uma economia potencialmente dinâmica, a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba também é conhecida como local onde se desenvolve uma agricultura moderna nos moldes do desenvolvimento capitalista rural atual. A bem da

verdade, o processo de modernização agrícola na região é relativamente recente (com início na segunda metade da década de 70), mas seus impactos sobre a economia rural, bem como sobre a economia urbana, foram decisivos na composição das transformações que emolduraram o quadro dos movimentos populacionais nas últimas duas décadas.

Já em fins dos anos 60, a política de abertura de novas fronteiras agrícolas, implementada pelo Estado com os objetivos de expandir a produção através do aumento de terras agricultáveis e de oferecer oportunidades de emprego para a população que emigrava do meio rural<sup>19</sup>, mostrava sinais de esgotamento.

Até os anos iniciais da década de 70, aquela política tinha funcionado como “válvula de escape” (Freitas e Sampaio, 1985) para a população excedente do campo, mas especificamente depois da elevação dos preços do petróleo, as áreas de produção agrícola mais distantes, como a Amazônia por exemplo, mostraram-se inviáveis no sentido de expandir as atividades agropecuárias no País.

Face à urgência de produção de alimentos exportáveis para a obtenção de divisas internacionais que continuassem a contribuir para o crescimento econômico até então vivido e frente às exigências dos interesses industriais já consolidados no campo, o Estado faz sua “opção política” (Freitas e Sampaio, 1985) pela ocupação do Cerrado<sup>20</sup> como forma de expandir a produção agrícola numa área considerada de mais fácil acesso e, portanto, de localização estratégica para os objetivos em questão.

A materialização dessa opção se deu, inicialmente, através do PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), implantado em alguns municípios (São Gotardo, Ibiá, Rio Paranaíba e Campos Altos), em 1973, com o objetivo de desenvolver um modelo de agricultura intensiva que deveria ser imitada pelas demais áreas do Cerrado. Esse programa, na verdade, serviu de inspiração para um projeto mais ousado e abrangente - o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), que previa altos investimentos para a incorporação, no período de 1975 a 1979, de 3 milhões de hectares de terras do Cerrado à agropecuária, dos quais 1,8 milhões deveriam ser ocupados com lavouras (Brandão, 1989). A partir de 1980, implanta-se o chamado PRODECER I (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados), numa experiência-piloto

<sup>19</sup> - O pano de fundo desses objetivos, além da busca de maior produção, residia na tentativa de atenuar as tensões sociais que, em última instância, implicavam a exigência de uma Reforma Agrária, a qual não era bem aceita no momento pela oligarquia rural conservadora.

<sup>20</sup> - “O Cerrado brasileiro abrange uma área de 1.830 Km<sup>2</sup>. Em Minas Gerais, ocupa a maior parte do Estado, abrangendo as zonas geográficas do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Paracatu, Campos das Vertentes, Metalúrgica, Alto e Médio São Francisco (excluindo a

realizada em alguns municípios de mineiros (Paracatu, Iraí de Minas e Coromandel). Devido ao relativo sucesso desse programa, foi implantado o PRODECER II em 1987, com extensão para outras áreas no Centro-Oeste e no Oeste baiano<sup>21</sup>.

As terras do Cerrado apresentavam características específicas que exigiam profundas transformações no modo de produção agrícola, transformações estas que, na verdade, casavam-se perfeitamente com o pacote agrícola difundido na agricultura internacional e incorporado pela economia brasileira. O solo era pobre em nutrientes, arenoso e tinha altos índices de acidez, apesar de ser bem drenado e permeável, o que exigia a utilização de corretivos modernos que fossem capazes de elevar sua produtividade. A topografia, por outro lado, era pouco acentuada, o que facilitava o uso de máquinas de grande porte (Brandão, 1989).

É nesse contexto que indústrias produtoras de insumos e implementos agrícolas vão estabelecer atividades na área do Cerrado, enxergando grande potencial de valorização do capital nesse novo “campo”.

Munida de uma posição geográfica privilegiada nesse novo arranjo da produção agrícola, a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi uma das regiões brasileiras que melhor incorporou o padrão tecnológico de transformação da agricultura.

Um dos primeiros efeitos que pode ser visualizado refere-se à mudança em sua pauta produtiva, que passa de uma produção primária de produtos alimentares básicos e de pouca transformação industrial (arroz e feijão, por exemplo) para culturas de exportação (café, soja e algodão) e energéticas (cana de açúcar). Ver Tabela 20.

Tabela 20  
Produção Agrícola do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba para Culturas Selecionadas  
e Participação Relativa na Produção do Estado 1960/80 (em toneladas)

PRODUTO	1960		1970		1975		1980	
	v.absoluto	%	v.absoluto	%	v.absoluto	%	v.absoluto	%
SOJA	-	-	1.982	82	42.744	89	166.351	67
CAFÉ	10.349	2	5.690	1,7	6.509	2,2	51.945	10
C. DE AÇÚCAR	30.220	2	413.453	10	285.928	7,6	1.787.653	23
MILHO	204.399	15	311.761	17	356.455	18	365.286	16
ALGODÃO	2.092	9	15.187	40	26.491	48	21.835	42
ARROZ	152.092	33	276.813	45	218.179	39	166.137	30

Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários de Minas Gerais - 1960, 1970, 1975 e 1980 (apud Brandão, 1989).

<sup>21</sup> zona da caatinga), Montes Claros (parte sul), Médio Jequitinhonha (chapada), sul (maior parte) e Alto Jequitinhonha". (MUNHOZ, R. et al. Zoneamento Agroclimático de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1980, p.10) - citado por ALMEIDA FILHO, 1988.

<sup>21</sup> Para maiores informações sobre os programas de desenvolvimento para os Cerrados, consultar PESSOA, V.L.S. Ação do Estado e as Transformações Agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba (MG). Rio Claro, UNESP, 1988. (Tese de Doutorado).

Como é possível observar, o produto que teve maior participação no estado, no período 1960-80, foi a soja, chegando a responder por 89% da produção mineira em 1975. Esta cultura, conhecida por possuir uma produção altamente mecanizada, pressupõe a existência de grandes investimentos para sua realização. De acordo com Brandão (1989), a excelente adaptação deste produto às terras do Cerrado atraiu os grandes capitais para o seu cultivo e transformação industrial, tornando a região um dos maiores centros de produção e esmagamento de soja do País.

O café foi outro produto que se adaptou muito bem às terras do Cerrado. Em 1980, a produção cafeeira da região chegou a representar 10% da produção mineira. O desenvolvimento dessa cultura, localizado em grande parte na zona rural de municípios como Patrocínio, Patos de Minas e Araguari, ainda se faz com grande absorção de mão-de-obra temporária, embora exista a tendência crescente de mecanização também da fase de colheita, o que significará, num futuro bem próximo, a dispensa do trabalho humano nesse tipo de tarefa.

As demais culturas, cana-de-açúcar, milho e algodão, tiveram aumentadas suas produções ao longo do período 1960/80, bem como suas participações no total da produção do estado de Minas Gerais, enquanto a produção de arroz, cultura tradicional, reduziu-se gradativamente no mesmo intervalo de tempo, com exceção para o ano de 1970, quando representou 45% na produção estadual. Estes dados reiteram o que foi dito acima sobre a substituição de culturas tradicionais por culturas de exportação, geradoras de superávits na Balança Comercial.

*"Apesar da crise econômica da década de 80, a agricultura da região continuou se expandindo e modernizando"* (Brandão, 1989). Mantém-se a diminuição, em quantidade e em participação, das culturas tradicionais. Em contrapartida, verifica-se rápida expansão das culturas "modernas".

Na Tabela 21, é possível verificar que, ao longo da década, a produção de soja e café aumentou, bem como suas participações na produção estadual, embora tenham apresentado valores menores para o ano de 1988. A produção regional de cana-de-açúcar também cresceu, chegando a representar 37% na produção do estado. As culturas de milho e algodão apresentaram um aumento substancial em toneladas produzidas, especialmente este último que, em 1988, participou com 50% na produção mineira. Por fim, o arroz manteve a tendência de queda, tanto da quantidade produzida, quanto da participação na produção estadual.

Tabela 21  
Produção Agrícola do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba para Culturas Selecionadas  
e Participação Relativa no Estado  
1980, 1985, 1986 e 1988 (em toneladas)

PRODUTO	1980		1985		1986		1988	
	v.absoluto	%	v.absoluto	%	v.absoluto	%	v.absoluto	%
SOJA	183.307	63	555.392	63	537.836	67	548.239	59
CAFÉ	51.945	10	N.D.		N.D.		114.628	9
C. DE AÇÚCAR	544.036	7	4.966.736	31	4.875.686	29	6.836.792	37
MILHO	447.049	15	496.560	16	582.937	18	699.049	21
ALGODÃO	36.535	34	67.930	32	54.093	32	67.632	50
ARROZ	205.461	25	143.820	17	166.853	17	154.056	17

Fonte: G.C.E.A./MG – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (apud Brandão, 1989).

Cabe ressaltar que as mudanças na pauta produtiva, resultantes do processo de modernização da agricultura, foram acompanhadas pelo estabelecimento de indústrias processadoras dos novos produtos na região. Estas, compondo a cadeia do chamado Complexo Agroindustrial<sup>22</sup> na posição de indústrias à jusante da agricultura (aqueles que processam os produtos agrícolas para a elaboração de produtos industriais), vão conferir nova dinâmica à economia regional, influenciando a produção agrícola através de suas demandas e provocando importantes mudanças também no âmbito urbano.

Como desdobramento e em função do próprio processo de modernização do campo, estabelecem-se também indústrias produtoras de produtos para a agricultura (máquinas, defensivos agrícolas, adubos etc.), conhecidas como indústrias à montante. Uma abordagem mais detalhada dos tipos de indústrias que se dirigiram para a região em estudo, bem como os possíveis impactos que geraram será feita mais adiante quando forem discutidas as transformações na economia urbana.

Quanto à área ocupada com lavouras, de acordo com Freitas e Sampaio (1985), observou-se sua expansão nos anos 70, especialmente das lavouras temporárias. Entre 1950 e 1970, esta área evoluiu de 4,12% para 7,96% da área total do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Em 1975, representava 10,15%, caindo para 9,7% em 1980. As lavouras permanentes, por sua vez, representavam apenas 0,57% da área total em 1960, expandindo-se de forma mais acentuada na década de 70, quando apresenta um crescimento de 17,4%

<sup>22</sup> É vasta a literatura que trata do processo de modernização da agricultura brasileira, bem como da passagem do Complexo Rural ao Complexo Agroindustrial. Para maior aprofundamento no assunto, ver, por exemplo, Graziano da Silva, J. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: Unicamp – IE, 1996.

18,3% ao ano nos quinquênios de 1970-75 e 1975-80, respectivamente. Na década como um todo, o crescimento médio anual da área ocupada com lavouras permanentes foi de 17,8%.

A Tabela 22 mostra que, para a década de 80, continuou a tendência de expansão das lavouras temporárias, que saíram de um número de 26.209 para 30.473 no período 1980/85 (aumento simples de 16,27%), confirmado os dados do quadro anterior, onde se vê o crescimento de culturas temporárias (soja, milho, cana-de-açúcar). Enquanto isso, as lavouras permanentes diminuíram em 22,72% nesse período.

Tabela 22  
Utilização das Terras com Lavouras no  
Triângulo Mineiro./Alto Paranaíba

	Lavouras Permanentes		Lavouras Temporárias	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
1980	19.072	93.815	26.209	702.299
1985	14.739	118.834	30.473	859.388

Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários de Minas Gerais – 1980/85. CEI/FJP

Afora o desenvolvimento de novas culturas, o setor agropecuário da região contou com o crescimento da pecuária. O indicador que relaciona as pastagens formadas à área total com pastos naturais e artificiais, possibilita a visualização desse fato em termos numéricos. Em 1960, o índice para o Triângulo e Alto Paranaíba era de 13,17%, crescendo, em 1975, para 20,8% e, em 1980, representando aproximadamente 44%. Isto significa que, na região, quase a metade da área total com pastos correspondia a pastagens formadas naquele último ano. Alguns locais, como a microrregião do Pontal do Triângulo, apresentaram evolução expressiva da pecuária; quase 43%, em 1975, e mais de 65% da área com pastagens, em 1980, eram pastos formados (Freitas e Sampaio, 1985).

O processo de modernização da agricultura pressupõe a implementação de novas técnicas de produção e de insumos modernos, potencializada por inovações biológicas. A base técnica também é revolucionada pela utilização de máquinas modernas que proporcionam um processo de produção mais rápido.

No contexto de Minas Gerais, a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba se destaca pelo grau avançado de tecificação de sua economia agrícola. O número de tratores, por exemplo, mais que triplica na década 1970/80, passando de 3.421 para 12.089 unidades. Em 1985, esse número se eleva para 16.069 (crescimento de aproximadamente 33% no

quinquênio 1980/85), indicando a continuidade do processo de tecnificação agrícola na região nos anos 80.

O uso de arados de tração animal vem diminuindo sensivelmente. Em 1975, existiam 16.270 unidades na região e, em 1985, esse número caiu para 11.011. Por outro lado, o número de arados de tração mecânica quase dobrou no decênio 1975/85, saindo de 7.849 unidades para 14.788. O aumento de máquinas colheitadeiras na produção agrícola da região também foi expressivo. Existiam, em 1975, 1.039 unidades, número que se elevou para 1.286 em 1980 e, em 1985, chegou a 1.779, explicitando um aumento de cerca de 70% no período 1975/85 (Fundação João Pinheiro, 1994).

Em que pese as mudanças na produção agropecuária, desencadeadas por um processo que visava à extensão do domínio do capital para o meio rural e à integração definitiva entre a agricultura e a indústria, deve-se ressaltar que não houve uma homogeneidade no desenvolvimento agrícola. Pelo contrário, a modernização se concentrou em locais específicos onde eram produzidas as culturas de exportação e estas, por sua vez, encontravam-se localizadas nas grandes propriedades.

A política de crédito adotada para promover a implementação de um novo padrão tecnológico, na verdade, favoreceu os grandes e médios produtores em detrimento dos pequenos. Estes, não tendo a seu favor um acesso facilitado ao crédito, não são capazes de modernizar sua produção na magnitude exigida pelo novo padrão de produção. Esta situação é ainda acirrada pela especulação da terra, “desencadeada tanto pela escala de produção do novo modelo como pelos mecanismos creditícios e fiscais e pelos investimentos do governo” (Martine, 1987:33), contribuindo para a expulsão de posseiros e de pequenos agricultores.

A Tabela 23 mostra o cálculo do Índice de Gini referente à concentração fundiária nas microrregiões<sup>23</sup> do Triângulo/Alto Paranaíba nas décadas de 70 e 80. De acordo com a interpretação desse índice, à medida que o valor se aproxima da unidade, a concentração aumenta. Nesse sentido, observa-se que, de maneira geral, houve aumento na concentração fundiária na região nesse período, especialmente na microrregião de Uberlândia, que saiu de um índice de 0,664, em 1970, para 0,705 em 1980, caindo levemente para 0,697 em 1985.

<sup>23</sup> A classificação das microrregiões nos Censos Agropecuários consultados é diferente daquela encontrada no Censo Demográfico de 1991 com a qual se trabalhou ao longo desta pesquisa. As microrregiões do Pontal do Triângulo, Alto Paranaíba e Planalto de Araxá são constituídas dos municípios listados na Introdução (parte referente à Metodologia, item 2.3). Comparando-se com os dados de 1991, percebe-se que 10 municípios estão fora do cálculo por pertencerem, até 1985, a uma microrregião do Centro-Oeste. Somente mais tarde, 9 deles passaram a compor a chamada microrregião de Patos de Minas. São eles: Arapuá, Carmo do Paranaíba, Guimarânia, Lagoa Formosa, Matutina, Patos de Minas, Rio Paranaíba, São Gotardo e Tiroz.

Tabela 23  
Índice de Gini das Microrregiões  
Do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

Microrregiões/Anos	1970	1975	1980	1985
Uberlândia	0,664	0,688	0,705	0,697
Uberaba	0,687	0,679	0,690	0,706
Pontal do Triângulo	0,684	0,655	0,656	0,679
Alto Paranaíba	0,653	0,690	0,665	0,683
Planalto de Araxá	0,598	0,641	0,642	0,641
TRIÂNGULO M.	0,667	0,674	0,707	0,693

Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários de Minas Gerais – 1970, 1975, 1980, 1985 (apud Cardoso e Dutra, 1995).

No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a proporção do número de estabelecimentos cresceu principalmente para as faixas compreendidas entre 200 a 1.000 ha e 1.000 a 10.000 ha. Em 1970, 16,6% dos estabelecimentos estavam compreendidos na primeira faixa e, em 1980, esse valor sobe para 19,4%. Enquanto isso, cresce de 4,6% para 5,4% a proporção dos estabelecimentos na segunda faixa. A porcentagem dos estabelecimentos de mais de 10.000 permanece inalterada em seus 0,2% nesses anos. Mas diminui a proporção correspondente às faixas 0 a 50 ha e 50 a 200 ha, saindo de 51,5% para 46,7% e de 27,1% para 26,3%, respectivamente em 1970 e 1985, deixando claro o aumento das grandes propriedades e a diminuição das menores (Cunha, 1994).

Em suma, as transformações ocorridas na região, iniciadas efetivamente nos anos 70, culminaram na modernização da agricultura, modificando profundamente o padrão de produção e as relações sociais no campo.

Segundo Garlipp e Ortega (1998), em pesquisa acerca dos impactos desse processo sobre o emprego rural, as formas não assalariadas de organização da produção (parceiros, meeiros, por exemplo) foram sendo destruídas. Os indivíduos que desempenhavam essas ocupações, viram-se obrigados a migrar para a cidade, uma vez que se transformaram em assalariados permanentes ou temporários.

Isso se deu porque, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, as terras modernizadas foram aquelas localizadas nos chapadões, enquanto que as mais acidentadas, embora mais férteis, eram de difícil mecanização. A agricultura tradicional, praticada neste tipo de terra pelos

moradores, meeiros ou parceiros dos grandes proprietários, continuou sua produção mesmo sem a adoção completa do padrão tecnológico. Produziam-se, aí, culturas como feijão, arroz e milho, enquanto os chapadões eram destinados à prática da pecuária extensiva.

É o processo de modernização da produção nas terras dos “senhores” que faz com que ocupações tradicionais (as citadas acima) desapareçam e surjam novas ocupações, como a dos trabalhadores temporários. Como se pode observar pela Tabela 24, as taxas de crescimento médio anual dos parceiros foram negativas para todas as microrregiões, atingindo o valor de -13,11% no período 1970/85. As outras formas de ocupação, por outro lado, apresentaram taxas de crescimento positivas, com destaque para os trabalhadores temporários, cujas taxas revelaram o crescimento dessa categoria ao longo das décadas de 70 e 80 para todas as microrregiões.

Tabela 24

Taxa de Crescimento Médio Anual das Formas de Ocupação na Agricultura  
Segundo Microrregiões\* (1970/85)

Microrregiões	Pessoal Ocupado Total	Trabalhadores Permanentes	Trabalhadores Temporários	Parceiros Total
<b>Alto Paranaíba</b>				
1970/80	0,7728	9,7283	6,9837	-7,9094
1970/85	1,9814	9,0441	8,0202	-7,0251
<b>Uberlândia</b>				
1970/80	2,1399	12,2324	1,5625	-19,1426
1970/85	2,1563	8,7763	3,9993	-16,6086
<b>Uberaba</b>				
1970/80	4,3719	10,7959	3,9992	-15,3839
1970/85	3,6766	8,318	2,7361	-10,8829
<b>Pontal T.Mineiro</b>				
1970/80	2,2427	14,5394	-2,1794	-16,4678
1970/85	1,9124	8,8021	0,3288	-17,5614
<b>Planalto de Araxá</b>				
1970/80	2,8554	9,1972	6,7153	-11,356
1970/85	3,5649	8,3585	7,9017	-14,1837
<b>Total</b>				
1970/80	2,266	11,8122	1,674	-14,32
1970/85	2,41	8,6698	3,513	-13,11

Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários de Minas Gerais – 1970, 1980 e 1985 (extraído de Garlipp e Ortega, 1998)  
\* Ver explicação sobre a composição das microrregiões na nota de rodapé anterior.

Ao contrário do que se imagina imediatamente, a destruição daquelas ocupações tradicionais não significou redução do emprego rural na região. De acordo com Garlipp e Ortega (1998), houve, até mesmo, crescimento do pessoal ocupado total à taxa média de 2,41% a.a. no período 1970/85. Também os trabalhadores permanentes, embora com taxas de crescimento menores, ainda chegaram a crescer à ordem de 8,67% a.a. no mesmo período (ver Tabela 24).

A bem da verdade, para os autores, este é um momento inicial do processo de modernização agrícola na região, onde o que parece ocorrer é uma mudança no tipo de mão-de-obra demandada, agora muito mais temporária do que permanente, dadas as mudanças introduzidas pelo progresso tecnológico na atividade produtiva. Num segundo momento (década de 90), a perspectiva que se vê é a diminuição do emprego rural, inclusive da ocupação temporária, uma vez que é cada vez mais intensa a introdução de máquinas nos

processos de colheita de culturas que empregam muita mão-de-obra, como o café e a cana de açúcar.

O que se conclui sobre esse quadro de mudanças no setor rural no que se refere aos movimentos populacionais, é que, como explicitado no capítulo anterior, significativo percentual de pessoas saíram do setor rural da região e do resto de Minas na década de 70 (cerca de 47% do total de imigrantes recenseados nos municípios) e, em menor número, ainda que expressivo, na década de 80 (29%). (Ver Tabelas 10 e 11). Pode-se dizer que parte expressiva desse contingente populacional era formado pelos pequenos proprietários/moradores, parceiros e meeiros, os quais, excluídos de suas funções tradicionais e marginalizados pelas distorções do próprio processo de modernização que privilegiava os grandes proprietários, viram-se diante de uma única opção: migrar para a cidade. Aqui são confirmados os dados apresentados com relação ao destino dos imigrantes intra-estaduais: 81,90% se dirigiram para o setor urbano dos municípios do Triângulo nos anos 70 e, na década seguinte, 82,06%. (Tabelas 16 e 17).

É importante lembrar outro aspecto da dinâmica migratória estudada que se relaciona com as transformações aqui expostas. Os percentuais de população proveniente do setor rural de outros estados para o rural do Triângulo revelaram-se expressivos nas décadas de 70 e 80. O caso que se destaca é o dos imigrantes vindos do Sul. Cerca de 38% deixaram a zona rural, segundo o censo de 1980, e, destes, 28% se dirigiram para a mesma zona no Triângulo. Em 1991, do total de imigrantes provenientes do Sul, aproximadamente 45% saíram do rural e, de destes, 34% continuaram no mesmo setor quando se deslocaram para a região em estudo. De acordo com Garlipp e Ortega (1998), beneficiou-se, na modernização da agricultura do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a migração de produtores que possuíssem algum capital acumulado previamente e relativo domínio da tecnologia adotada. É bastante conhecida a chegada de imigrantes do Sul para as terras da região nesse momento.

### **3.2.2 – A Economia Urbana**

É difícil separar as transformações ocorridas na economia rural daquelas verificadas na economia urbana, visto que ambas estão interrelacionadas e, em muitos aspectos, são interdependentes. Por essa razão, serão abordadas as principais mudanças verificadas no

âmbito urbano levando-se sempre em consideração os desdobramentos daquelas já analisadas com relação ao âmbito rural.

Cabe ressaltar, no entanto, que para desenvolver esta parte do trabalho, a inexistência ou a precariedade de dados para a década de 80 em muito dificultou a análise. Optou-se por trabalhar com o máximo de informações que se tinha, ainda que se reconheça a necessidade de muitos outros dados, das mais diversificadas fontes, para que se aprofunde este estudo.

A modernização da agricultura no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, como já discutido no item anterior, é um processo relativamente recente que trouxe consigo a lógica de domínio do capital sobre o meio rural. Como desdobramento dessa lógica, a integração agricultura-indústria tornou-se um processo irreversível; no desenvolvimento recente da região, assume papel cada vez mais importante a atuação dos chamados Complexos Agroindustriais.

Segundo Brandão (1989), a partir da segunda metade dos anos 70 principalmente, as indústrias ligadas à agricultura apresentam grande dinamismo na região. No que se refere às indústrias processadoras dos produtos agrícolas (indústrias à jusante da agricultura), merecem destaque as de madeira, couros e peles, têxtil, produtos alimentares, óleos vegetais, laticínios, conservas de frutas, legumes e carnes, e avicultura, bem como aquelas beneficiadoras de algodão, as usinas de açúcar e álcool e as indústrias dos derivados de soja.

A expansão da agroindústria fez com que o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba ocupasse, no final da década de 70, o segundo lugar entre as regiões do estado no que se refere ao valor dos investimentos decididos pelo INDI (Instituto de Desenvolvimento Industrial). No início da década de 80, esta posição se reverte devido à reorientação do número e do valor dos investimentos para o setor mecânico e eletroeletrônico localizado fundamentalmente em Belo Horizonte e Sul de Minas. A partir de 1984, a região ora analisada volta a ser a segunda região do estado em valor dos investimentos e número de empregos gerados (Freitas e Sampaio, 1985).

A agroindústria vai assumindo papel cada vez mais importante na região. Dos 53 projetos decididos pelo INDI para o Triângulo/Alto Paranaíba até 1983, 24 eram para a agroindústria, sendo que, destes, quase 50% dirigiram-se para Uberlândia e Ituiutaba. No balanço geral, mais da metade do número de projetos e 65% do número de novos empregos gerados estavam localizados nos municípios de Uberaba e Uberlândia (Freitas e Sampaio, 1985).

Quanto à indústria produtora de fertilizantes e defensivos para a agricultura da região, pode-se afirmar que se restringe praticamente ao processamento e industrialização dos minerais extraídos de jazidas de fosfato, existentes em municípios como Araxá, Patos de Minas, Patrocínio e Tapira, e de calcário em Uberaba, Coromandel e Patrocínio.

Minas, Patrocínio e Tapira, e de calcário em Uberaba, Coromandel e Patrocínio.

Segundo Brandão (1989), estas indústrias tiveram grande impulso nos anos 80, atraindo recursos federais e estaduais que alicerçaram a implantação de unidades industriais de aproveitamento daqueles recursos naturais. Em Uberaba, por exemplo, estabeleceu-se um verdadeiro "pólo químico" onde provavelmente se concentra grande parte da produção nacional de fertilizantes, instalando-se também uma indústria multinacional produtora de inseticidas e defensivos agrícolas. Em Patos de Minas, localizou-se uma unidade de moagem de rocha. Em Araxá, estabeleceram-se indústrias para a produção de fosfato e fertilizantes. Também se instalaram cerca de 8 unidades de beneficiamento de calcário na região a partir de fins da década de 70.

A produção de implementos agrícolas (arados, semeadeiras etc.) vem crescendo desde os anos 80. E o comércio atacadista e varejista destes produtos, bem como de máquinas, herbicidas, inseticidas, adubos e outros é intenso, tendo como mercado consumidor não só o Triângulo, mas também muitas áreas de Goiás e Mato Grosso.

A bem da verdade, a expansão da agroindústria e da exploração dos recursos minerais nesta região modificou a estrutura produtiva, diversificando as atividades industriais, intensificando o comércio e, até mesmo, criando novas áreas no setor de serviços.

Historicamente, a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem desempenhado o papel de entreposto redistribuidor/abastecedor, polarizando a intermediação comercial de vasta área - noroeste paulista, parte de Mato Grosso e, fundamentalmente, Sul e Sudeste goianos.

Nos anos 80, o setor atacadista estendeu sua atuação aos mercados do Centro-Oeste e Norte do País, o que ficou expresso na rápida proliferação de depósitos/filiais das grandes firmas e na expansão da frota rodoviária disponível. É importante colocar que, no interior da região, esse ramo se encontra concentrado principalmente no município de Uberlândia. Em épocas passadas, outros centros urbanos importantes como Uberaba e Araguari, detinham a maior participação nesse setor, mas foram perdendo suas posições gradativamente. Atualmente, Uberlândia possui pelo menos três grandes grupos empresariais no ramo, um dos quais (grupo Martins) vem se consolidando como maior atacadista da América Latina.

Além da proeminência do atacado, “o comércio varejista tem uma atuação importante na região e expressa, de forma flagrante, o grau de urbanização de seus principais centros urbanos: Uberlândia, Uberaba, Araguari, Ituiutaba e Patos de Minas” (Freitas e Sampaio, 1985:80). Esse tipo de comércio apresenta, na verdade, uma clara dicotomia. De um lado, tem-se o pequeno comércio, que vende produtos menos sofisticados e se localiza nos bairros, ocupando geralmente mão-de-obra familiar. De outro, observam-se novas modalidades que vêm se desenvolvendo dos anos 80 em diante, como os supermercados e os shopping centers, que comercializam uma variedade de produtos, estando concentrados espacialmente e ocupando um grande número de trabalhadores.

Quanto ao desenvolvimento do setor de serviços e sua importância na região, cabe colocar que, historicamente, aqueles das áreas de transporte, comunicação e armazenagem foram fundamentais enquanto suporte à viabilização da “*vocação comercial*” (Freitas e Sampaio, 1985) do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, assim como acompanharam o desenvolvimento agroindustrial. Ademais, cresceram bastante os serviços de consultoria, projetos, processamento de dados e outros, ligados à modernização da estrutura produtiva regional.

No âmbito dos serviços de consumo coletivo, alguns municípios se destacaram no desempenho de serviços específicos, como Uberaba, na área de saúde; Araxá, em relação ao turismo e talvez Uberlândia, em relação à educação, dada a importância de sua Universidade Federal para a região como um todo.

Os serviços de consumo individual, por sua vez, mostraram uma expansão significativa de profissionais liberais, o que pode estar relacionado com a crescente demanda por parte das atividades comerciais, agropecuárias e industriais, que exigem cada vez maior capacitação, como também pode estar ligada à melhoria educacional possibilitada pela instalação de instituições de ensino superior. Além disso, viu-se intensificar o setor informal da economia, embora seja difícil quantificar esse crescimento, já que essa atividade não é expressa nas estatísticas oficiais.

No contexto de crise dos anos 80, principalmente na primeira metade da década, é de se esperar que tenha ocorrido um arrefecimento no crescimento econômico da região, embora, como já foi dito anteriormente, sejam as metrópoles as áreas onde se vê com mais evidência a deterioração do quadro econômico e social por que passa a sociedade brasileira nesse momento.

Apesar da dificuldade de obtenção de dados para a análise do contexto regional nesse período, percebe-se, através de informações sobre o comportamento da Indústria de Transformação (Tabela 25), que houve, de fato, uma diminuição na atividade produtiva. Por certo que não se pode generalizar esse comportamento para os demais setores, mas acredita-se que, apesar da continuidade do processo de modernização da agricultura na década de 80, bem como da ampliação de atividades no setor de serviços, houve uma desaceleração no ritmo de crescimento. Observe-se os dados sobre a indústria de transformação nas cidades-pólo do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

O número de estabelecimentos diminuiu para quase todos os municípios, exceto para Patos de Minas, que passou de 190 unidades, em 1980, para 211 em 1991. Contudo, os valores da produção (VP) e da transformação industrial (VTI) nessa cidade não deixaram de acompanhar a tendência de queda manifesta para todas as cidades-pólo. Patos de Minas apresentou uma variação negativa de 13,90% no VP e de -31,33% no VTI.

O número de pessoal ocupado também foi reduzido para a maioria das cidades-pólo, embora Araxá e Ituiutaba tenham apresentado aumento significativo dessa categoria no quinquênio 1980/85. Seus VPs e VTIs, no entanto, também manifestaram diminuição no período, com exceção do VTI de Ituiutaba, que apresentou variação positiva de 29,51% de 1980/85.

Em suma, acredita-se que houve pelo menos uma diminuição no ritmo de crescimento econômico na região nesse momento de crise mais intensa<sup>24</sup>.

Também se verificou, nesse período, um arrefecimento dos fluxos imigratórios para dentro do Triângulo. Em 1980, aproximadamente 73% dos imigrantes interestaduais recenseados disseram ter se deslocado para a região na segunda metade dos anos 70, percentual que se reduz para 35,72% no quinquênio seguinte, elevando-se novamente para 64,28% na segunda metade da década de 80. Observa-se o mesmo comportamento para os imigrantes intra-estaduais. Cerca de 60% se dirigiram para a região no segundo quinquênio dos anos 80, enquanto 39,86% o fizeram nos primeiros cinco anos da década.

<sup>24</sup> Embora importante, não se pretende, aqui, detalhar os efeitos da crise econômica dos anos 80, tampouco explicitar as várias medidas adotadas para sua atenuação ao longo da década. Tal tarefa seria por demais exaustiva e sairia do objetivo traçado. Sobre este assunto, consultar ALMEIDA FILHO, N. (1994).

Tabela 25

Indústria de Transformação  
Número de Estabelecimentos, Pessoal Ocupado, Valor da Produção e da Transformação Industrial na  
moeda de 1985 (Cr\$1,00), por Cidades-pólo – 1980/85

Cidades-pólo	Número de estabelecimentos		Pessoal Ocupado	
	1980	1985	1980	1985
Araxá	99	90	2.362	2.555
Frutal	70	63	396	362
Ituiutaba	178	165	1.987	2.241
Patos de Minas	190	211	1.575	1.808
Patrocínio	97	94	1.537	1.419
Uberaba	522	392	8.226	7.923
Uberlândia	568	655	11.318	11.184

(Continuação)

Cidades-pólo	Valor da Produção		Variação Percentual	Valor da Transformação Industrial		Variação Percentual
	1980	1985		1980	1985	
Araxá	1.393.097.635	1.044.514.421	-25,02	814.123.115	689.746.544	-15,28
Frutal	103.695.764	54.812.960	-47,14	19.244.117	14.016.046	-27,17
Ituiutaba	1.084.424.675	876.085.012	-19,02	151.207.487	195.834.471	29,51
Patos de Minas	180.833.079	155.691.055	-13,90	67.854.316	46.597.348	-31,33
Patrocínio	485.472.598	174.324.968	-64,09	107.113.138	58.211.551	-45,65
Uberaba	2.827.775.280	2.448.645.137	-13,41	1.502.807.219	978.663.901	-34,88
Uberlândia	3.395.099.580	2.706.780.059	-20,27	1.315.177.348	1.191.194.202	-9,43

Fonte: CEI/FJP. (Dados trabalhados).

A partir da segunda metade dos anos 80, a região parece ter acelerado seu ritmo de crescimento econômico, o que pode ser ilustrado na Tabela 26. Antes, porém, são necessários alguns comentários sobre os dados apresentados nesta.

Em estudo recente sobre o perfil sócio-econômico do estado de Minas Gerais, de suas regiões de planejamento, microrregiões e municípios, a Fundação João Pinheiro (1996) realizou o cálculo de um importante indicador do crescimento econômico – o Produto Interno Bruto (PIB). Assumindo as várias limitações desse cálculo, a instituição afirma que foi calculado o PIB estadual e, a partir da geração de indicadores específicos para cada atividade econômica nas microrregiões e nos municípios, realizou-se uma distribuição desse PIB para os municípios do estado. Não é, portanto, o cálculo direto do Valor Adicionado das atividades nos municípios. Assim, nem toda a renda gerada nestes últimos é apropriada em sua formulação e, da mesma forma, nem toda a renda apropriada no município foi nele gerada. Ademais, para o setor de serviços, foram utilizadas as bases de dados do RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) e do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e

Desempregados), do Ministério do Trabalho, os quais apresentam informações relativas ao setor formal, o que pode significar uma subestimação do PIB desse setor<sup>25</sup>.

Os dados do PIB mineiro podem contribuir para este estudo, pois ao longo de uma série histórica, possivelmente fornecem indicações importantes para o acompanhamento do desempenho econômico dos municípios.

Cabe ressaltar que a Fundação João Pinheiro desenvolveu a análise para o período 1985-95, abrangendo também o intervalo 1985-90, com o qual optou-se por trabalhar neste estudo (mas não ano a ano).

Para a construção da Tabela 26, decidiu-se por expor somente as cidades-pólo por serem elas as que possivelmente detêm maior dinamismo econômico e por serem algumas delas as que mais absorveram populações migrantes.

Pelos dados, é possível observar que, das sete cidades-pólo, quatro apresentaram crescimento positivo do PIB total: Frutal, Uberlândia, Patos de Minas e Uberaba. Em contrapartida, evidenciaram crescimento negativo os municípios Araxá, Patrocínio e Ituiutaba. As taxas calculadas para o PIB agropecuário foram positivas para praticamente todas as cidades-pólo, exceto para Patrocínio, indicando a continuidade do desenvolvimento desse setor pelo menos no período analisado. Também os PIBs industrial e de serviços tiveram taxas de crescimento positivas para quase todos os municípios.

A elevada taxa apresentada por Frutal (3,01%) se deu fundamentalmente devido ao expressivo crescimento do PIB industrial (9,16%), embora o PIB agropecuário também tenha aumentado e elevado sua participação no PIB total.

Talvez devido a esse maior dinamismo do setor industrial e a um possível aumento na oferta de emprego, tenha diminuído sua perda de população nos anos 80, como colocado no capítulo anterior. Em 1980, 3,78% dos imigrantes recenseados no Triângulo provinham de Frutal. Em 1991, esse percentual cai para 1,36%, sinalizando um provável aumento no poder de retenção desse município (Gráficos 9 e 10).

---

<sup>25</sup> Para maior aprofundamento na metodologia da pesquisa, consultar Fundação João Pinheiro (1996).

Tabela 26

Participação do Produto Interno Bruto (PIB) por Setor de Atividade no PIB Total\* e Taxa de Crescimento Média Anual para as Cidades-pólo (1985/90)  
(%)

Cidades-pólo	% do PIB Agropecuário no PIB Total		Taxa de Crescimento (1985/90)
	1985	1990	
Araxá	3,31	4,45	2,66
Frutal	37,23	38,35	3,71
Ituiutaba	10,53	12,13	2,11
Patos de Minas	15,58	19,65	6,81
Patrocínio	34,47	23,53	-9,12
Uberaba	8,19	9,19	3,37
Uberlândia	3,33	3,76	5,39

(Continuação)

Cidades-pólo	% PIB Industrial no PIB Total		Taxa de Crescimento (1985/90)
	1985	1990	
Araxá	57,21	50,33	-5,84
Frutal	6,36	8,49	9,16
Ituiutaba	25,93	26,11	-0,61
Patos de Minas	10,54	11,20	3,19
Patrocínio	14,69	22,95	7,27
Uberaba	36,58	37,07	1,36
Uberlândia	31,06	32,81	4,06

(Continuação)

Cidades-pólo	% PIB Serviços no PIB Total		Taxa de Crescimento (1985/90)	Taxa de Crescimento do PIB Total
	1985	1990		
Araxá	39,48	45,22	-0,61	-3,20
Frutal	56,41	53,16	1,92	3,01
Ituiutaba	63,54	61,76	-1,23	-0,81
Patos de Minas	73,88	69,15	0,59	1,92
Patrocínio	50,84	53,52	-0,81	-1,87
Uberaba	55,23	53,73	0,40	0,98
Uberlândia	65,60	63,43	2,11	2,84

Fonte: CEI/FJP. (Dados trabalhados).

\* Corresponde à soma dos PIBs agropecuário, industrial e serviços.

Uberlândia, por sua vez, teve a maior taxa de crescimento médio anual no setor agropecuário (5,39%). Contudo, a participação do PIB desse setor no PIB total é pequena, ficando para o setor serviços e, depois, para o setor industrial a responsabilidade pelo aumento do PIB total do município no período 1985/90.

Conhecida como uma das cidades mais importantes de Minas Gerais pelas atividades econômicas que concentra e pelas relações de intermediação comercial que tem com o resto do País, especialmente com São Paulo e áreas do Centro-Oeste e Sul, Uberlândia é

considerada como o pólo de atração populacional, visto que também polariza o crescimento econômico da região.

Como afirmado anteriormente, esse município recebeu cerca de 33% dos imigrantes interestaduais, na década de 80, e 25% dos intra-estaduais. Do total dos fluxos imigratórios, aproximadamente 29% afirmaram residir em Uberlândia, percentual de participação mais elevado se comparado aos das outras microrregiões e cidades-pólo (Ver Tabela 18). Resultado desse quadro foi, segundo Golgher e Golgher (1998), a obtenção do maior saldo migratório positivo do estado na década de 80 - 54.745 pessoas.

No município de Patos de Minas, o setor agropecuário foi o que apresentou a maior taxa de crescimento do PIB (6,81%) relativamente aos setores industrial (3,19%) e serviços (1,92%), embora seja este último o que detém a maior participação no PIB total (73,88%, em 1985, e 69,15% em 1990).

Em que pese a predominância do setor serviços em Uberaba, sua taxa de crescimento foi pequena no período considerado (0,40%), tendo diminuído também sua participação no PIB total. O setor industrial cresceu à taxa de 1,36%, enquanto o setor agropecuário apresentou uma taxa de 3,37%. A taxa de crescimento do PIB total, embora positiva, foi uma das menores dentre as cidades-pólo (0,98%).

Ainda assim, esse município foi o segundo em atração populacional. Do total dos imigrantes recenseados no Triângulo, em 1991, cerca de 11% residiam em Uberaba.

Quanto aos municípios que apresentaram crescimento negativo do PIB total – Araxá, Patrocínio e Ituiutaba -, pode-se verificar que têm comportamento semelhante. Para os três, a taxa de crescimento do PIB serviços foi negativa. O PIB industrial também evidenciou uma taxa negativa para os municípios de Araxá e Ituiutaba. Para Patrocínio, esse PIB foi o que mais cresceu (à ordem de 7,27%). Quanto ao PIB agropecuário, somente este último município apresentou uma taxa negativa expressiva (-9,12%) no período 1985/90.

Pode-se inferir, com base nos dados apresentados, que houve crescimento na economia regional na segunda metade da década de 80 para a maioria das cidades-pólo, dadas as taxas de crescimento do PIB total positivas em sua maioria. Embora sejam necessários outros dados para a comprovação dessa hipótese, acredita-se que a mesma é verdadeira e ajuda na tentativa de explicação da dinâmica migratória aqui estudada.

A região analisada recebeu expressivos volumes de imigrantes nas décadas de 70 e 80. Nos anos 80, especificamente, foi mais intensa a migração interestadual do que a intra-

estadual, ainda que esta mantenha sua importância. Ademais, houve uma intensificação dos deslocamentos no sentido urbano-urbano com destino aos maiores municípios do Triângulo (ver novamente Tabela 18). O período em que ocorreu o maior volume dos movimentos populacionais para e dentro da região corresponde à segunda metade da década de 70 e à segunda da década seguinte.

As transformações na economia rural, desencadeadas a partir do processo recente de modernização agrícola, e na economia urbana, formam o contexto à luz do qual se busca compreender esse quadro migratório.

O expressivo crescimento populacional de alguns municípios da região, se analisado conjuntamente com a queda da fecundidade já verificada em estudos recentes (por exemplo, Golgher, 1998), confirma a migração como fator relevante na explicação desse crescimento.

O significativo fluxo de imigrantes, principalmente intra-estaduais, provenientes do setor rural nos anos 70 (em percentuais superiores a 50%) e a saída de população desse setor ainda nos anos 80 (quase 30%), contribuíram para a intensificação do processo de urbanização. No período 1980/91, cresceu, para todas as faixas de municípios, o percentual de pessoas residentes no setor urbano, chegando, nas faixas 50.001 a 100.000 e Mais de 100.000, aos valores de 89,88% e 94,78% em 1991, respectivamente. É importante ressaltar que, no que se refere aos municípios até 10.000 habitantes, os percentuais de pessoas vivendo no setor rural ainda são elevados – em torno de 40% (ver Tabela 2).

A maior urbanização na região, especialmente naqueles municípios maiores, gera modificações crescentes no setor urbano, tanto no que se refere ao surgimento de atividades econômicas, quanto à necessidade de ampliação da infra-estrutura urbana, do emprego e do atendimento nos setores de saúde, educação, transporte, saneamento e moradia.

Os dados referentes ao grau de urbanização na região afirmam a concentração populacional em poucos municípios que se comportam como pólos regionais. Essa polarização demonstra que o desenvolvimento não foi homogêneo. Algumas cidades se destacaram ao apresentar melhores índices de crescimento, de possibilidades de emprego e de qualidade de vida. É para estes municípios que grande volume de população migrante se dirige, atraída que está pela esperança de conseguir aí melhores condições de vida, uma vez que as metrópoles e, mesmo as pequenas cidades, não conseguem atender às suas necessidades.

De acordo com Golgher (1998), essa região, juntamente com aquelas localizadas nas porções Sul/Sudeste do estado, foram as que apresentaram, de forma geral, os melhores indicadores sociais de Minas Gerais. Os valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>26</sup> para o Triângulo, em 1991, estavam próximos a 0,80 em média, explicitando a existência de bons níveis de educação, saúde e infra-estrutura urbana/domiciliar, além de uma população mais urbanizada e da presença de setores mais modernos da economia.

A Tabela 27 explicita os valores do IDH para os maiores municípios do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Pode-se observar que, de 1970 a 1991, houve uma evolução positiva nos valores dos índices para todas as cidades, inclusive a níveis superiores aos apresentados na evolução do IDH para o estado de Minas Gerais.

Uberlândia, em 1970, já detinha um IDH superior às demais e, em 1991, apresenta o maior valor (0,839), o que explicita a existência de bons indicadores sociais. As demais cidades, no entanto, não ficam atrás. Todas apresentaram índices superiores a 0,8 em 1991.

Segundo Golgher (1998), as cidades do restante do Triângulo explicitaram índices menores que 0,8, porém superiores a 0,5, o que significa níveis médios de desenvolvimento humano, segundo os quais o oferecimento de serviços públicos e de condições de vida não são tão satisfatórios, mas também não são precários, como acontece na maioria dos municípios do norte de Minas que apresentam índices abaixo de 0,5.

Tabela 27  
Índice de Desenvolvimento Humano por Municípios

Municípios	IDH		
	1970	1980	1991
Minas Gerais	0,498	0,640	0,751
Araguari	0,561	0,775	0,814
Araxá	0,573	0,771	0,818
Ituiutaba	0,507	0,755	0,810
Patos de Minas	0,459	0,713	0,803
Uberaba	0,563	0,780	0,827
Uberlândia	0,603	0,780	0,839

Fonte: FJP e IPEA

2000?

<sup>26</sup> O IDH é um índice criado pela ONU no início da década de 90 que, além do aspecto renda, incorpora com pesos iguais a longevidade e a educação em uma análise de uma dada população. Regiões com valores abaixo de 0,5 são consideradas de baixo desenvolvimento humano. Entre 0,5 e 0,8, a região tem nível médio, e acima de 0,8 o desenvolvimento humano é alto (Golgher, 1998). Para maiores esclarecimentos sobre a metodologia de cálculo desses indicadores, bem como sobre suas interpretações, consultar Fundação João Pinheiro & Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1996).

Isto posto, o que se quer afirmar é que a dinâmica migratória ocorrida na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, tal como exposta nos capítulos anteriores, tem suas raízes explicativas no contexto de transformações econômicas e sociais gestadas por políticas públicas desde as décadas de 50 e 60.

Importante componente desse contexto é o processo de modernização agrícola. Seus impactos diretos e indiretos sobre a população resultaram, a nível nacional, num grande êxodo rural e, em específico, na região estudada, na destruição de ocupações tradicionais e na consequente mudança no tipo de mão-de-obra demandada na produção rural, o que, em última instância, também significou a saída de contingentes populacionais do campo, principalmente em fins da década de 70, contribuindo para a intensificação do processo de urbanização nos anos 80.

Ademais, o elevado contingente de migrantes que se deslocou para a região na década passada, principalmente no segundo quinquênio, foi importante no arrefecimento do processo histórico de expulsão populacional do estado de Minas Gerais.

No quadro dos motivos desses deslocamentos, a busca de melhores condições de vida não mais encontradas no lugar de origem, faz com que os migrantes se concentrem nas cidades-pólo e em grandes municípios da região, atraídos que estão por acreditarem que ali há emprego, moradia, saúde, educação etc. Os dados sobre o IDH e o PIB parecem delinear um quadro cheio de possibilidades para a população que chega, uma vez que os valores apresentados se mostram bastante atraentes.

A realidade, no entanto, é bem diferente. Com um perfil de baixa escolaridade e, possivelmente, de baixa renda, esses migrantes acabam se inserindo (quando se inserem) em ocupações de baixa qualificação e de baixo rendimento, permanecendo na mesma ou em pior condição, com possibilidade de migrar novamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto das transformações econômicas, sociais e políticas dos anos 80, as mudanças na dinâmica demográfica não só refletiram as alterações vividas pela sociedade, como também lançaram verdadeiros desafios na tentativa de sua compreensão. No conjunto dessas mudanças, as migrações têm assumido papel muito importante à medida que implicam uma nova distribuição espacial da população, que influencia e é influenciada pelas mudanças que o desenvolvimento capitalista gera no espaço.

O arrefecimento da concentração urbana nas metrópoles, a tendência de direcionamento de contingentes populacionais para cidades próximas às grandes capitais ou para cidades de porte médio, a intensificação dos deslocamentos de curta distância e entre núcleos urbanos, são alguns dos acontecimentos que vêm demonstrando as alterações na distribuição espacial da população brasileira nos últimos anos. Estas, na verdade, contrastam com as características básicas dos deslocamentos populacionais que marcaram os anos 60 e 70 - movimentos de longa distância em direção às grandes cidades e elevada saída de população da zona rural -, lançando novas reflexões no caminho da explicação da dinâmica migratória.

Em particular, o estado de Minas Gerais tem apresentado importantes modificações em seu quadro demográfico. O crescimento populacional de alguns municípios (principalmente daqueles com mais de 50.000 habitantes), verificado no período 1980/91, se associado aos dados de queda da fecundidade, sinaliza uma maior participação da migração nesse crescimento, o que significa um fato totalmente novo num estado que, historicamente, é conhecido como expulsor de população. Este perfil ainda não foi revertido, pois Minas Gerais ainda apresenta, no intervalo 1980/91, saldo migratório negativo de 207.184 pessoas. Contudo, como colocado no capítulo 2 deste trabalho, a perda de população de Minas tem se tornado menor.

A importância da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na dinâmica migratória do estado revela-se crescente. Reconhecida como uma das áreas que mais se expandiu economicamente em Minas Gerais, esta região foi a terceira maior receptora de população migrante proveniente de outros estados no período 1981/91, ficando atrás somente da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Sudoeste e Sul de Minas. Internamente,

também se verificou um volume expressivo de migrações entre suas microrregiões e municípios.

O presente trabalho buscou analisar as características desses fluxos imigratórios no que se refere à procedência, ao destino e às informações básicas sobre os imigrantes (sexo, idade, grau de instrução e tempo de residência no município atual).

Antes, porém, procurou-se compor, no Capítulo 1, um referencial teórico mínimo acerca da problemática das migrações. Na reflexão sobre as várias abordagens apresentadas, ficou clara a complexidade do tema, tanto no que se refere à sua própria definição, quanto às suas possíveis explicações, dadas as controvérsias existentes em torno do fenômeno migratório. Ademais, abordou-se nesse capítulo as principais mudanças por que tem passado a dinâmica demográfica brasileira, mudanças essas que refletem as transformações ocorridas na economia e na sociedade nas últimas décadas.

No capítulo 2, foram analisadas as características da imigração interestadual. Dos resultados apresentados, é importante reter que há uma tendência crescente à intensificação dos deslocamentos com sentido urbano-urbano e de curta distância já nos anos 70. Nos anos 80, esta tendência é ainda mais evidenciada.

Quanto à direção do contingente populacional proveniente de outros estados, verificou-se a participação preponderante das maiores cidades do Triângulo e Alto Paranaíba, especialmente da cidade de Uberlândia.

Quando foram analisadas as características da imigração intra-estadual, no Capítulo 3, confirmou-se a polarização exercida por essa cidade também no que se refere aos movimentos populacionais internos à região. Em termos gerais, os dados apresentados mostraram que grande parte dos imigrantes que aportam em Uberlândia, bem como nas demais cidades-pólo da região, provêm da zona urbana de cidades menores que compõem as microrregiões do Triângulo, embora tenha sido observada ainda uma significativa saída de pessoas da zona rural no período 1980-91, provavelmente oriunda desses pequenos municípios.

Na comparação dos dados sobre as imigrações inter e intra-estaduais, observou-se que, da década de 70 para a década seguinte, cresceu o volume de migrantes provenientes de outras Regiões/Estados. Em contrapartida, diminuiu o volume de migração dentro da região no mesmo período, embora esta ainda continue detendo os maiores percentuais. Fatores como a continuidade da desconcentração produtiva, os impactos da crise econômica principalmente sobre as metrópoles, e o relativo crescimento econômico da periferia, especialmente de

municípios de porte médio, devem ser considerados na tentativa de compreensão dos movimentos interestaduais. Por outro lado, o arrefecimento dos fluxos dentro da região, entre suas microrregiões e municípios, pode estar sinalizando um aumento no poder de retenção de algumas cidades.

Na tentativa de compreender o quadro migratório exposto, buscou-se, no Capítulo 4, explicitar as principais transformações econômicas vividas pela região nas últimas duas décadas, entendendo que os movimentos populacionais guardam estreitas relações com as mudanças observadas tanto na economia rural, quanto na urbana.

O crescimento econômico e a concentração populacional, centrados em alguns municípios, explicitam uma face da heterogeneidade regional. O direcionamento da maioria dos migrantes para cidades-pólo como Uberlândia, Uberaba, Araguari, é uma das evidências da polarização exercida por essas cidades, reafirmando, aqui, o papel preponderante da primeira. As cidades menores que compõem as microrregiões, em geral com as atividades econômicas voltadas principalmente para a agricultura, perdem população para suas cidades-pólo e não se constituem foco de atração de contingentes populacionais.

A bem da verdade, a busca por melhores condições de vida, expressas na obtenção de emprego, moradia, saúde, educação etc., invariavelmente se encontra entre os principais motivos dos deslocamentos populacionais. Acredita-se que, em geral, esses quesitos podem ser encontrados nos municípios que detêm um maior dinamismo econômico.

Entretanto, há que se ter em vista que, mesmo que hajam possibilidades potenciais de melhores condições de vida nesses municípios, essas possibilidades não são para todos. Como foi visto anteriormente, dentre as características dos imigrantes, aquela referente ao grau de instrução desenhou um perfil de população com baixa escolaridade e, provavelmente, sem condições de se inserir no mercado de trabalho em postos que permitam melhor nível de renda. Nesse sentido, a possibilidade de obtenção dos demais itens (moradia, saúde, educação etc.) fica ainda mais complexa, sinalizando a existência de várias dificuldades na tentativa de inserção do imigrante nas cidades de "destino".

Isto posto, acredita-se que a presente pesquisa contribui no estudo da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, especificamente no que se refere ao conhecimento da dinâmica migratória na última década.

Alguns pontos, ao longo deste estudo, não puderam ser trabalhados, dadas as limitações próprias da pesquisa pretendida, como a análise dos fluxos imigratórios para

cidades específicas da região, os possíveis impactos desses fluxos nas cidades para onde se dirigem preponderantemente e, igualmente importante, aspectos da vida do imigrante na cidade de destino (se permanecem, como vivem, se se inserem ou não no município em termos de obter emprego, moradia etc.). Estas são questões, sem dúvida relevantes, para estudos posteriores, que devem surgir do interesse em desvendar e conhecer a realidade tão intrigante das migrações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA FILHO, N. et al. *O Processo de Industrialização da Agricultura e a Dinâmica Recente da Agroindústria no Triângulo Mineiro (1960-1980)*. Uberlândia:UFU, 1988. (Relatório de Pesquisa).
- ALMEIDA FILHO, N. *Os Limites Estruturais à Política Econômica Brasileira nos Anos 80/90*. Campinas: UNICAMP, 1994. (Tese de Doutorado).
- ARANHA, V. Migração na Metrópole Paulista: Uma Avaliação Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e a Pesquisa de Condições de Vida (PCV). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10; 1996, Caxambu. *Anais...* São Paulo: ABEP, 1996. v.2, p. 705-724.
- BAENINGER, R. Movimentos Migratórios no Contexto Paulista: Tendências da Década de 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10; 1996, Caxambu. *Anais...* Campinas: ABEP, 1996. v.2, p. 675-704.
- BARCELLOS, T.M. Migrações Internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v.16, n.1.
- BRANDÃO, C.A. *Triângulo: Capital Comercial, Geopolítica e Agroindústria*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1989. (Dissertação de Mestrado).
- BREMAEKER, F.E.J. Implicações dos Movimentos Migratórios nos Municípios no Período 1980-1991. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8; 1992, Brasília, *Anais...* Rio de Janeiro: ABEP, 1992. v.3, p. 213-229.
- CANO, W. *Auge e Inflexão da Desconcentração Econômica Regional no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1985. (mimeo).
- CARDOSO, A. & DUTRA, I.F. Plano de Trabalho 4: Políticas Agrícolas e Ambientais na Região do Cerrado. In: *A Sustentabilidade do Sistema Agroalimentar nos Cerrados: potencial e limites da moderna tecnologia*. Uberlândia: UFU, 1995. Projeto CNPq n.501081/92-5.
- CARVALHO, J.A.M. et al. Minas Gerais, Uma Nova Região de Atração Populacional? In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 8; 1998, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1998. v.2, p.397-420.

CARVALHO, J.A.M. Migrações Internas: mensuração direta e indireta. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2; 1981, São Paulo, *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1981, v.1, p.533-577.

*. Minas Gerais: de Expulsor a Receptor Líquido de População?* Belo Horizonte: IPEAD, 1997. (Boletim do Ipead, n.34).

CUNHA, A.S. (Coord.) Evolução Recente e Características Principais da Agricultura de Cerrados. In: *Uma Avaliação da Sustentabilidade da Agricultura nos Cerrados*. Brasília, IPEA, 1994. p.45-97.

CUNHA, J.M.P. A Mobilidade Intra-regional no Contexto das Mudanças no Padrão Migratório Nacional: O Caso da Região Metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10; 1996, Caxambu, MG. *Anais...* Campinas: ABEP, 1996. v.2, p. 789-811.

DINIZ, C.C. & CROCCO, M.A. O Novo Mapa da Indústria Brasileira: Aglomerações Industriais Relevantes. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 7; 1995, Diamantina, MG, *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1995. p.17-40.

FINIZOLA, C.F.G. *Aspectos da Migração em Uberlândia: perfil do migrante no período 1985/1995*. Uberlândia: UFU, 1996. (Monografia).

FIORI, J.L. Ajuste, Transição e Governabilidade: O Enigma Brasileiro. In: TAVARES, M.C. & FIORI, J.L. *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p.127-193.

FREITAS, P.S.R. & SAMPAIO, R.C. (Coords.) *Sinopse do Diagnóstico Sócio-Econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (1940-1980)*. Uberlândia: DEECO/UFU, 1985.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Anuário Estatístico de Minas Gerais (1990-93)*. Belo Horizonte, 1994.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Produto Interno Bruto de Minas Gerais – Municípios e Regiões (1985-95)*. Belo Horizonte, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO & INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Condições de Vida nos Municípios de Minas Gerais (1970, 1980 e 1991)*. Belo Horizonte, 1996.

GARLIPP, A.B.P.D. & ORTEGA, A.C. A Modernização da Agricultura e a Evolução do Emprego Rural no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. In: AGUIAR, D.R.D e PINHO, J.B. (editores). *Agronegócio Brasileiro: desafios e perspectivas*. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 1998. v.2, p.895-907.

- GOLGHER, A.B. Análise de Fluxos de Imigrantes em Minas Gerais com Base nos Resultados de Caracterização da Região de Estudo por Técnica de Grade of Membership. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11; 1998, Caxambu, MG. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1998.
- GOLGHER, A.B. & GOLGHER, P.B. Alguns Indicadores da Dinâmica Demográfica de Minas Gerais Recente Obtidos Indiretamente por Métodos Informatizados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11; 1998, Caxambu, MG. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.
- GUIMARÃES, E.N. Economia Regional: em busca da natureza da especificidade. *Economia Ensaios*. Uberlândia: DEECO/UFU, julho/1994.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico – 1980.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico – 1991.
- MARTINE, G. Êxodo Rural, Concentração Urbana e Fronteira Agrícola. In: MARTINE, G. (org.). *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987. p. 59-79.
- \_\_\_\_\_. Processos Recentes de Concentração e Desconcentração Urbana no Brasil: determinantes e implicações. Brasília: ISP, 1992. (Documentos de Trabalho, 11).
- \_\_\_\_\_. *A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80*. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, 329).
- MARTINE, G. & BESKOW, P. R. O Modelo, os Instrumentos e as Transformações na Estrutura de Produção Agrícola. In: MARTINE, G. (org.) *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987. p. 19-39.
- MATOS, R. A Desconcentração Populacional em Minas Gerais e as Mudanças na Região-Core. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9; 1994, Caxambu. *Anais...* São Paulo: ABEP, 1994. v.1. p. 457-472.
- MELO, M.A.B.C. A Formação Sócio-Espacial Metropolitana: Década Perdida? Globalização, Crise do Estado e Metrópoles no Brasil. In: GONÇALVES, M.F.(org.) *O Novo Brasil Urbano: Impasses, Dilemas e Perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 249-260.

- NOGUEIRA, O.J.O. *População Emigrante de Minas Gerais Segundo o Lugar de Destino: 1960-1980*. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 1995. (Dissertação de Mestrado).
- NUNES COELHO, A.L. et al. O Poder de Atração e Fixação de Migrantes em cidades de Porte Médio. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5; 1986, Águas de São Pedro, Anais... São Paulo: ABEP, 1986, v.2, p.699-723.
- OLIVEIRA, V.B. & WONG, L.R. A Queda da Fecundidade nas Minas Gerais: 1980-95. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 8; 1998, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1998. v.2, p.341-380.
- PACHECO, C.A. *Evolução Recente da Urbanização e da Questão Regional no Brasil: implicações econômicas para a dinâmica demográfica*. Campinas: UNICAMP, [199?]. (mimeo).
- PATARRA, N.L. & CUNHA, J.M.P. Migração: um tema complexo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 1, n.2, p. 32-35, jul./set., 1987.
- RENNER, C.H. & PATARRA, N.L. Migrações. In: SANTOS, J.L.F. et al. (orgs.). *Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T.A.Queiroz, 1980, p.236-260.
- RIGOTTI, J.I.R. & CARVALHO, J.A.M. Diagnóstico Demográfico da Grande Região Centro-Leste. In: PACHECO, C.A., PATARRA, N.L. (Orgs.). *Dinâmica Demográfica Regional e as Novas Questões Populacionais no Brasil*. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC e Instituto de Economia - IE/UNICAMP, 1997. (no prelo).
- SALIM, C.A. O Universo Teórico da Migração: conceitos, diversidade, limites e possibilidades. In: *Estrutura Agrária e Dinâmica Migratória na Região Centro-Oeste, 1970-80: análise do êxodo rural e da mobilidade da força de trabalho no contexto de industrialização da agricultura e da fronteira urbanizada*. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR. p.14-53 (Tese de Doutorado).
- SAMPAIO, R.C. *Migrações Internas no Triângulo Mineiro: análise demográfica e econômica (1960-1970)*. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 1985. (Dissertação de Mestrado).
- SINGER, P. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- VAINER, C.B. Regionalismo: anacronismo ou pós-modernidade? In: GONÇALVES, M.F. (org.). *O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas e perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 163-182.

## **ANEXO A**

Tabela A.1 - Taxas Geométricas de Crescimento Total, Urbano e Rural por Municípios e por Classes de Tamanho dos Municípios  
1980/91

	Total	Urbana	Rural
Estado de MG	1,48	2,49	-0,95
Municípios e Classes			
Até 2000 habitantes	3,11	5,31	0,57
-0,64	1,36	-4,92	
Grupiara	-2,64	-	-4,78
Douradoquara	-0,75	2,71	-3,84
Água Comprida	0,13	2,49	-2,44
De 2001 a 5000	-0,24	1,23	-3,63
Cachoeira Dourada	0,12	1,15	-0,72
Pratinha	0,68	3,07	-0,48
Cascalho Rico	0,35	1,88	-1,21
Santa Rosa da Serra	-0,77	2,46	-1,79
Comendador Gomes	0,80	5,10	-2,70
Tapira	-0,99	1,43	-2,55
Verésimo	1,10	3,59	-4,93
Cruzeiro da Fortaleza	0,38	2,62	-3,92
Arapua	-0,81	3,74	-3,54
Pirajuba	1,66	0,72	4,44
Romaria	-1,14	1,28	-4,11
Matutina	-0,28	0,55	-3,60
Ipiaçu	1,67	3,25	-0,96
Pedrinópolis	2,44	7,00	-1,06
Irai de Minas	-0,83	3,01	-4,59
Campo Florido	2,59	4,47	0,77
Indianópolis	0,97	5,06	-2,42
São Francisco de Sales	-1,28	0,82	-3,81
De 5001 a 10000	0,47	2,32	-2,57
Guimarania	-1,88	1,30	-4,50
Abadia dos Dourados	-0,26	1,51	-2,80
Conquista	-0,15	0,92	-1,19
Estrada do Sul	-1,00	0,98	-11,04
Planura	-1,38	3,80	-3,28
Gurinhatã	2,39	4,60	-2,34
Santa Juliana	1,05	1,43	-0,31
Fronteira	2,19	4,77	-0,80
Serra do Salitre	-1,18	1,30	-2,81
Tiros	-1,17	1,14	-2,79
Rio Paranaíba	-0,09	1,38	8,47
De 10001 a 20000	6,05	3,60	-0,40
Nova Ponte	1,37	4,57	-4,62
Perdizes	0,53	1,40	-1,97
Campos Altos	-0,22	1,97	1,58
Itapagipe	1,88	1,95	-3,08
Centralina	0,33	1,51	-4,52
Conceição Das Alagoas	1,23	2,52	-3,33
Capinópolis	-0,87	2,02	6,32
Lagoa Formosa	7,67	8,54	-3,19
Canápolis	-0,43	0,85	-1,22
Santa Vitória	1,55	3,44	-1,37
Monte Alegre de Minas	1,17	1,99	-3,71
Ibiá	1,17	2,56	-1,61
São Gotardo	0,71	1,85	-3,47
De 20001 a 50000	-0,47	1,85	-1,77
Campina Verde	0,75	2,35	0,48
Sacramento	2,12	3,88	-0,44
Prata	1,61	2,89	-1,50
Coromandel	0,45	1,20	-2,64
Tupaciguara	0,68	2,25	-0,09
Carmo do Paranaíba	2,35	2,86	-2,01
Monte Carmelo	1,74	2,99	-4,93
Frutal	-0,36	2,91	-2,98
Iturama	0,28	0,74	0,25
De 50001 a 100000	2,90	3,84	-0,69
Patrocínio	2,48	2,59	-3,18
Araxá	1,19	1,67	-0,07
Iuiutaba	0,81	0,92	2,87
Araguari	4,06	4,13	-3,43
Mais de 100000	1,64	2,98	-3,62
Patos de Minas	0,56	0,87	-0,46
Uberaba	3,90	4,04	-1,97
Uberlândia	1,62	2,53	
Total			

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991

Tabela A.2 - População Residente Total, Urbana e Rural e Participação Relativa por Municípios e Classes de Tamanho dos Municípios  
1980

Municípios	População Total	População Urbana	Participação Relativa	População Rural	Participação Relativa
Estado	13.378.553	8.982.134	67,14	4.396.419	32,86
Até 2000 habitantes	3.323	1.594	47,97	1.729	52,03
Grupiara	1.358	827	60,90	531	39,10
Água Comprida	1.965	767	39,03	1.198	60,97
De 2001 a 5000	62.118	28.623	46,08	33.495	53,92
Douradoquara	2.124	826	38,89	835	35,59
Cachoeira Dourada	2.346	1.511	64,41	1.737	71,16
Cascalho Rico	2.441	704	28,84	1.423	57,59
Pratinha	2.471	1.048	42,41	1.045	38,42
Cruzeiro da Fortaleza	2.720	1.675	61,58	1.753	64,38
Tapira	2.723	970	35,62	1.472	53,35
Santa Rosa da Serra	2.759	1.287	46,65	617	21,79
Romaria	2.831	2.214	78,21	1.248	41,81
Pirajuba	2.985	1.737	58,19	2.570	79,67
Comendador Gomes	3.226	656	20,33	2.406	70,68
Arapua	3.404	998	29,32	2.235	65,54
Veríssimo	3.410	1.175	34,46	2.267	66,00
Iraí de Minas	3.435	1.168	34,00	1.554	42,46
Pedrinópolis	3.660	2.106	57,54	2.030	55,31
Indianópolis	3.670	1.640	44,69	1.000	23,52
Ipiaçu	4.251	3.251	76,48	2.206	51,74
Matutina	4.264	2.058	48,26	2.827	63,61
São Francisco de Sales	4.444	1.617	36,39	2.972	59,99
Campo Florido	4.954	1.982	40,01	49.217	51,28
De 5001 a 10000	95.984	46.767	48,72	2.374	44,67
Nova Ponte	5.315	2.941	55,33	2.378	43,63
Guimarania	5.450	3.072	56,37	2.380	39,48
Santa Juliana	6.028	3.648	60,52	3.342	53,11
Serra do Salitre	6.293	2.951	46,89	1.680	23,84
Fronteira	7.048	5.368	76,16	2.939	41,45
Canápolis	7.090	4.151	58,55	3.357	46,31
Conquista	7.249	3.892	53,69	3.929	53,43
Estrela do Sul	7.353	3.424	46,57	4.948	61,89
Abadia dos Dourados	7.995	3.047	38,11	2.125	26,03
Planura	8.163	6.038	73,97	7.104	79,77
Gurinhatã	8.906	1.802	20,23	6.457	69,85
Perdizes	9.244	2.787	30,15	6.204	62,98
Tiros	9.850	3.646	37,02	77.449	40,23
De 10001 a 20000	192.507	115.058	59,77	1.943	18,53
Campos Altos	10.485	8.542	81,47	6.803	63,24
Rio Paranaíba	10.758	3.955	36,76	2.267	20,19
Centralina	11.230	8.963	79,81	6.923	60,34
Itapagipe	11.474	4.551	39,66	3.142	23,88
Capinópolis	13.160	10.018	76,12	4.090	30,18
Conceição Das Alagoas	13.552	9.462	69,82	6.979	46,15
Monte Alegre de Minas	15.123	8.144	53,85	4.432	27,51
Ibiá	16.109	11.677	72,49	4.813	27,78
São Gotardo	17.325	12.512	72,22	6.269	36,07
Santa Vitória	17.382	11.113	63,93	10.628	60,54
Lagoa Formosa	17.555	6.927	39,46	8.239	43,82
Sacramento	18.800	10.561	56,18	10.921	55,85
Prata	19.554	8.633	44,15	88.852	36,15
De 20001 a 50000	245.797	156.945	63,85	8.876	42,40
Coromandel	20.933	12.057	57,60	9.703	45,88
Campina Verde	21.149	11.446	54,12	7.671	30,39
Tupaciguara	25.245	17.574	69,61	9.506	37,45
Carmo do Paranaíba	25.385	15.879	62,55	5.224	19,44
Monte Carmelo	26.874	21.650	80,56	10.248	29,90
Frutal	34.273	24.025	70,10	13.157	29,65
Patrocínio	44.373	31.216	70,35	24.467	51,44
Iturama	47.565	23.098	48,56	43.259	14,55
De 50001 a 100000	297.295	254.036	85,45	2.093	3,92
Araxá	53.404	51.311	96,08	9.094	12,25
Ituiutaba	74.247	65.153	87,75	9.253	11,08
Araguari	83.523	74.270	88,92	22.819	26,50
Patos de Minas	86.121	63.302	73,50	26.047	5,92
Mais de 100000	440.164	414.117	94,08	16.684	8,38
Uberaba	199.203	182.519	91,62	9.363	3,89
Uberlândia	240.961	231.598	96,11	320.048	23,93
Total	1.337.188	1.017.140	76,07		

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1980

Tabela A.3 - População Residente Total, Urbana e Rural e Participação Relativa por Municípios e Classes de Tamanho dos Municípios 1991

Municípios	População Total	População Urbana	Participação Relativa	População Rural	Participação Relativa
Estado	15.743.152	11.786.893	74,87	3.956.259	25,13
Até 2.000 habitantes	4.656	2.815	60,46	1.841	39,54
Grupiara	1.265	960	75,89	305	24,11
Douradoquara	1.583	826	52,18	757	47,82
Água Comprida	1.808	1.029	56,91	779	43,09
De 2.001 a 5.000	63.030	37.510	59,51	25.520	40,49
Cachoeira Dourada	2.284	1.728	75,66	556	24,34
Pratinha	2.503	1.189	47,50	1.314	52,50
Cascalho Rico	2.629	982	37,35	1.647	62,65
Santa Rosa da Serra	2.867	1.579	55,07	1.288	44,93
Comendador Gomes	2.964	857	28,91	2.107	71,09
Tapira	2.973	1.676	56,37	1.297	43,63
Veríssimo	3.057	1.374	44,95	1.683	55,05
Cruzeiro da Fortaleza	3.068	2.308	74,16	1.618	51,98
Pirajuba	3.112	1.495	48,02	995	29,33
Arapua	3.113	2.397	70,67	1.390	36,99
Romaria	3.392	2.368	63,01	668	16,21
Matutina	3.758	3.454	83,79	1.397	31,82
Ipiacu	4.122	2.994	68,18	2.017	45,06
Pedrinópolis	4.391	2.459	54,94	1.772	39,21
Irai de Minas	4.476	2.747	60,79	2.209	45,44
Campo Florido	4.519	2.652	54,56	2.159	43,70
Indianópolis	4.861	2.782	56,30	32.114	38,57
São Francisco de Sales	4.941	51.153	61,43	68,88	31,12
De 5.001 a 10.000	83.267	3.953	54,10	2.980	45,90
Guimaraes	5.739	3.512	65,15	2.456	34,85
Abadia dos Dourados	6.492	4.592	52,36	3.446	47,64
Conquista	7.048	3.787	91,97	587	8,03
Estrela do Sul	7.233	6.722	35,54	4.925	64,46
Planura	7.309	2.715	76,55	1.834	23,45
Gurinhatã	7.640	5.986	79,45	1.624	20,55
Santa Juliana	7.820	6.278	61,69	3.059	38,31
Fronteira	7.984	4.925	48,59	4.445	51,41
Serra do Salitre	8.647	4.202	47,40	4.972	52,60
Tiros	9.453	4.481	70,22	56.737	29,78
Rio Paranaiba	190.549	133.813	42,77	5.807	57,23
De 10.001 a 20.000	10.147	4.340	42,46	6.177	57,54
Nova Ponte	10.735	4.558	89,61	1.155	10,39
Perdizes	11.112	9.957	50,37	5.560	49,63
Campos Altos	11.203	5.643	80,45	2.695	19,55
Itapagipe	13.783	11.155	79,37	2.899	20,63
Centralina	14.054	13.172	87,46	1.889	12,54
Conceição Das Alagoas	15.060	8.630	54,11	7.319	45,89
Capinópolis	15.949	10.225	63,95	5.765	36,05
Lagoa Formosa	15.990	12.196	73,55	4.387	26,45
Canápolis	16.583	11.819	65,96	6.100	34,04
Santa Vitória	17.919	14.510	79,22	3.807	20,78
Monte Alegre de Minas	18.317	16.520	83,87	3.177	16,13
Ibiá	19.697	192.002	72,24	74.289	27,95
São Gotardo	265.791	13.998	69,71	6.582	32,78
De 20.001 a 50.000	20.080	13.639	66,84	6.767	33,16
Campina Verde	20.406	13.125	53,27	11.513	46,73
Sacramento	24.638	16.498	66,11	8.456	33,89
Prata	24.954	20.030	75,51	6.497	24,49
Coromandel	26.527	20.276	74,11	7.082	25,89
Tupaciguara	27.358	29.532	85,09	5.173	14,91
Carmo do Paranaíba	34.705	33.232	80,22	8.192	19,78
Monte Carmelo	41.424	31.672	69,31	14.027	30,69
Frutal	45.699	275.510	89,88	31.014	10,12
Iturama	306.524	47.230	77,74	13.523	22,26
De 50.001 a 100.000	60.753	67.972	97,23	1.939	2,77
Patrocínio	69.911	78.205	92,47	6.372	7,53
Araxá	84.577	82.103	89,94	9.180	10,06
Ituiutaba	91.283	646.273	94,78	35.558	5,22
Araguari	681.831	87.403	84,90	15.543	15,10
Mais de 100.000	102.946	200.705	94,75	11.119	5,25
Patos de Minas	211.824	358.165	97,58	8.896	2,42
Uberaba	367.061	1.595.648	83,89	257.072	16,11
Uberlândia					
Total TM e AP					

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991

Tabela A.4 - Imigrantes Interestaduais por Microrregiões e Municípios de Destino

Microrreg./Municípios de Destino	1980		1991	
	n.absoluto	n.relativo	n.absoluto	n.relativo
<b>Micro Ituiutaba</b>	10.053	8,03	10.750	7,40
Cachoeira Dourada	296	0,24	208	0,14
Capinopolis	1.360	1,09	1.530	1,05
Gurinhata	353	0,28	588	0,41
Ipiacu	612	0,49	294	0,20
Ituiutaba	6.172	4,93	6.125	4,22
Santa Vitoria	1.260	1,01	2.006	1,38
<b>Micro Uberlândia</b>	61.967	49,52	66.690	45,92
Araguari	15.494	12,38	10.964	7,55
Canapolis	436	0,35	66	0,05
Cascalho Rico	10	0,01	588	0,40
Centralina	946	0,76	781	0,54
Indianopolis	156	0,12		
Monte Alegre de Minas	1.407	1,12	1.387	0,96
Prata	513	0,41	1.328	0,91
Tupaciguara	3.502	2,80	2.398	1,65
Uberlandia	39.503	31,57	48.532	33,42
<b>Micro Patrocínio</b>	5.336	4,26	11.861	8,17
Abadia dos Dourados	44	0,04	159	0,11
Coromandel	710	0,57	1.516	1,04
Cruzeiro da Fortaleza	55	0,04	106	0,07
Douradoquara	124	0,10	23	0,02
Estrela do Sul	201	0,16	325	0,22
Grupiara	89	0,07	179	0,12
Irai de Minas	98	0,08	486	0,33
Monte Carmelo	1.668	1,33	3.250	2,24
Patrocinio	1.712	1,37	4.377	3,01
Romaria	366	0,29	496	0,34
Serra do Salitre	269	0,21	944	0,65
<b>Micro Patos de Minas</b>	5.849	4,67	8.766	6,04
Arapua	66	0,05	43	0,03
Carmo do Paranaíba	1.005	0,80	925	0,64
Guimarania	25	0,02	245	0,17
Lagoa Formosa	293	0,23	315	0,22
Matutina	59	0,05	121	0,08
Patos de Minas	3.275	2,62	5.110	3,52
Rio Paranaíba	505	0,40	584	0,40
Santa Rosa da Serra	18	0,01	121	0,08
São Gotardo	525	0,42	965	0,66
Tiros	78	0,06	337	0,23
<b>Micro Frutal</b>	18.930	15,13	15.772	10,86
Campina Verde	1.207	0,96	1.161	0,80
Comendador Gomes	160	0,13	327	0,23
Fronteira	2.122	1,70	1.750	1,20
Frutal	2.935	2,35	4.177	2,88
Itapagipe	414	0,33	583	0,40
Iturama	8.701	6,95	5.236	3,61
Pirajuba	459	0,37	441	0,30
Planura	2.522	2,02	1.550	1,07
São Francisco de Sales	410	0,33	549	0,38
<b>Micro Uberaba</b>	18.153	14,51	20.222	13,92
Agua Comprida	139	0,11	91	0,06
Campo Florido	439	0,35	440	0,30
Conceicao das Alagoas	983	0,79	1.305	0,90
Conquista	300	0,24	125	0,09
Uberaba	16.153	12,91	18.171	12,51
Verissimo	139	0,11	90	0,06
<b>Micro Araxá</b>	4.842	3,87	11.161	7,69
Araxá	2.763	2,21	3.539	2,44
Campos Altos	216	0,17	436	0,30
Ibia	461	0,37	1.117	0,77
Nova Ponte	79	0,06	3.000	2,07
Pedrinopolis	73	0,06	155	0,11
Perdizes	156	0,12	490	0,34
Pratinha	7	0,01	35	0,02
Sacramento	981	0,78	1.654	1,14
Santa Juliana	88	0,07	562	0,39
Tapira	18	0,01	174	0,12
<b>Total</b>	125.130	100,00	145.223	100,00

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991. Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

## **ANEXO B**

Tabela B.1 - Imigrantes Intra-estaduais por Local de Última Residência e Classes de Tamanho dos Municípios de Destino - 1980

	Ituiutaba	Micro Ituiutaba	Uberlândia	Micro Uberlândia	Patrocínio	Micro Patrocínio	Patos de Minas	Micro Patos de M.	Frutal	Micro Frutal
Até 2.000 habitantes										
Grupiara	-	31	22	37	3	27	4	100	224	59
Água Comprida	-	-	20	25	-	-	4	97	-	-
De 2.001 a 5.000										
Douradoquara	-	31	2	12	3	27	-	3	224	59
Cachoeira Dourada	-	-	419	799	385	993	251	957	706	425
Cascalho Rico	145	126	11	57	-	-	-	287	7	5
Pratinha	-	-	11	4	-	-	3	36	-	-
Cruzeiro da Fortaleza	-	-	-	39	-	3	8	2	-	2
Tapira	-	-	25	-	-	-	3	8	-	-
Santa Rosa da Serra	4	-	-	-	-	-	-	-	21	-
Romaria	-	12	-	30	17	14	31	446	-	-
Pirajuba	8	-	26	64	77	-	-	50	68	-
Comendador Gomes	-	31	-	193	217	172	-	-	27	31
Arapua	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-
Veríssimo	-	-	-	66	16	8	20	32	-	-
Iraí de Minas	4	-	28	-	-	-	39	65	19	-
Pedrinópolis	-	-	3	-	-	-	63	10	41	-
Indianópolis	-	3	11	208	-	29	-	-	-	-
Ipiacu	-	-	280	63	-	-	12	-	-	7
Matutina	361	140	3	-	-	680	-	-	174	173
São Francisco de Sales	-	-	-	46	-	-	-	-	-	-
Campo Florido	16	25	4	11	10	-	-	898	580	387
De 5.001 a 10.000				52	25	817	511	103	40	6
Nova Ponte	975	394	204	459	1.057	-	22	109	-	-
Guimaraes	-	-	49	8	-	-	193	12	64	32
Santa Juliana	45	-	-	-	-	-	3	90	-	-
Serra do Salitre	-	-	-	4	-	-	56	-	67	18
Fronteira	11	-	-	16	-	312	-	-	19	-
Canápolis	-	-	-	18	529	17	-	-	220	4
Conquista	31	11	63	147	-	-	-	-	-	-
Estrela do Sul	206	197	10	3	-	-	68	215	15	-
Abadia dos Dourados	3	-	24	50	-	-	20	360	7	315
Planura	4	-	4	41	-	254	-	-	97	-
Gurinhatã	2	-	-	47	523	234	-	-	16	-
Perdizes	-	-	54	121	-	-	149	9	35	12
Tiros	664	186	-	-	5	-	-	-	-	-
De 10.001 a 20.000	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-
Campos Altos	1.924	1.066	1.329	2.213	6	-	18	23	37	49
Rio Paranaíba	-	-	25	5	-	3	-	-	33	3
Centralina	-	-	167	743	70	302	-	5	55	4
Itapagipe	53	47	-	10	243	83	-	3	350	225
Capinópolis	85	20	11	204	-	250	16	21	45	4
Conceição Das Alagoas	532	316	81	70	66	66	4	119	127	-
Monte Alegre de Minas	21	6	44	-	9	4	83	8	101	-
Ibiá	176	119	659	1.041	19	-	8	-	75	-
São Gotardo	-	-	46	-	5	-	-	5	4	-
Santa Vitória	18	-	-	103	26	265	-	-	249	77
Lagoa Formosa	938	483	141	-	-	-	9	20	55	34
Sacramento	-	-	61	-	-	-	-	52	762	201
Prata	34	5	-	40	35	-	-	4.575	-	-
De 20.001 a 50.000	-	-	90	394	4.683	813	384	386	33	12
Coromandel	67	70	41	86	3	-	-	26	106	4
Campina Verde	1.077	698	1.274	2.030	162	1.242	34	73	68	-
Tupaciguara	8	7	130	307	117	346	19	126	29	7
Carmo do Paranaíba	458	263	522	757	-	37	354	-	2.386	164
Monte Carmelo	89	82	34	46	-	2.048	22	1.573	104	3
Frutal	5	-	223	-	-	-	-	5	120	11
Patrocínio	-	7	117	414	-	-	-	-	1.593	114
Iuramã	88	29	154	174	112	1.010	731	2.576	1.593	78
De 50.001 a 100.000	16	32	197	23	226	2.178	141	108	422	12
Araxá	413	278	79	3.138	20	1.922	4	34	430	19
Ituiutaba	357	5.450	2.236	-	77	241	160	2.082	211	5
Araguari	50	8	297	1.196	117	241	426	352	2.007	5.397
Mais de Minas	-	5.238	1.041	1.718	-	3.384	1.685	4.700	-	5.183
Uberaba	273	172	206	135	12	-	4.241	2.007	214	-
Total	8.226	4.129	923	16.253	1.192	1.556	309	4.142	7.145	6.979
Uberlândia	948	239	-	15.059	304	1.828	1.376	14.062	-	-
	7.278	3.890	6.407	24.929	3.741	13.090	-	-	-	-
	13.097	12.108	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela B.1 (Continuação)

	Uberaba	Micro Uberaba	Araxá	Micro Araxá	Resto de Minas	Total
<b>Até 2.000 habitantes</b>	-	12	-	53	14	586
Grupiara	-	-	-	-	-	146
Água Comprida	-	12	-	53	14	440
<b>De 2.001 a 5.000</b>	177	714	193	776	1.746	9.419
Douradoquara	-	-	-	10	50	412
Cachoeira Dourada	-	-	-	-	37	417
Cascalho Rico	-	28	-	-	51	230
Pratinha	-	-	28	135	28	271
Cruzeiro da Fortaleza	75	20	-	135	203	430
Tapira	13	11	53	96	185	566
Santa Rosa da Serra	4	248	-	127	107	842
Romaria	11	4	21	3	159	528
Pirajuba	-	-	-	-	41	206
Comendador Gomes	8	-	-	-	-	804
Arapua	6	159	-	15	153	199
Veríssimo	-	25	10	25	59	485
Iraí de Minas	60	-	81	164	78	815
Pedrinópolis	-	25	-	61	143	651
Indianópolis	-	9	-	5	15	185
Ipiacu	-	35	-	-	27	877
Matutina	-	146	-	-	66	543
São Francisco de Sales	-	-	-	-	102	10.359
Campo Florido	-	4	-	749	2.140	570
<b>De 5.001 a 10.000</b>	216	576	396	160	134	479
Nova Ponte	161	11	38	124	101	389
Guimarania	-	-	11	10	174	566
Santa Juliana	32	177	-	2	357	1.348
Serra do Salitre	-	3	3	3	136	828
Fronteira	-	37	3	205	97	610
Canápolis	-	21	42	5	189	586
Conquista	5	-	6	5	28	467
Estrela do Sul	10	-	-	4	527	1.771
Abadia dos Dourados	-	-	4	-	98	1.377
Planura	-	-	4	228	142	921
Gurinhatã	-	65	267	-	152	447
Perdizes	-	262	889	1.625	5.013	20.917
Tiros	8	2.463	24	128	852	1.414
<b>De 10.001 a 20.000</b>	831	235	130	102	319	1.366
Campos Altos	28	693	3	46	194	1.415
Rio Paranaíba	37	-	3	7	252	966
Centralina	-	-	-	40	210	1.545
Itapagipe	3	12	-	30	235	1.391
Capinópolis	11	64	-	24	272	2.444
Conceição Das Alagoas	4	-	322	686	599	2.434
Monte Alegre de Minas	103	322	79	160	506	1.829
Ibiá	72	872	13	9	281	2.337
São Gotardo	3	-	43	12	357	1.188
Santa Vitória	541	165	266	366	426	1.553
Lagoa Formosa	24	77	9	15	510	1.035
Sacramento	5	20	84	461	5.974	27.000
Prata	1.457	2.517	4	19	1.025	2.497
<b>De 20.001 a 50.000</b>	417	84	-	8	426	3.157
Coromandel	7	10	4	18	444	2.638
Campina Verde	13	67	9	8	634	2.823
Tupaciguara	356	1.557	42	88	695	4.151
Carmo do Paranaíba	77	47	4	44	505	3.734
Monte Carmelo	-	31	21	270	1.543	5.196
Frutal	587	676	-	6	702	2.804
Patrocínio	-	45	248	5.026	12.620	40.972
Iturama	294	4.185	-	4.819	2.292	9.382
<b>De 50.001 a 100.000</b>	161	778	92	86	884	10.724
Araxá	21	44	29	81	1.854	8.381
Ituiutaba	112	52	127	40	7.590	12.485
Araguari	-	3.311	1.661	6.962	17.600	79.522
Patos de Minas	1.737	3.666	1.192	4.561	8.369	28.185
<b>Mais de 100.000</b>	553	1.811	469	2.401	9.231	51.337
Uberaba	1.184	1.855	3.471	15.652	45.107	188.775
Uberlândia	4.712	14.133	-	-	-	-
<b>Total</b>						

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

Tabela B.2 - Imigrantes Intra-estaduais por Local de Última Residência e Classes de Tamanho dos Municípios de Destino - 1991

Municípios e Classes	Ituiutaba	Micro Ituiutaba	Uberlândia	Micro Uberlândia	Patrocínio	Micro Patrocínio	Patos de M.	Micro Patos de M.	Frutal	Micro Frutal
Até 2.000 habitantes								27	-	-
Grupiara	-	-	16	128	-	321	-	-	-	-
Douradoquara	-	-	6	128	-	211	-	-	-	-
Água Comprida	-	-	10	-	-	110	-	-	-	-
De 2.001 a 5.000										
Cachoeira Dourada	381	310	1.008	750	433	546	201	562	339	809
Pratinha	65	208	92	-	-	-	-	-	-	-
Cascalho Rico	-	-	18	-	-	77	-	12	-	-
Santa Rosa da Serra	15	14	144	315	-	15	-	-	171	73
Comendador Gomes	-	-	-	107	-	-	33	-	-	-
Tapira	14	4	-	10	-	-	-	-	-	-
Veríssimo	-	-	-	-	-	99	66	-	-	-
Cruzeiro da Fortaleza	-	-	-	4	42	96	39	197	-	97
Arapua	-	-	6	-	30	6	-	10	85	20
Pirajuba	-	-	-	-	17	-	-	3	-	-
Romaria	7	-	-	40	10	232	14	264	-	6
Matutina	-	-	97	-	-	-	-	-	-	-
Ipiraçu	-	-	18	-	-	-	-	-	-	-
Pedrinópolis	257	74	26	7	9	52	8	-	40	99
Irai de Minas	-	-	37	15	313	54	-	-	-	-
Campo Florido	-	-	198	24	-	-	7	-	43	514
Indianópolis	-	-	-	21	12	-	-	-	-	466
São Francisco de Sales	23	-	352	200	-	-	-	1.293	508	16
De 5.001 a 10.000										
Guimaraes	621	330	540	329	369	981	426	-	-	-
Abadia dos Dourados	6	8	25	-	121	193	214	-	7	8
Conquista	-	-	106	7	40	273	28	-	-	-
Estrela do Sul	-	-	-	205	10	335	35	-	270	142
Planura	27	35	132	-	-	-	-	-	5	136
Gurinhatã	7	-	-	16	-	-	-	-	-	-
Santa Juliana	578	282	81	22	-	-	8	-	221	164
Fronteira	3	-	53	39	-	-	54	197	-	-
Serra do Salitre	-	5	38	26	-	133	59	138	-	-
Tiros	-	-	41	11	169	-	-	954	-	-
Rio Paranaíba	-	-	23	3	-	47	23	-	134	1.147
De 10.001 a 20.000										
Nova Ponte	1.627	887	1.973	1.705	43	74	35	-	-	-
Perdizes	28	36	231	582	26	46	-	246	-	527
Campos Altos	9	-	138	-	13	28	-	-	128	4
Itapagipe	-	28	63	-	-	16	-	-	-	180
Centralina	4	-	15	9	-	-	15	15	-	56
Conceição das Alagoas	9	94	58	68	-	-	-	-	-	-
Capinópolis	-	62	-	206	-	62	597	325	-	12
Lagoa Formosa	683	283	344	-	-	-	-	-	-	318
Canápolis	-	-	87	149	-	-	60	-	-	-
Santa Vitória	93	57	248	-	-	-	-	168	-	-
Monte Alegre de Minas	602	191	166	-	36	49	68	297	-	-
Ibiá	184	136	421	601	102	213	101	1.013	-	3.818
São Gotardo	15	-	15	53	25	8	1.055	1.017	169	1.086
De 20.001 a 50.000										
Campina Verde	1.122	479	2.535	1.395	-	2.819	-	-	97	251
Sacramento	438	98	213	537	-	10	-	-	-	-
Prata	-	-	121	18	-	-	-	128	-	26
Coromandel	-	59	435	43	264	696	620	-	-	-
Tupaciguara	202	-	178	47	-	5	-	827	-	-
Carmo do Paranaíba	-	63	469	223	-	72	273	-	-	1.391
Monte Carmelo	106	8	85	9	7	2.018	138	41	-	1.064
Frutal	9	-	396	175	-	18	10	11	-	1.154
Iturama	35	87	618	92	-	-	14	-	34	25
De 50.001 a 100.000										
Patrocínio	265	123	3.258	1.615	278	2.154	836	900	179	1.108
Araxá	59	3.154	450	178	139	283	85	511	94	21
Ituiutaba	37	32	407	24	-	90	168	-	75	-
Araguari	-	2.978	1.196	699	139	544	13	35	731	1.786
Mais de 100.000	22	144	1.205	9.250	1.315	2.509	2.270	4.957	-	-
Patos de Minas	5.449	2.024	1.376	91	389	130	301	2.599	272	775
Uberaba	84	-	526	702	29	-	446	770	-	1.011
Uberlândia	232	260	850	8.457	897	2.078	1.824	1.588	459	-
Total	5.133	1.764	-	15.172	3.086	9.826	5.668	10.883	2.060	18.360
	9.259	7.184	10.706	-	-	-	-	-	-	-

Tabela B.2 (Continuação)

Municípios e Classes	Uberaba	Micro Uberaba	Araxá	Micro Araxá	Resto de Minas	Total
Até 2.000 habitantes	91	53	-	19	18	673
Grupiara	13	-	-	-	8	366
Douradoquara	-	-	-	19	-	120
Água Comprida	78	53	345	866	1.924	9.484
De 2.001 a 5.000	757	253	-	-	60	425
Cachoeira Dourada	-	-	65	214	56	368
Pratinha	3	-	-	-	58	647
Cascalho Rico	24	-	19	41	177	291
Santa Rosa da Serra	12	-	-	-	205	647
Comendador Gomes	68	5	-	95	191	517
Tapira	-	-	181	-	9	40
Veríssimo	27	4	35	-	136	505
Cruzeiro da Fortaleza	21	-	-	-	62	334
Arapua	-	-	-	-	142	605
Pirajuba	75	172	-	91	82	652
Romaria	44	-	-	23	38	348
Matutina	5	-	-	-	49	497
Ipiáçu	78	-	26	338	98	619
Pedrinópolis	44	-	-	9	25	634
Iraí de Minas	3	-	-	19	80	615
Campo Florido	296	60	-	36	383	1.027
Indianópolis	6	-	-	-	73	713
São Francisco de Sales	51	12	127	414	1.952	8.920
De 5.001 a 10.000	457	107	9	-	235	833
Guimaraes	6	-	-	-	38	515
Abadia dos Dourados	4	-	-	51	101	204
Conquista	47	-	-	7	78	871
Estrela do Sul	2	-	-	-	95	648
Planura	45	73	-	-	115	1.249
Gurinhatã	30	-	51	186	56	587
Santa Juliana	192	-	14	-	140	697
Fronteira	47	34	23	87	542	1.277
Serra do Salitre	20	-	18	-	241	521
Tiros	39	-	12	83	311	1.518
Rio Paranaíba	25	-	-	813	4.566	19.729
De 10.001 a 20.000	1.767	307	1.055	-	458	1.901
Nova Ponte	156	21	102	130	241	1.464
Perdizes	156	13	447	276	-	1.759
Campos Altos	47	36	93	120	1.085	776
Itapagipe	34	9	2	-	32	258
Centralina	10	-	-	-	15	1.469
Conceição Das Alagoas	773	173	-	-	238	1.882
Capinópolis	105	10	-	-	394	1.539
Lagoa Formosa	68	6	-	-	615	1.539
Canápolis	45	-	-	-	11	1.539
Santa Vitória	21	39	-	-	142	1.539
Monte Alegre de Minas	103	-	401	271	212	1.910
Ibiá	80	-	10	16	644	2.159
São Gotardo	169	391	290	571	748	2.458
De 20.001 a 50.000	1.403	17	-	7	232	2.792
Campina Verde	126	132	124	311	419	1.605
Sacramento	460	-	-	17	354	1.695
Prata	176	61	46	16	1.215	3.240
Coromandel	30	-	-	14	487	1.486
Tupaciguara	63	30	58	-	748	2.230
Carmo do Paranaíba	134	-	23	197	1.043	4.788
Monte Carmelo	17	-	27	9	780	3.047
Frutal	213	151	12	-	390	2.295
Iturama	184	-	245	3.694	6.111	25.500
De 50.001 a 100.000	1.760	103	139	311	2.430	5.984
Patrocínio	153	58	-	17	2.209	7.716
Araxá	917	-	106	15	574	7.309
Ituiutaba	267	14	-	227	898	4.491
Araguari	423	31	-	3.033	23.214	63.683
Mais de 100.000	1.860	2.557	1.352	50	6.976	11.240
Patos de Minas	203	23	169	1.735	5.354	14.760
Uberaba	-	2.452	582	601	1.248	37.683
Uberlândia	1.657	82	3.414	9.410	10.884	151.167
Total	8.095	3.771	-	-	43.453	151.167

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991 - Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

Tabela B.3 - Imigrantes Intra-estaduais por Local de Última Residência e Microrregiões/Municípios de Destino - 1980

Microrregiões	Ituiutaba	Micro Ituiutaba	Uberlândia	Micro Uberlândia	Patrocínio	Micro Patrocínio	Patos de Minas	Micro Patos de M.	Frutal	Micro Frutal
<b>Micro Ituiutaba</b>	2.640	6.489	982	1.691	103	2.533	4	39	573	21
Cachoeira Dourada	145	126	11	4	-	83	-	-	5	5
Capinópolis	532	316	81	204	-	234	-	-	16	4
Gurinhata	664	186	54	121	-	29	-	-	-	-
Ipiaçu	361	140	3	63	-	4	34	422	12	-
Ituiutaba	-	5.238	692	1.196	77	1.922	-	-	75	-
Santa Vitória	938	483	141	103	26	265	-	-	2.702	324
<b>Micro Uberlândia</b>	8.142	4.577	2.822	19.745	657	2.539	1.660	6.515	430	19
Araguari	273	172	1.041	1.718	117	241	160	2.082	-	-
Canápolis	206	197	63	147	-	3	23	36	-	-
Cascalho Rico	-	-	-	39	-	3	-	-	37	49
Centralina	53	47	167	743	70	-	63	10	41	-
Indianópolis	-	-	280	208	-	9	66	21	45	4
Monte Alegre de Minas	176	119	659	1.041	40	35	-	52	55	34
Prata	67	70	90	33	346	34	73	68	4	-
Tupaciguara	89	82	522	757	117	1.828	1.376	4.241	2.007	214
Uberlândia	7.278	3.890	-	15.059	304	51	989	5.943	237	10
<b>Micro Patrocínio</b>	38	46	468	702	20	-	20	360	7	-
Abadia dos Dourados	2	-	4	41	-	-	384	386	33	-
Coromandel	-	7	41	86	3	-	52	71	-	-
Cruzeiro da Fortaleza	8	7	25	-	-	-	-	287	7	-
Douradoquara	-	-	11	57	-	-	68	215	15	-
Estrela do Sul	-	-	24	50	-	-	4	97	-	-
Grupiara	4	-	20	25	-	-	20	32	-	-
Irai de Minas	-	-	3	-	-	37	354	2.386	71	7
Monte Carmelo	-	7	117	223	-	-	-	1.573	104	3
Patrocínio	-	32	197	174	17	14	31	446	-	-
Romaria	16	-	26	30	-	-	56	90	-	-
Serra do Salitre	8	-	16	-	-	4	676	623	380	5
<b>Micro Patos de Minas</b>	57	44	326	190	17	-	-	126	29	-
Arapuá	-	-	-	-	-	-	19	109	-	-
Carmo do Paranaíba	-	-	34	46	-	-	193	5	4	-
Guimaránia	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lagoa Formosa	-	-	61	-	-	-	12	-	352	5
Matutina	-	-	-	-	-	4	426	23	14	-
Patos de Minas	34	32	206	135	12	-	18	-	21	-
Rio Paranaíba	-	-	25	5	-	-	-	8	101	-
Santa Rosa da Serra	-	12	-	-	5	-	-	-	-	-
São Gotardo	-	-	-	-	-	-	-	-	753	629
Tiros	18	-	-	4	-	-	22	31	106	12
<b>Micro Frutal</b>	1.091	657	391	1.099	1.896	6.097	-	-	27	31
Campina Verde	458	263	130	307	162	1.242	-	-	67	18
Comendador Gomes	-	-	13	193	217	172	-	-	231	164
Fronteira	-	-	-	18	529	312	-	-	33	3
Frutal	31	11	414	-	2.048	22	-	-	120	11
Itapagipe	88	29	154	10	243	302	-	-	50	68
Iurama	85	20	11	23	112	1.010	-	-	97	315
Pirajuba	413	278	79	64	77	-	-	-	22	7
Planura	-	31	-	76	523	254	-	-	-	-
São Francisco de Sales	-	-	-	47	46	680	-	465	1.308	5.783
<b>Micro Uberaba</b>	16	25	4	11	998	1.851	325	3	224	59
Água Comprida	976	279	1.007	1.397	3	27	-	-	174	173
Campo Florido	-	31	2	12	25	10	-	3	350	225
Conceição das Alagoas	-	3	-	52	66	250	16	-	220	4
Conquistinha	21	6	44	3	-	-	-	-	-	5.183
Uberaba	3	-	10	-	888	1.556	309	-	340	139
Veríssimo	948	239	923	1.194	16	8	-	-	1.192	207
<b>Micro Araxá</b>	4	-	28	66	50	15	466	446	530	78
Araxá	153	16	411	105	20	11	141	108	128	-
Campos Altos	50	8	297	89	6	-	83	119	127	-
Ibiá	-	-	4	-	19	4	22	103	40	6
Nova Ponte	-	-	46	4	-	-	39	65	19	-
Perdizes	-	-	49	8	-	-	149	9	35	12
Pratinha	-	3	11	-	5	-	8	2	249	77
Sacramento	9	-	4	-	-	-	9	12	64	32
Santa Juliana	-	-	-	-	-	-	3	8	-	-
Tapira	34	5	-	4	-	-	3	-	7.145	6.979
Total	13.097	12.108	6.407	24.929	3.741	13.090	4.142	14.062	-	-

Tabela B.3 - (Continuação)

Microrregiões	Uberaba	Micro Uberaba	Araxá	Micro Araxá	Resto de Minas	Total
<b>Micro Ituiutaba</b>	27	91	109	150	1.599	17.051
Cachoeira Dourada	-	-	-	10	111	417
Capinópolis	3	12	-	40	210	1.545
Gurinhatá	-	-	4	-	98	1.377
Ipiacuá	-	35	-	5	15	651
Ituiutaba	21	44	92	86	884	10.724
Santa Vitória	3	-	13	9	281	2.337
<b>Micro Uberlândia</b>	1.318	2.071	517	2.649	12.821	69.059
Araguari	112	52	29	81	1.854	8.381
Canápolis	-	37	3	3	136	828
Cascalho Rico	-	28	-	-	37	166
Centralina	-	3	3	46	194	1.415
Indianópolis	-	9	-	24	272	2.444
Monte Alegre de Minas	4	-	9	15	510	1.035
Prata	5	20	4	18	444	2.638
Tupaciguara	13	67	469	2.401	9.231	51.337
Uberlândia	1.184	1.855	105	549	3.898	15.333
<b>Micro Patrocínio</b>	1.269	1.008	-	5	28	467
Abadia dos Dourados	-	-	4	19	1.025	2.497
Coromandel	417	84	-	-	28	271
Cruzeiro da Fortaleza	75	20	-	-	50	412
Douradoquara	10	-	6	5	189	586
Estrela do Sul	-	-	-	25	-	146
Grupiara	60	-	42	88	59	199
Iraí de Minas	77	47	21	270	1.543	5.196
Monte Carmelo	587	676	21	127	107	842
Patrocínio	11	4	-	10	174	566
Romaria	32	177	11	421	9.816	21.574
Serra do Salitre	1.185	7.424	406	-	41	206
<b>Micro Patos de Minas</b>	6	159	9	8	634	2.823
Arapuá	356	1.557	-	-	5	479
Carmo do Paranaíba	161	11	43	12	357	1.188
Guimarânia	541	165	-	-	27	185
Lagoa Formosa	-	146	127	40	7.590	12.485
Matutina	-	3.311	130	102	319	1.366
Patos de Minas	37	693	-	96	185	566
Rio Paranaíba	4	248	-	160	506	1.829
Santa Rosa da Serra	72	872	79	3	152	447
São Gotardo	8	262	18	74	3.125	15.977
Tiros	15	89	8	8	426	3.157
<b>Micro Frutal</b>	7	10	-	-	131	792
Campina Verde	8	-	-	2	357	1.348
Comendador Gomes	-	3	4	44	505	3.734
Fronteira	-	31	-	7	252	966
Frutal	-	-	-	6	702	2.804
Itapagipe	-	45	-	3	159	528
Iturama	-	-	4	4	527	1.771
Pirajuba	-	-	-	-	66	877
Planura	-	-	-	-	8.970	31.973
São Francisco de Sales	569	1.937	1.244	4.864	14	440
<b>Micro Uberaba</b>	-	12	-	-	102	543
Água Comprida	-	4	-	30	235	1.391
Campo Florido	-	64	-	-	97	610
Conceição das Alagoas	11	21	42	205	8.369	28.185
Conquista	5	21	10	15	153	804
Uberaba	553	1.811	1.192	4.561	4.878	17.808
Veríssimo	329	25	1.082	6.945	2.292	9.382
<b>Micro Araxá</b>	-	1.513	-	4.819	852	1.414
Araxá	161	778	24	128	599	2.434
Campos Altos	28	235	322	686	134	570
Ibiá	103	322	3	160	78	485
Nova Ponte	-	25	81	164	142	921
Pedrinópolis	-	65	267	228	51	230
Perdizes	-	-	28	135	426	1.553
Pratinha	-	77	266	366	101	389
Sacramento	24	-	38	124	203	430
Santa Juliana	-	-	53	135	-	-
Tapira	13	11	3.471	15.652	45.107	188.775
<b>Total</b>	4.712	14.133	-	-	-	-

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

Tabela B.4 - Imigrantes Intra-estaduais por Local de Última Residência e Microrregiões/Municípios de Destino - 1991

Microrregiões/Municípios	Ituiutaba	Micro Ituiutaba	Uberlândia	Micro Uberlândia	Patrocínio	Micro Patrocínio	Patos de M.	Micro Patos de M.	Frutal	Micro Frutal
<b>Micro Ituiutaba</b>	2.185	4.016	1.905	934	-	90	228	-	99	1.624
Cachoeira Dourada	65	208	92	-	-	-	-	-	-	56
Capinópolis	683	283	344	206	-	-	-	-	5	136
Gurinhatá	578	282	81	22	-	-	-	-	-	6
Ipiaçu	257	74	26	7	-	-	90	168	94	1.108
Ituiutaba	-	2.978	1.196	699	-	-	-	60	-	318
Santa Vitória	602	191	166	-	-	-	-	-	631	1.325
<b>Micro Uberlândia</b>	5.787	2.331	3.332	10.770	1.084	2.760	1.845	1.791	75	21
Araguari	22	144	1.205	714	139	544	-	-	-	12
Canápolis	93	57	248	149	-	-	-	-	-	4
Cascalho Rico	15	14	144	315	-	77	-	-	-	-
Centralina	9	94	58	68	-	-	7	8	-	-
Indianópolis	23	-	352	200	36	49	-	168	-	97
Monte Alegre de Minas	184	136	421	601	-	-	-	-	-	251
Prata	202	59	435	43	-	-	5	-	-	26
Tupaciguara	106	63	469	223	-	-	1.824	1.588	459	1.011
Uberlândia	5.133	1.764	-	8.457	897	2.078	1.566	793	22	53
<b>Micro Patrocínio</b>	99	154	1.842	1.040	1.023	5.395	1.566	28	4	8
Abadia dos Dourados	-	-	106	7	40	273	-	-	-	-
Coromandel	-	-	178	47	264	696	620	128	-	-
Cruzeiro da Fortaleza	-	-	6	4	42	96	99	66	-	-
Douradoquara	-	-	10	-	-	110	-	-	5	-
Estrela do Sul	27	35	132	205	10	335	35	-	-	-
Grupiara	-	-	6	128	-	211	-	-	-	-
Irai de Minas	-	-	198	24	313	54	8	-	-	-
Monte Carmelo	35	87	618	396	175	2.018	138	41	-	25
Patrocínio	37	32	450	178	-	1.237	570	354	10	20
Romaria	-	-	97	40	10	232	14	3	-	-
Serra do Salitre	-	-	41	11	169	133	54	197	-	16
<b>Micro Patos de Minas</b>	99	16	992	150	594	533	1.306	6.327	-	-
Arapuá	-	-	-	-	30	6	39	-	-	16
Carmo do Paranaíba	9	8	85	9	7	72	273	827	-	-
Guimaránia	6	8	25	-	121	193	214	-	-	-
Lagoa Formosa	-	-	87	-	-	-	-	2.599	-	-
Matutina	-	-	18	-	389	130	23	954	-	-
Patos de Minas	84	-	526	91	22	47	-	10	-	-
Rio Paranaíba	-	-	41	-	-	15	-	1.013	-	-
Santa Rosa da Serra	-	-	-	17	25	8	101	-	-	-
São Gotardo	-	-	187	30	-	-	59	138	21	990
Tiros	-	-	23	3	-	34	32	-	38	5.058
<b>Micro Frutal</b>	802	281	692	817	-	-	-	-	171	73
Campina Verde	438	98	213	537	-	-	-	-	221	164
Comendador Gomes	14	4	107	-	-	8	-	-	-	1.391
Fronteira	-	5	38	26	-	10	11	-	128	527
Frutal	-	41	237	92	-	-	-	-	34	1.064
Itapagipe	67	15	9	-	16	-	14	-	10	97
Iturama	4	-	179	30	17	-	-	-	-	270
Pirajuba	265	123	-	-	-	-	-	-	43	514
Planura	7	-	-	16	-	-	-	-	318	1.054
São Francisco de Sales	7	-	10	10	29	301	466	812	-	-
<b>Micro Uberaba</b>	-	322	850	730	-	-	-	-	40	99
Agua Comprida	232	-	-	21	-	-	15	15	6	180
Campo Florido	-	-	-	7	-	-	5	-	-	-
Conceição das Alagoas	-	62	-	-	29	301	446	770	272	775
Conquista	-	-	-	702	-	-	-	-	-	50
Uberaba	-	-	850	702	-	-	-	-	-	-
Veríssimo	232	260	-	731	339	713	225	1.139	-	-
<b>Micro Araxá</b>	-	64	1.093	-	139	283	85	511	-	-
Araxá	55	407	24	-	13	28	-	246	-	-
Campos Altos	-	28	63	53	102	213	68	297	-	30
Ibiá	-	15	15	43	74	4	6	-	-	20
Nova Ponte	15	36	231	582	9	52	-	57	-	-
Pedrinópolis	28	-	37	15	26	46	35	12	-	-
Perdizes	-	-	138	-	-	10	-	10	-	-
Pratinha	9	-	18	18	-	-	-	-	-	-
Sacramento	-	-	121	39	7	7	33	-	-	-
Santa Juliana	-	-	53	-	-	9.826	5.668	10.883	2.060	16.736
Tapira	3	-	10	-	3.086	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	9.259	7.184	10.706	15.172	-	-	-	-

Tabela B.4 (Continuação)

Microrregiões/Municípios	Uberaba	Micro Uberaba	Araxá	Micro Araxá	Resto de Minas	Total
<b>Micro Ituiutaba</b>	501	63	106	15	1.135	12.901
Cachoeira Dourada	-	-	-	-	60	425
Capinópolis	105	10	-	-	195	1.882
Gurinhata	30	-	-	-	115	1.249
Ipiacu	78	-	-	-	49	497
Ituiutaba	267	14	106	15	574	7.309
Santa Vitória	21	39	-	-	142	1.539
<b>Micro Uberlândia</b>	2.507	204	601	1.542	13.302	49.812
Araguari	423	31	-	227	898	4.491
Canápolis	45	-	-	-	11	615
Cascalho Rico	24	-	-	-	58	647
Centralina	10	-	-	-	15	258
Indianópolis	6	-	-	-	36	1.027
Monte Alegre de Minas	103	-	-	-	383	1.910
Prata	176	61	-	-	17	1.695
Tupaciguara	63	30	-	-	14	1.486
Uberlândia	1.657	82	601	1.248	10.884	37.683
<b>Micro Patrocínio</b>	307	58	285	718	5.597	18.952
Abadia dos Dourados	4	-	-	-	38	515
Coromandel	30	-	46	16	1.215	3.240
Cruzeiro da Fortaleza	21	-	35	-	136	505
Douradoquara	-	-	-	-	-	120
Estrela do Sul	2	-	-	-	78	871
Grupiara	13	-	-	-	8	366
Iraí de Minas	3	-	-	-	25	634
Monte Carmelo	17	-	23	-	9	4.788
Patrocínio	153	58	139	311	2.430	5.984
Romaria	44	-	19	91	82	652
Serra do Salitre	20	-	23	87	542	1.277
<b>Micro Patos de Minas</b>	661	29	295	213	10.081	21.312
Arapuá	-	-	-	-	62	334
Carmo do Paranaíba	134	-	58	-	748	2.230
Guimarânia	6	-	9	-	235	833
Lagoa Formosa	68	6	-	-	394	1.539
Matutina	5	-	-	-	38	348
Patos de Minas	203	23	169	50	6.976	11.240
Rio Paranaíba	25	-	12	83	311	1.518
Santa Rosa da Serra	12	-	19	41	177	291
São Gotardo	169	-	10	16	899	2.458
Tiros	39	-	18	-	241	521
<b>Micro Frutal</b>	843	473	55	16	2.089	12.220
Campina Verde	126	17	-	-	232	2.792
Comendador Gomes	68	5	-	-	205	647
Fronteira	47	34	14	-	140	697
Frutal	213	151	27	9	780	3.047
Itapagipe	34	9	2	-	32	776
Iturama	184	-	12	-	390	2.295
Pirajuba	75	172	-	-	142	605
Planura	45	73	-	-	95	648
São Francisco de Sales	51	12	-	-	73	713
<b>Micro Uberaba</b>	1.221	2.742	582	1.824	5.792	17.275
Agua Comprida	78	53	-	19	10	187
Campo Florido	296	60	-	19	80	615
Conceição das Alagoas	773	173	-	-	238	1.469
Conquista	47	-	-	-	101	204
Uberaba	2.452	582	1.735	5.354	14.760	40
Veríssimo	27	4	-	-	9	40
<b>Micro Araxá</b>	2.055	202	1.490	5.082	5.457	18.695
Araxá	917	-	-	3.141	2.209	7.716
Campos Altos	47	36	93	120	1.085	1.759
Ibiá	80	-	401	271	644	2.159
Nova Ponte	156	21	102	130	458	1.901
Pedrinópolis	44	-	26	338	98	619
Perdizes	156	13	447	276	241	1.464
Pratinha	8	-	65	214	56	368
Sacramento	192	-	51	311	419	1.605
Santa Juliana	-	-	181	186	56	587
Tapira	8.095	3.771	3.414	9.410	43.453	517
<b>Total</b>						151.167

Fonte: Censo Demográfico 1991. Tabulações Especiais CEDEPLAR/UFMG

Tabela B.5 - Imigrantes Intra-estaduais por Sexo e Municípios de Destino  
1980 e 1991

Municípios	1980			1991		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Abadia dos Dourados	467	241	226	515	252	263
Agua Comprida	440	245	195	188	94	94
Araguari	8.381	4.117	4.264	4.495	2.177	2.318
Arapuá	206	144	62	334	155	178
Araxá	9.382	4.835	4.547	7.714	3.908	3.807
Cachoeira Dourada	417	223	194	427	242	184
Campina Verde	3.157	1.662	1.495	2.792	1.419	1.373
Campo Florido	543	318	225	616	328	288
Campos Altos	1.414	719	695	1.759	860	899
Canápolis	828	454	374	616	317	299
Capinópolis	1.545	795	750	1.882	901	981
Carmo do Paranaíba	2.823	1.410	1.413	2.228	1.105	1.123
Carmo do Paranaíba	166	86	80	646	338	308
Cascalho Rico	1.415	706	709	258	142	116
Centralina	792	429	363	647	320	327
Comendador Gomes	1.391	739	652	1.469	798	670
Conceição das Alagoas	610	280	330	204	84	120
Conquista	2.497	1.309	1.188	3.239	1.720	1.519
Coromandel	271	132	139	506	272	234
Cruzeiro da Fortaleza	412	211	201	120	64	56
Douradoquara	586	260	326	870	445	426
Estrela do Sul	1.348	654	694	697	343	354
Fronteira	3.734	1.979	1.755	3.048	1.479	1.569
Frutal	146	92	54	367	203	165
Grupiara	479	200	279	833	431	402
Guimarânia	1.377	771	606	1.251	591	660
Gurinhatã	2.434	1.253	1.181	2.159	1.145	1.014
Ibiá	815	474	341	1.027	528	499
Indianópolis	651	277	374	498	248	250
Ipiaçu	199	121	78	634	309	325
Iraí de Minas	966	479	487	778	351	427
Itapagipe	10.724	5.296	5.428	7.311	3.623	3.688
Ituiutaba	2.804	1.522	1.282	2.294	1.172	1.122
Iturama	1.188	603	585	1.539	792	746
Lagoa Formosa	185	96	89	347	168	179
Matutina	2.444	1.290	1.154	1.910	921	988
Monte Alegre de Minas	4.151	2.164	1.987	4.789	2.466	2.324
Monte Carmelo	5.196	2.703	2.493	5.984	3.103	2.881
Patrocínio	485	254	231	1.464	781	5.884
Perdizes	921	519	402	618	350	288
Pirajuba	528	317	211	647	361	286
Planura	1.771	883	888	841	841	854
Prata	1.035	579	456	1.695	174	193
Pratinha	230	102	128	367	740	777
Rio Paranaíba	1.366	731	635	1.516	349	304
Romaria	842	500	342	653	861	741
Sacramento	1.553	833	720	1.603	292	295
Santa Juliana	389	184	205	587	163	127
Santa Rosa da Serra	566	293	273	291	778	761
Santa Vitória	2.337	1.254	1.083	1.540	379	332
São Francisco de Sales	877	503	374	711	1.246	1.212
São Gotardo	1.829	896	933	2.458	610	666
Serra do Salitre	566	294	272	1.276	264	252
Tapira	430	243	187	517	280	241
Tiros	447	231	216	521	753	735
Tupaciguara	2.638	1.281	1.357	1.487	7.316	7.445
Uberaba	28.185	13.885	14.300	14.761	18.150	19.536
Uberlândia	51.337	25.568	25.769	37.686	27	14
Veríssimo	804	421	383	41	75.294	75.883
Total	188.775	95.529	93.246	151.177		

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabulações Especiais CEDEPALR/UFMG

FIBGE - Censo Demográfico 1991